

ALFA
Revista de Lingüística



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Reitor

Antonio Manoel dos Santos Silva

Vice-Reitor

Luís Roberto de Toledo Ramalho

FUNDAÇÃO EDITORA DA UNESP

Presidente do Conselho Curador

Antonio Manoel dos Santos Silva

Diretor-Presidente

Jose Castilho Marques Neto

Assessor-Editorial

Jézio Hernani Bomfim Gutierrez

Conselho Editorial Acadêmico

Antonio Celso Wagner Zanin

Antonio de Pádua Python Cyrino

Benedito Antunes

Carlos Erivany Fantinati

Isabel Maria F. R. Loureiro

Lígia M. Vettorato Trevisan

Maria Sueli Parreira de Arruda

Raul Borges Guimarães

Roberto Kraenkel

Rosa Maria Feiteiro Cavalar

Editora-Executiva

Christine Rohrig

Editora-Assistente

Maria Dolores Prades

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

ALFA
Revista de Lingüística

ISSN 0002-5216
ALFAD5

Alfa	São Paulo	v.42	p.1-185	1998
------	-----------	------	---------	------

Correspondências e artigos para publicação deverão ser encaminhados à:
Correspondence and articles for publication should be addressed to:

ALFA – Revista de Lingüística
Praça da Sé, 108
01001-900 – São Paulo – SP – Brasil

Comissão Editorial

Carlos Eduardo Mendes de Moraes
Erotilde Goreti Pezatti
Fernando Brandão dos Santos
Lourenço Chacom Jurado Filho
Marcelo Magalhães Bulhões
Marco Antonio Domingues Sant'Anna
Marize Mattos Dall'Aglio Hattner
Renata Maria Facuri Coelho Marquezan

Editora Responsável

Marize Mattos Dall'Aglio Hattner

Assessoria Técnica

Maria do Carmo Junqueira

Revisão dos Abstracts

Alvaro L. Hattner, IBILCE/UNESP

Conselho Editorial

Alceu Dias Lima (UNESP), Angela Cecília Souza Rodrigues (USP), Arnaldo Cortina (UNESP), Ataliba Teixeira de Castilho (USP), Beatriz Nunes de Oliveira Longo (UNESP), Clélia Cândida A. S. Jubran (UNESP), Cristina Carneiro Rodrigues (UNESP), Diana Luz Pessoa de Barros (USP), Esmeralda Vailati Negrão (USP), Ester Miriam Scarpa (Unicamp), Francisco da Silva Borba (UNESP), Helena Rathusue Nagamine Brandão (USP), Hildo Honório Couto (UnB), Ieda Maria Alves (USP), Ignácio Assis da Silva (UNESP), Ingodore G. V. Koch (Unicamp), Jacyntho Luís Brandão (UFMG), João Antônio de Moraes (UFRJ), João Azenha Júnior (USP), João Wanderley Geraldí (Unicamp), John Robert Schmitz (Unicamp), José Luiz Fiorin (USP), Kanavillil Rajagopalan (Unicamp), Leonor Schiar-Cabral (UFSC), Luis Antônio Marcuschi (UFPE), Luis Carlos Travaglia (UFUB), Maria Augusta Bastos de Mattos (Unicamp), Maria Bernadete M. Abaura (Unicamp), Maria Cristina da Cunha Pereira (PUC-SP), Maria do Rosário de F. V. Gregolin (UNESP), Maria Helena de Moura Neves (UNESP), Maria Luiza Braga (Unicamp), Maria Marta Pereira Scherer (UnB), Maria Tereza de Camargo Biderman (UNESP), Marilda do Couto Cavalcanti (Unicamp), Mary A. Kato (Unicamp), Rafael Eugênio Hoyos-Andrade (UNESP), Roberto Gomes Camacho (UNESP), Rodolfo Ilari (Unicamp), Rosemary Arrojo (Unicamp), Silvana Mabel Serrani-Infante (Unicamp), Sírio Possenti (Unicamp), Vera Lúcia Paredes Pereira da Silva (UFRJ), Zélia Almeida Cardoso (USP)

Publicação anual/*Annual publication*

Solicita-se permuta/*Exchange desired*

ALFA – Revista de Linguística (Fundação Editora da UNESP) São Paulo, SP,

Brasil, 1962-1977; 1980

Suplemento em: 1984, 28,

1962-1977, 1-23

publicação interrompida, 1978-1979

1980-1989, 24-33

1990-1996, 34-40

1997, 41 – n.esp.

1998, 42

ISSN 0002-5216

Os artigos publicados na ALFA – Revista de Lingüística são indexados por:

The articles published in ALFA – Revista de Lingüística are indexed by:

Banco de Dados DARE – Unesco; Bibliographie Latinoamericaine D'Articles; BLL: Bibliography of Linguistic Literature; BLLDB: Bibliography of Linguistic Literature Data Base; Boletim Bibliográfico do Serviço de Documentação e Publicação, CENP – SP; Clase-Cich-Unam; Francis Data Base; MLA International Bibliography; Sociological Abstracts; Sumários Correntes em Lingüística; Sumários de Educação.

APRESENTAÇÃO

Com o presente volume, a *Alfa* consolida sua nova prática editorial de dedicar um volume anual a artigos inéditos de temas variados e outro a um tema único que reflita os interesses e preocupações da comunidade acadêmica.

Os artigos que compõem este volume abarcam uma grande variedade de temas e de abordagens teóricas. Gonçalves, Yakovenco e Costa, em co-autoria, Cano, Laface e Xatara abordam, por diferentes pontos de vista, questões relacionadas ao léxico; Marques, Brunelli e Possenti, em co-autoria, propõem um estudo sobre o trabalho do sujeito a partir do discurso do outro. Entre o léxico e o discurso, Da Silva procede a um estudo textual e discursivo do verbo, verificando os valores temporais e modais do *presente do futuro* no português brasileiro falado. O verbo também é estudado por Maia, ao considerar a existência de acesso a algum tipo de informação de natureza semântica no processo de compreensão de frases. Trabalhando em diferentes pontos do processo de aprendizagem, Dota faz uma reflexão sobre a questão da transferência na aprendizagem de língua estrangeira, especificamente no que diz respeito ao processo de leitura, e Gonçalves apresenta um estudo do início da aquisição do português como segunda língua por três crianças de uma comunidade de nipo-brasileiros do Brasil. Finalmente, Pezatti trata da função pragmática *tema*, no português oral e escrito, procurando estabelecer uma clara distinção entre esse constituinte e as funções, também pragmáticas, de Tópico e Foco.

Essa diversidade, salutar e desejável para os propósitos da *Alfa* – divulgar o andamento de trabalhos e reflexões sobre questões lingüísticas no Brasil –, converge para um ponto de intersecção: a qualidade, aliada ao espírito crítico que sempre marcou a existência desta revista.

Assim, esperamos que o leitor encontre nesse número fontes para a reflexão e o diálogo teórico que impulsionam o desenvolvimento dos estudos lingüísticos.

Marize M. Dall'Aglio Hattnher
Editora Responsável

SUMÁRIO/CONTENTS

ARTIGOS ORIGINAIS/ORIGINAL ARTICLES

- O formativo *tele-* e suas variantes no português atual do Brasil
The prefix *tele-* in Brazilian contemporary Portuguese
Waldenice Moreira Cano 9
- Transferência na aprendizagem de leitura em língua estrangeira: algumas reflexões
Transfer in foreign language reading learning: some considerations
Maria Inez Mateus Dota 23
- Condições de produtividade e condições de produção:
uma análise das formas x-eiro no português do Brasil
Productivity conditions and production conditions:
an analysis of the X-eiro constructions in Brazilian Portuguese
*Carlos Alexandre V. Gonçalves, Lilian Coutinho Yakovenco,
Raquel G. Romankevicius Costa* 33
- O parâmetro da linearidade em sintagmas nominais produzidos por crianças durante a aquisição do português como segunda língua
The parameter of linearity in noun phrases produced by children during acquisition of Portuguese as a second language
Sebastião Carlos Leite Gonçalves 63

■ Aquisição e ampliação do vocabulário acadêmico – contexto ideológico cultural Acquisition and enlargement of academic vocabulary – ideological and cultural context	<i>Antonieta Laface</i>	87
■ O acesso semântico no parsing sintático evidências experimentais The semantic access in syntactic parsing experimental evidences	<i>Marcus Mala</i>	101
■ Discurso do outro· lá onde o sujeito trabalha Discourse of the other there, where the subject works	<i>Maria Celeste Said Silva Marques, Anna Flora Brunelli, Sírio Possenti</i>	113
■ Constituintes pragmáticos em posição inicial distinção entre tema, tópico e foco Pragmatic constituents in initial position the distinction among <i>Theme, Topic and Focus</i>	<i>Erotilde Goreti Pezatti</i>	133
■ O presente futuro uma questão semântico-discursiva The praesens pro futuro a semantic and discursive question	<i>Ademar da Silva</i>	151
■ Tipologia das expressões idiomáticas The typology of the idioms	<i>Claudia Maria Xatara</i>	169
INDICE DE ASSUNTOS		177
SUBJECT INDEX		179
ÍNDICE DE AUTORES/AUTHORS INDEX		181

ÍNDICE DE ASSUNTOS

- Aquisição de L2, p.63
parâmetro da linearidade, p.63
transferência, p.23, 63
- Discurso, p.113
heterogeneidade, p.113
sujeito, p.113
trabalho, p.113
- Expressão idiomática, p.169
conotação, p.169
estrutura, p.169
tipologia, p.169
- Formação de palavras, p.9, 33
formativos gregos, p.9
morfologia derivacional, p.33
neologismos, p.9
produtividade, p.33
regras de formação de palavras, p.33
sufixo -eiro, p.33
vulgarização lexical, p.9
- Funções pragmáticas, p.133
antitema, p.133
antitópico, p.133
foco, p.133
tema, p.133
tópico, p.133
- Leitura, p.23
língua estrangeira, p.23
linguagem, p.23
transferência, p.23, 63
- Parsing sintático, p.101
anáfora objeto, p.101
português brasileiro, p.101
- Tempo verbal, p.151
forma futurizada, p.151
presente futuro, p.151
processo e
estado, p.151
relevância do presente, p.151
verbos de ação, p.151
- Vocabulário, p.87
definição, p.87
ensino, p.87
léxico, p.87

O FORMATIVO TELE- E SUAS VARIANTES NO PORTUGUÊS ATUAL DO BRASIL

Waldenice Moreira CANO¹

- RESUMO: Este artigo tem por objetivo estudar o formativo *tele-*, mostrando os sentidos adquiridos por esse elemento grego ao penetrar na língua geral. A descrição constará de uma parte histórica em que se demonstrará a evolução semântica do referido afixo em algumas obras lexicográficas desde o fim do século passado. Em seguida, utilizando um *corpus* constituído de expressões extraídas da publicidade, é analisado o comportamento atual de *tele-* com suas variantes neológicas.
- PALAVRAS-CHAVE: Formativos gregos; vulgarização lexical; neologismos.

Introdução

Os termos técnico-científicos, unidades léxicas utilizadas em um domínio de especialidade, são, em sua maioria, desconhecidos do falante comum, uma vez que são empregados em situações de comunicação somente pelos especialistas. No entanto, esses termos podem migrar para a língua geral, sobretudo através dos meios de comunicação de massa: é o fenômeno da vulgarização lexical (Barbosa, 1993).

Esse movimento de um termo da linguagem científica para a língua geral pode resultar em mudança ou extensão de sentido. O termo ope-

¹ Departamento de Ciências da Linguagem – UFU – 38400-902 – Uberlândia – MG e Doutoranda na UNESP – Araraquara.

ração, por exemplo, é empregado na terminologia da Matemática, da Medicina e das Forças Armadas. É com esta última significação que o termo penetrou na língua geral, sendo utilizado nas mais diversas situações como *operação tartaruga*, *operação limpeza*, *operação descida* etc. Ao passar para a língua geral, o termo técnico-científico pode adquirir, ainda, vários significados que se juntam ou mesmo substituem o original. É o caso dos termos prefixados pelos elementos eruditos *auto-*, *eletro-*, *tele-*, dentre outros.

Neste trabalho nos ocuparemos do formativo *tele-* mostrando os sentidos adquiridos por esse afixo erudito ao penetrar na língua geral. Embora essa descrição já tenha sido realizada para o francês (Peytard, 1964), cremos que, no português, em sua variante brasileira, o fenômeno da vulgarização de *tele-* acarretou outros sentidos, não encontrados, até onde sabemos, no francês ou mesmo no português europeu. A descrição constará de uma parte histórica em que se demonstrará a evolução semântica do referido afixo em algumas obras lexicográficas desde o fim do século passado. Em seguida, por meio de um *corpus* ainda não dicionarizado, extraído de anúncios publicitários, analisaremos o comportamento atual de *tele-* com suas variantes neológicas.

A classificação de *tele-*

Inicialmente classificado entre os radicais gregos e utilizado para formação de termos do vocabulário técnico-científico, o formativo *tele-*, ao penetrar na língua geral, passa a funcionar como um prefixo, segundo Peytard (1964). Atualmente, tanto lingüistas do Brasil como de Portugal classificam a unidade *tele-* entre os pseudoprefixos (Cunha & Cintra, 1985; Li Ching, 1973). O argumento é o de que tais unidades apresentam acentuado grau de independência, além da deriva semântica; isto é, processada a “decomposição”, os elementos ingressam noutras formações, com sentido diverso do etimológico. Outro argumento apresentado pelos autores, com o qual não concordamos, diz respeito ao rendimento dos pseudoprefixos, em geral menor do que o dos prefixos. Como veremos adiante, o pseudoprefixo *tele-* apresenta uma produtividade maior do que a de muitos prefixos.

Adotaremos a classificação de Cunha & Cintra (1985). Para nós, *tele-* é um pseudoprefixo visto que não exerce a função de preposição nem a de advérbio, próprias do prefixo. Também não se enquadra entre os radicais, em razão da deriva semântica e da alta produtividade. Embora

alguns lingüistas (Duarte, 1995, p.107ss.; Ferreira, 1989) contestem o conceito de *pseudoprefixo*, por achá-lo incômodo e dispensável, Ferreira (1989) reconhece que, para se dispensar o referido conceito, faz-se necessária uma reformulação da própria definição de prefixo. Segundo esta autora, uma das dificuldades na adoção do conceito de *pseudoprefixo* consiste em decidir onde integrar unidades como *teledependência*: se na derivação ou na composição. Endossamos o argumento da autora, pois deparamos com elementos situados à margem de qualquer classificação, como *auto-*, *eletro-*, *foto-*, *tele-* etc.

Descrição diacrônica do formativo *tele-*

É muito difícil realizar levantamentos diacrônicos no Brasil em razão da escassez de obras lexicográficas. O dicionário mais utilizado é o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, do mestre Aurélio, cuja primeira edição ocorreu em 1975. Em 1986 o autor publicou uma segunda e última edição, revista e ampliada. Os dicionários mais antigos de língua portuguesa foram feitos para o português europeu, com acréscimos de alguns brasileirismos, geralmente imprecisos e incompletos.² Não temos, pois, no Brasil, uma seqüência de edições de uma mesma obra lexicográfica para que possamos acompanhar o acréscimo ou a retirada de verbetes. Tentaremos mostrar, nesta seção, *grosso modo*, a produtividade do formativo *tele-* desde o fim do século passado até 1986, data da segunda e última edição do Aurélio. Utilizaremos as seguintes obras:

- a) primeira edição do *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, de Caldas Aulete, 1881.
- b) quarta edição do *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Cândido de Figueiredo, 1925.
- c) quinta edição (segunda edição brasileira) do *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, de Caldas Aulete, 1964
- d) primeira e segunda edições do *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, 1975/1986.

O primeiro dicionarista a registrar formações com *tele-* foi Caldas Aulete. Na primeira edição do seu dicionário (1881) estão registrados

² Para maiores esclarecimentos sobre os dicionários de língua portuguesa, ver Biderman, 1984.

quatorze verbetes. Excluídas as derivações posteriores, são os seguintes: *telegramma*,³ *telegrapho*, *telemetria*,⁴ *telephono* e *telescopio*, todas formadas com bases presas gregas.

Em 1925, o dicionário de Cândido de Figueiredo elencava os mesmos termos do *Aulete* e acrescentava mais dez, todos relacionados a inventos da época: *teleautógrafo*, *telecriptógrafo*, *telediágrafo*, *teleiconógrafo*, *telefonógrafo*, *telefote*, *telefotógrafo*, *telémetro*, *telescritor*, *telesismógrafo*. Além desses, encontram-se ainda na referida obra os termos *telepatia* (Parapsicologia), *telegonia* (Biologia) e *teledinâmico*, registrado como termo da Medicina ("Diz-se do medicamento de efeitos geraes mas remotos"). Nota-se aqui a migração do formativo *tele-* para outros domínios do conhecimento, já que, excetuando-se os três termos acima, os demais estão relacionados à transmissão de dados a distância, seja texto, imagem ou som, ligados, portanto, às Ciências Físicas.

Além da formação com radicais presos, *tele-* passa a agregar-se, também, a bases anteriormente compostas, mas livres: *tele + fonógrafo*, *tele + sismógrafo*, *tele + criptógrafo* etc.

A segunda edição brasileira do *Aulete* (1964) inclui os mesmos termos das duas obras citadas, excetuando-se *teleiconógrafo*, e acrescenta os seguintes termos novos, desconsideradas as derivações: *telautocopista*, *telecardiófono*, *telecardiógrafo*, *telecêntrico*, *telecinema*, *telecinematógrafo*, *telecinesia*, *teleclinógrafo*, *telecomandar*, *telecomunicação*, *teleconduzir*, *teledinamia*, *teledirigir*, *teleférico*, *telefonômetro*, *teleafone*, *teleguiar*, *teleimpressor*, *telemecânica*, *telemetacarpiano*, *telemetrógrafo*, *telemicrofone*, *telemicroscópio*, *telencéfalo*, *teleobjetiva*, *telemeteorógrafo*, *teleplastia*, *teleprojétil*, *telergia*, *telerradiofonía*, *telerruptor*, *telespectador*, *telessemia*, *telestereógrafo*, *telestereoscópio*, *teletermógrafo*, *teletipo*, *telever*, *televisão* e *televizinho*.

Algumas observações sobre os verbetes dessa edição do *Aulete* podem ser feitas. O termo *teledinâmico*, citado em Figueiredo como pertencente à Medicina, ganha duas entradas: uma ainda com esse sentido e, outra, como termo da Mecânica, relacionado à *teledinamia* ("transmissão ao longe do movimento por meios mecânicos ou pela eletricidade"). Além da inclusão de mais dois termos da Biologia (*telemetacarpiano* e *telencéfalo*) e três da Parapsicologia (*telecinesia*, *teleplastia* e *telergia*), observa-se nessa obra lexicográfica a inclusão, também, de

³ Mantivemos a grafia original, registrada no dicionário.

⁴ Aulete registra *telemetria*, mas não *telêmetro*, que é o instrumento.

termos científicos formados a partir de bases da língua comum: *telecomandar*, *telecomunicação*, *teleconduzir*, *teledirigir* e *teleguiar*.

Note-se, ainda, o registro de termos formados pelo processo de braquissemia:⁵ (*telefoto* ao lado de *telefotografia*, *telecinema* ao lado de *telecinematógrafo*), ou reduções vocabulares, com subtração de partes finais do vocábulo: *telefonômetro*⁶ (*telefone* + *metron*), *telegrafone* (*telegráfo* + *fone*). Observa-se que nesse caso houve apócope de um segmento fônico somente, semelhante à aglutinação, o que é diferente da braquissemia, em que parte do vocábulo é empregada pelo todo.

Parece ter tido início nessa época (década de 1960) a deriva semântica do formativo *tele-*: *telecinema* (*tele(visão)* + *cinema*), *telemicrofone* (*tele(fone)* + *microfone*), *telerradiofonia* (*tele(grafia)* + *radiofonia*).⁷ Nesses termos, *tele-* agraga-se a bases livres e passa a significar não mais “ao longe”, e sim “telegrafia”, “telefone” ou “televisão”.

Se ocorre nessa época a formação de termos técnicos com bases da língua comum, o contrário também se dá, ou seja, a vulgarização do formativo *tele-* entrando em formações da língua comum, mas não com o sentido original, e sim “através da televisão”: *telespectador*, *telever* e *televizinho*. Ou seja, a deriva semântica manifesta-se tanto no vocabulário científico quanto no popular, embora com valores diferentes: naquele significa “telegrafia”, “telefone” e “televisão” e, nesse último, apenas “televisão”.

Em 1975 veio a público a primeira edição do *Aurélio*, obra lexicográfica com aproximadamente cem mil verbetes, que pretendia abranger todo o léxico português desde o século XVI, em todas as suas variantes, o que é bastante discutível. Seja como for, é nossa obra mais representativa e praticamente a única fonte de consulta do português contemporâneo do Brasil.

Nesse dicionário estão registrados setenta verbetes⁸ formados a partir de *tele-*. Formas primitivas novas são: *telangiectasia*, *telangioma*, *teleator*, *telejornal*, *telenovela*, *telerradiografia*, *teleteatro*, portanto dois

5 A braquissemia é definida como o emprego de parte de um vocábulo pelo vocábulo inteiro: *foto-grafia* = *foto*, *bilhão* = *bi* (Monteiro, 1991, p.174).

6 Contador de chamadas telefônicas.

7 Embora esses termos também tenham sido formados primeiramente pelo processo de braquissemia, houve posterior recomposição, em que *tele-* ingressa em outras formações, com valores diferentes do original, o que difere da braquissemia, em que não há mudança de sentido da parte subtraída.

8 Esse dicionário registra, desnecessariamente, todas as derivações possíveis de um vocábulo, razão pela qual se chega a esse número de entradas.

termos da Medicina, um das Ciências Físicas e quatro formas vulgarizadas, em que *tele-* significa “através da televisão”. Somente os dois termos da Medicina são construções com bases presas.

O Aurélio exclui a maioria dos termos novos elencados no *Aulete* (1964), quase todos nomeadores de inventos,⁹ sendo mantidos os seguintes: *telecinesia*, *telecomandar*, *telefotografia*, *teleguiar*, *teleimpressor*, *telencefalo*, *teleplastia*, *teletipo*, *telever*, *televisão*, *televizinho*. É também excluído o verbete *teledinâmico* como termo da Medicina.

Na segunda edição (1986), foram mantidas as mesmas entradas da edição anterior e acrescentados os seguintes termos: *telecine*, *telecurso*, *teledifusão*, *teledrama*, *teleducação*, *telemática*, *telemicroscópio* e *teleprocessamento*. Algumas observações: o termo *telemicroscópio*, já presente no *Aulete* (1964) e excluído da primeira edição do Aurélio, retorna nessa segunda edição; o termo *telecinematografia*, reduzido para *telecinema*, também registrado no *Aulete* e omitido no *Aurélio* (1975), é incluído na segunda edição como *telecine*, ou seja, após sofrer mais uma redução. Em quatro dos oito verbetes acrescidos, *tele-* significa “pela televisão”: *telecine*, *telecurso*, *teledifusão*, *teledrama*. *Teleducação* é uma forma vulgarizada em que *tele-* não sofreu alteração semântica, sendo aí mantido seu sentido original “a distância”, visto que nesse tipo de educação, além da televisão, são utilizados outros meios como o rádio e a correspondência postal. Nos termos *telemática* e *teleprocessamento*, *tele-* adquire mais um sentido, o de “telecomunicação”: *telemática* = *tele(comunicação)* + *(infor)mática* (“ciência que trata da manipulação e utilização da informação mediante o uso combinado de computador e informática”); *teleprocessamento* = *tele(comunicação)* + *processamento* (“modalidade de tratamento da informação por um sistema de processamento de dados que utiliza meios de telecomunicação”).

É interessante observar que em Computação o formativo *tele-*, no verbete *telecomunicação*, sofre restrição de sentido. No *Dicionário Prático para PC* (Dyson, 1995) o verbete *telecomunicação* é assim definido:

⁹ Apesar de muitos inventos, registrados no *Aulete* (1964), terem sido modernizados e renomeados, ou mesmo substituídos pelo fax ou computador, muitos termos a eles relacionados ainda são mantidos em dicionários técnicos. O *Dicionário Encyclopédico de Astronomia e Astronáutica* (1987) registra *telemeteorógrafo* e *telessismo*. O *Dicionário de Telecomunicações* (1981) assinala *teleautógrafo*. No *Dicionário Encyclopédico de Informática* (1986) estão elencados *telefotógrafo*, *telefotometria* e *telemicroscópio*. Acreditamos que esses termos estão registrados nessas obras somente como valor histórico. No entanto, faz-se necessário um levantamento atual desses vocabulários para que se possa ratificar tal afirmação.

"A transmissão de todas as formas de informação, inclusive dados digitais, voz, fax, som e vídeo, de um computador para outro, através de linhas telefônicas" (grifo nosso). Note-se que nessa definição estão ausentes os traços que indicam "todos os meios possíveis de comunicação a distância"; o único traço presente é "pelo telefone".

Até agora fizemos uma descrição diacrônica, *grosso modo*, da trajetória do formativo *tele-* desde o primeiro registro em dicionário de língua portuguesa (1881) até 1986, ano da segunda e última edição do *Aurélio*. De acordo com as obras consultadas, deu-se início, na década de 1960 (*Aulete*, 1964), o processo de deriva semântica e vulgarização lexical do referido formativo, quando termos técnicos formados com *tele-* foram cunhados com bases da língua geral e vocábulos comuns foram formados com *tele*. De acordo, também, com os registros lexicográficos, a partir dos anos 60 foram raros os termos com *tele-* formados sobre bases presas.

Além do sentido original, esse pseudoprefixo pode significar "televisão" (tanto no vocabulário popular quanto nas terminologias) e "telecomunicação", "telegrafia" e "telefone" (somente em vocabulários especiais). Na seção seguinte nos ocuparemos do comportamento semântico atual de *tele-*.

O comportamento atual de *tele-*

Dissemos, no início desse trabalho, que os valores semânticos do formativo *tele-* encontrados no francês e no português europeu não coincidem totalmente com os do português do Brasil.

Segundo autores portugueses e franceses,¹⁰ nos seus países *tele-* pode significar "pela televisão" e "pelo teleférico", como em *téléski* e *telecabine*. Esse último significado não é encontrado no Brasil por motivos óbvios: não possuímos o teleférico para esquiadores pelo fato de não termos neve. Se não há a prática social, não há razão para a existência do termo nomeador.

Acreditamos que entre nós o processo de vulgarização do formativo *tele-* foi mais acentuado que na Europa, chegando a tornar-se chulo, como tentaremos mostrar em seguida.

10 Para o francês, o dicionário *Le Micro Robert de Poche*, 1992, e para o português europeu, Ferreira, 1989.

Para essa pesquisa foi montado um *corpus*, coletado em jornais de circulação local e nacional (*O Correio do Triângulo*, *Estado de Minas*, *Folha de S.Paulo*, *Jornal do Brasil* e *Correio Braziliense*),¹¹ além de anúncios televisivos e cartazes de propaganda. A coleta nos jornais não foi diária, restringindo-se praticamente aos jornais dominicais.

Foram encontrados sessenta neologismos, sendo a maioria retirada de anúncios classificados, portanto de grande recorrência.

São poucas as palavras novas em que *tele-* significa "televisão": *telebingo*, *telecine*, *telecolunismo*, *telefilme*, *telemaniaco*, *telenotícia*, *tele sala*, *telesena*¹² e *telessérie* foram as únicas com que deparamos. Atente-se para a formação da palavra *telemaniaco*, uma construção só possível em razão da deriva semântica do pseudoprefixo *tele-*, já que, como radical grego, no seu sentido original, só agregar-se-ia a substantivos ou, mais raramente a verbos.

As construções atuais mais comuns com *tele-* são aquelas em que o referido afixo adquire o valor semântico de "pelo telefone". Em francês conhecemos *télécarte*, "cartão para efetuar chamadas telefônicas"; no português do Brasil temos o anglicismo *telecard*.

Coletamos cinqüenta formações novas em que *tele-* significa "pelo telefone". Todas fazem parte do vocabulário da propaganda, referindo-se a um tipo de serviço oferecido pelo telefone: *telesaque*, *tele-entrega*, *tele-import*, *teleamor*, *telecheque* etc. A grafia desses neologismos oscila, podendo ser grafados com ou sem hífen. O afixo pode, também, agregar-se a anglicismos como em *telecard* e *teleimport*. Todas as bases são substantivas, com uma exceção, *tele-fácil*, em que a base é adjetiva, cujo sentido pode ser interpretado como "compre fácil pelo telefone".

Tele- também pode ser simplesmente a abreviação de *telecomunicação*, sobretudo quando o termo se refere às companhias estatais de telecomunicação: *telebrasília*, *telepará*, *telesp*, *telemig*, *teleceará* etc.

A regulamentação da Lei da TV a Cabo trouxe à tona mais uma polêmica no campo das telecomunicações. Pelo menos sete empresas telefônicas estatais, as chamadas "teles", assinaram contratos com grupos privados para

11 É necessário esclarecer que essa coleta foi feita em jornais da região Sudeste do Brasil, além da Capital Federal. Não podemos assegurar, pois, que os neologismos coletados sejam encontrados em todo o território brasileiro.

12 Mantivemos a grafia encontrada.

utilização da rede pública de telefonia para transmissão de sinais de TV a cabo (*Folha de S.Paulo*, 28.5.1995, 1, p.17)

Observe-se que nesse texto *telecomunicação* sofreu restrição para “comunicação pelo telefone”, já que o articulista refere-se às estatais telefônicas.

Em *Telebrás* (Telecomunicações do Brasil), *tele* é, também, a abreviação de *telecomunicação*. Porém, nesse caso, o termo *telecomunicação* é empregado no seu sentido mais amplo, significando todos os recursos utilizados na comunicação a distância.

Às vezes *tele-* tem como equivalente semântico a forma braquissêmica *fone-*: *Feira-Phone* (fazer a feira pelo telefone), *Sexo-fone* etc.

O valor semântico original de *tele-* “a distância” está presente nos seguintes neologismos: *telemedicina*, *teleligado*, *teleconferência* e *telefoto* (dispositivo de algumas máquinas fotográficas que permitem acioná-las a distância).

Em três formas do *corpus*, *tele-* acumula os dois significados: televisão e telefone: *TeleMappin*, *Tele Store* e *Tele Shopping*. São programas de televisão em que o apresentador oferece produtos de determinada loja, que podem ser adquiridos pelo telefone.

Em resumo, no português atual do Brasil o formativo *tele-* pode significar “pela televisão”, “pelo telefone”, “telecomunicações”, além do sentido primeiro “a distância”. Alguns termos sofreram restrição de sentido, como *telecomunicação*, que também pode significar “comunicação pelo telefone”; *telecine* é hoje conhecido como referindo-se a um canal de televisão a cabo que transmite filmes do cinema. *Telefacsimile* sofreu o processo inverso: foi reduzido para *telefax* e hoje só se emprega *fax*. O referido formativo pode, ainda, acumular as noções de televisão e de telefone.

Tele- = disque-

O verbo *discar* está registrado no Aurélio como um brasileirismo:

1. Bras. Fazer girar o disco do aparelho telefônico automático para estabelecer ligações.
2. Marcar (um número) rodando esse disco: disque 225-2233.

Tem sido freqüente no português atual do Brasil a formação de palavras com a forma *disque*: *Disque-Meias*, *Disque-Amamentação*,

que podem, também, ser grafadas sem hífen: *Disque Vestibulares*, ou justapostas: *Disquenamoro*. É possível, ainda, a forma *disque* ser grafada como *disc*: *Disc-Alegria*, *Disc-Compras*, ou como *disk*: *Disk-Bolsa*, *Disksexo*, *Disk Frios*, *Disk Love*, *Disk Verduras*. Já que a forma, além de não estar dicionarizada, encontra-se em vias de lexicalização, a oscilação quanto à grafia e ao uso do hífen é freqüente. Observe-se que no Brasil a influência do inglês é muito acentuada, sendo freqüente a formação de palavras em se que toma apenas a forma, mas não o sentido.¹³ É o caso de *disk* ou *disc*, que em inglês refere-se especialmente à chapa onde se gravam sons para serem ouvidos em fonógrafos: *compact disc*, *disk laser*. Todos os neologismos por nós coletados foram formados por analogia com esses anglicismos.

Todos esses compostos são substantivos e referem-se a uma prestação de serviço efetuada pelo telefone, razão pela qual podemos ter formas como *telecompras* e *disc-compras*, *telesexo* e *diksexo*, *telepizza* e *disk pizza*, *tele 900* e *disque 200* (prefixo de telefones de serviços oferecidos à população como dicas econômicas, loterias, classificados etc.):

Há dois meses o Hospital de Doenças Infecto-Contagiosas do Piauí criou o *Disque-Aids*... (*Folha de S.Paulo*, 5.8.1994, 3, p.4)

Já está em funcionamento em São Paulo o *Disque-Llicitação*, um banco de dados que informa por telefone todas as licitações abertas no Estado. (*Folha de S.Paulo*, 28.8.1994, 6, p.2)

Há oito anos, a Associação Comercial de S. Paulo tem um serviço de informação de cheques sem fundos, o *Telecheque*. (*Folha de S.Paulo*, 19.1.1994)

Em agosto, foi contratado pelo *Tele 900* para fazer o *Disque Fábio Assunção*... (*Folha de S.Paulo*, 30.10.1994, TV Folha, p.4)

Grandes cidades têm bom potencial para empresas do tipo “disque”... (*Folha de S.Paulo*, 28.8.1994, 6, p.1)

Às vezes a significação do composto não é transparente, como em *Disque-Fantasma*, *Disk Economia* e *Disc-Alegria*: o primeiro refere-se a um serviço do governo para denunciar servidores públicos “fantasmas” (recebem dos cofres públicos mas não comparecem ao local de trabalho); o segundo significa “compre pelo telefone e faça economia”. *Disc-Alegria* é um serviço de namoro por telefone. É necessário, pois,

¹³ Lojistas ingleses e norte-americanos usam a unidade léxica *call* para pedir que os clientes façam pedidos por telefone (*Folha de S.Paulo*, 23.11.1997, 3, p.2).

conhecer o contexto para que se precise o significado do composto. Encontramos, também, três compostos em que a base pode ser uma formação neológica: *disque cell* (*cell* = telefone celular), uma forma reduzida: *disque fone* e *disquetel*, significando “disque para comprar telefone”; ou ainda um substantivo próprio simples: *disque-Apolônio*, ou composto: *Disque Fábio Assunção* (referindo-se a pessoas físicas) e *Disque Globo Cultura*, *Disque Pontual Imóveis* e *Disque Rádio Táxi* (referindo-se a denominações comerciais). O referido formativo pode, ainda, anexar-se a pronomes: *disque-tudo*, ou a numerais: *disque 900*. É interessante observar, também, a junção de *disque* a grupos sintáticos como *Disque Lava e Passa* e *Disk pizza e lanches*.

Um novo composto no português do Brasil?

Dentre os compostos dicionarizados, os verbos *bater*, *guardar*, *matar* e *quebrar* são os mais freqüentes, liderados por *guardar*, com mais de quarenta compostos registrados (cf. Martins, 1995).¹⁴ Os compostos com *disque* por nós coletados chegam a setenta e a lista não é exaustiva, pois a maioria faz parte do vocabulário da propaganda, podendo, portanto, ser acrescida diariamente. Pode-se criar um neologismo com *disque-* a cada novo serviço oferecido pelo telefone.

A análise que faremos a seguir não pretende ser exaustiva, uma vez que esse trabalho não tem por objetivo descrever os compostos com *disque-* e sim sua comutação com *tele-*. No entanto, algumas observações são necessárias.

Adotamos, para a composição, a posição defendida por Martins (1995): a de que o composto origina-se de uma frase hipotética passível de ser reconstituída. Por exemplo, o composto *guarda-roupa*, um verbo transitivo com seu complemento direto, seria a cristalização de parte de um enunciado como *instrumento para guardar roupa*. O autor divide os compostos V + N em três categorias: os agentivos (*guarda-florestal*), instrumentos (*saca-rolha*) e locativos (*guarda-roupa*).

Acreditamos que os compostos com *disque-* não se enquadram em nenhuma dessas divisões: não se trata de um agente, de um instrumento ou de um local, mas sim de um serviço oferecido à população por

14 O autor não trata dos compostos com *disque* visto que seu *corpus* restrinui-se aos compostos dicionarizados.

determinada empresa. O enunciado do qual se parte é “disque para efetuar determinada tarefa”, assim, *disque-meias* = *disque para comprar meias*; *disque-aids* = *disque para se informar sobre a aids*; *disque-fantasma* = *disque para denunciar servidores fantasmas*, e assim por diante.

Como os referidos compostos fazem parte do vocabulário da propaganda, em que predomina a forma verbal imperativa, acreditamos estar diante de um composto em que o verbo está na sua forma imperativa, conservando sua significação de ordem. Essa teoria já foi contestada por diversos lingüistas, que argumentam que a forma verbal dos compostos nada mais é do que o tema verbal puro (cf. Martins, 1995). Ora, isso pode acontecer com os demais verbos, como *saca-rolha*, *quebra-nozes*, *guarda-roupa*, *porta-retrato*, *bate-estacas*, em que as formas verbais são os temas dos verbos *sacar*, *quebrar*, *guardar*, *portar* e *bater*, respectivamente. No entanto, no caso em questão, não estamos diante de um tema, visto que este seria *disca-* (*discar*) e não *disque*, que é a forma imperativa desse verbo. Essa é a razão de afirmarmos que está surgindo um novo tipo de composto no português do Brasil, em que a forma verbal não é um tema, e sim imperativo, já que o enunciado de origem é, também, um imperativo.

Entretanto, vimos que *disque* pode, também, unir-se a grupos sintáticos, como *disque lava e passa*, *disque pizza e lanche*, além de nomes próprios compostos, como *Disque Globo Cultura*, *Disque Fábio Assunção*, em que teríamos inicialmente uma composição nominal, para depois ocorrer uma composição com a forma imperativa *disque*, ou seja, uma sobrecomposição. Como esse processo de formação é recente no português do Brasil, é necessário que continuemos essa pesquisa por mais alguns anos a fim de acompanhamos o processo de lexicalização desses neologismos. Pode ser que estejamos diante de um novo prefixo e não de uma nova forma de composição.

Para finalizar, por ora, observamos ainda que o verbo *ligar* pode alternar-se com *disque-*, embora o fato não seja muito comum: *lige-sertão*, *lige máquinas*, *lige-solução* e *lige táxi* foram as únicas formas encontradas.

Embora *disque-* e *tele-* possam agregar-se às mesmas bases, significando “fazer algo pelo telefone”, não podemos prever, ainda, qual das formas irá se impor, já que, de acordo com a coleta de dados, os dois formativos aparecem em igual número.

Conclusões

Analisamos, neste artigo, a trajetória do formativo *tele-* desde seu primeiro registro lexicográfico. Pudemos verificar a acentuada ampliação de sentido sofrida desde então, seja nas terminologias seja após sua migração para a língua geral. Como formativo de palavras do vocabulário popular, *tele-*, quando significa “realizar determinada tarefa pelo telefone”, alterna-se com *disque-* e menos freqüentemente com *ligue-*. Esses dois verbos estão formando um novo tipo de composto no português do Brasil, ainda em vias de lexicalização, cuja estrutura não é *tema verbal + substantivo*, e sim, acreditamos, *forma imperativa + substantivo*. Temos, pois, ao lado de uma afixação, um equivalente semântico composto: *telepizza* e *disque-pizza*, além de um grupo sintático, como *Disque Globo Cultura* e *Disque lava e passa*. Devemos acompanhar por mais alguns anos a formação dessas neologias para que possamos retirar conclusões definitivas.

CANO, W. M. The prefix *tele-* in Brazilian contemporary Portuguese. *Alfa* (São Paulo), v.42, p.9-22, 1998.

- **ABSTRACT:** *The aim of this paper is to conduct a study of words formed by the prefix tele-, in order to show its meanings in general language. After indicating the semantic evolution of tele-, by using dictionaries published from 1881 until 1986, the article analyses neologisms and their equivalents occurring in contemporary advertising.*
- **KEYWORDS:** *Greek prefixes; lexical vulgarization; neologisms.*

Referências bibliográficas

- AULETE, F. J. C. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. (Redigido por Antonio Lopes Valente). Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1881. 2v.
- _____. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. 5.ed. (2.ed. brasileira elaborada por Hamilcar Garcia). Rio de Janeiro: Delta, 1964.
- BARBOSA, M. A. A banalização da terminologia técnico-científica: dialética intertextos. In: SEMINÁRIOS DO GEL, XL, 1992. *Anais...* Ribeirão Preto: Instituição Moura Lacerda, 1993. p.56-63.

- BIDERMAN, M. T. A ciência da lexicografia. *Alfa* (São Paulo), v.28, p.1-26, 1984.
- CUNHA, C., CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- DICIONÁRIO enciclopédico de astronomia e astronáutica. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.
- DICIONÁRIO enciclopédico de informática. São Paulo: Nobel; Rio de Janeiro: Campus, 1986.
- DICIONÁRIO de telecomunicações. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1981.
- DYSON, P. *Dicionário prático para PC*. s. l.: Ciência Moderna, 1995.
- DUARTE, P. M. T. *A formação de palavras com prefixos latinos e vernáculos*. Araraquara, 1995. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.
- FERREIRA, A. B. H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 1.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.
- _____. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2.ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- FERREIRA, M. M. C. Pseudoprefixo: um conceito incômodo para o estudo da derivação prefixal. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE TERMINOLOGIA CIENTÍFICA E TÉCNICA. Anais... Lisboa: CNALP, 1989.
- FIGUEIREDO, A. C. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 4.ed. Lisboa: Bertrand, 1925.
- LI CHING, A. Sobre a formação de palavras com prefixos no português actual. *Separata do Boletim de Filologia*, v.22, p.3-100, 1973.
- MARTINS, E. S. *O processo de pluralização do composto nominal hifenizado*. Araraquara, 1995. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.
- MONTEIRO, J. L. *Morfologia portuguesa*. Campinas: Pontes, 1991.
- PEYTARD, J. Motivation et préfixation. Remarques sur les mots construits avec l'élément télé-. *Cahiers de Lexicologie*, v.4, p.37-44, 1964.

TRANSFERÊNCIA NA APRENDIZAGEM DE LEITURA EM LÍNGUA ESTRANGEIRA: ALGUMAS REFLEXÕES

Maria Inez Mateus DOTA¹

- RESUMO: Este artigo objetiva fazer uma reflexão sobre a questão da transferência na aprendizagem de língua estrangeira, especificamente no que diz respeito ao processo de leitura. Discute posições de estudiosos dentro da psicologia cognitiva e da psicolinguística e enfatiza o trabalho do professor nos pontos comuns entre as línguas.
- PALAVRAS-CHAVE: Transferência; leitura; linguagem; língua estrangeira.

Introdução

Nos dias de hoje, pesquisadores da linguagem admitem que a leitura vai além do texto e começa antes mesmo do contato com ele. Dessa forma, o leitor não é um decodificador ou receptor passivo. Esse é o tratamento dado por Smith (1978, p.1-2) dentro da psicolinguística, considerando a leitura como uma atividade na qual o leitor participa com uma aptidão que não depende basicamente de sua capacidade de decifrar sinais, mas, sim, da capacidade de dar sentido a eles, de compreendê-los, apoiado no conjunto de conhecimentos que compõem a sua experiência prévia.

¹ Departamento de Ciências Humanas – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação – UNESP
– 17033-360 – Bauru – SP.

Essa possibilidade de compreender (e produzir) textos é também reconhecida dentro da teoria das operações enunciativas, pelo caráter universal da linguagem, sustentáculo para uma família de paráfrases.

A linguagem é uma faculdade da espécie humana: não há espécie humana que não fale, é uma característica universal...

Por exemplo, é próprio do humano sua capacidade de produzir frases não ouvidas anteriormente. No domínio da interlocução, nos teremos a transformação do discurso, mas, sobretudo, aquilo que caracteriza a linguagem humana é a capacidade de produzir paráfrases...

A criança, bem cedo, tem uma atividade metalingüística: ela é capaz de tomar distância com relação a um enunciado ouvido. A *atividade essencial da linguagem é uma atividade de reconhecimento* (Culioli, 1985, p 1, tradução e grifos nossos)

O processo de leitura está ligado tanto ao conhecimento sistemático da língua (léxico e gramática) quanto à vivência de cada um, ou seja, a experiência pessoal (conhecimentos específicos e conhecimento de mundo) é fundamental para a atividade de compreensão de um texto.

Dentro dessa perspectiva e tendo em vista a psicologia cognitiva, acreditamos que a experiência de um leitor em língua materna (L1) poderá ser transferida para um contexto em língua estrangeira (L2). É necessário, portanto, que discutamos, neste espaço, o que se chama de transferência de estratégias na aprendizagem de uma língua estrangeira e façamos algumas reflexões à luz do caráter universal da linguagem, tendo em vista o processo de leitura, mais especificamente.

Transferência: sua conceituação na psicologia

Para falarmos de transferência dentro do processo de aprendizagem, parece-nos essencial que nos apoiemos na psicologia cognitiva, pois ela lida com processos como a formação de conceitos e a natureza da compreensão humana.

Sobre a aquisição de novas informações, Ausubel (1980, p.57-8) assim se posiciona:

Ressaltamos que a aquisição de novas informações depende amplamente das idéias relevantes que já fazem parte da estrutura cognitiva, e que a apren-

dizagem significativa nos seres humanos ocorre por meio de uma *interação* entre o novo conteúdo e aquele já adquirido. O resultado da interação, que ocorre entre o novo material e a estrutura cognitiva existente, é a *assimilação* dos significados velhos e dos novos, dando origem a uma estrutura mais altamente diferenciada.

A estrutura cognitiva existente (mecanismos de cognição + experiência) é o principal fator que influencia a aprendizagem e a retenção do novo material. Assim, o importante na aprendizagem de uma língua é tanto o potencial organizador, que é a linguagem, quanto o material resultante de tal organização, a própria língua.

No caso da leitura, percebe-se o significado potencial das seqüências escritas e depois relaciona-se o significado potencial percebido à estrutura cognitiva, de modo a compreendê-lo. Isso se aplica não só à natureza dos conteúdos do texto e sua relação com a experiência do leitor (cf. Introdução), mas, sobretudo, à forma, manifestada na superfície das línguas, que remete a questões mais genéricas de ordem da linguagem, como as operações de determinação, temporalidade, aspectualidade e modalização (Dota, 1995, p.155-6).

Quanto aos procedimentos para recuperar esse percurso (estratégias de leitura), cremos ser possível estabelecer um relacionamento entre a estrutura cognitiva (na qual já se incorporou a experiência em L1) e o novo material em L2. O que geralmente não se enfatiza é que é a própria linguagem que, por conter o potencial de organização das duas línguas, torna possível a utilização de processos comuns no reconhecimento de L1 e L2.

Quando se inicia a aprendizagem de leitura em L1, segundo Ausubel (1980, p.60), não se opera aí a aprendizagem de um código simbólico completamente novo, mas, sim, um equivalente escrito de um código familiar cujo vocabulário e sintaxe básicos os aprendizes já reconhecem.

Questionamos, entretanto, a posição de Bernard (apud Ausubel, 1980, p.62), que afirma: "aprender uma língua estrangeira consiste fundamentalmente na aquisição de um *conjunto novo de símbolos* para significados antigos, familiares". Concordamos com a importante função que desempenha o conhecimento que o indivíduo já tem de sua língua materna; discordamos, porém, de que a aprendizagem de uma segunda língua seja apenas uma "nova roupagem" para significados antigos, uma vez que não há uma correspondência biunívoca entre forma e função nas várias línguas. Podemos ter duas formas com uma função, ou uma forma com duas funções.

Além disso, se fosse apenas uma questão de “nova roupagem”, onde estaria a possibilidade de criatividade que cada indivíduo possui em uma língua dada? O que ocorre, na realidade, é que, quando se trata da aprendizagem de uma língua estrangeira, seja na fase oral seja na de leitura, a linguagem, via língua nativa, tem uma função mediadora, uma vez que o indivíduo já domina um código significativo.

Nas seções seguintes deste artigo, refletiremos sobre as posições de alguns autores que, sobretudo no campo da psicolinguística, tratam da questão da transferência na aprendizagem de uma língua estrangeira.

A posição de Odlin

Há quem acredite que se a experiência passada tem efeitos positivos ou negativos sobre a nova aprendizagem, toda aprendizagem significativa envolve a transferência, ou seja, é afetada pela estrutura cognitiva existente.

Seguindo essa linha de raciocínio, Odlin (1989, p.27-8) assim se manifesta sobre a transferência de uma língua para outra:

A transferência é a influência resultante das semelhanças e diferenças entre a língua alvo e qualquer outra língua que tenha sido previamente (e talvez de forma imperfeita) adquirida.

...a influência surge do julgamento consciente ou inconsciente do aprendiz de que alguma coisa na língua materna (mais tipicamente) e alguma coisa na língua alvo são semelhantes, se não, exatamente o mesmo.

...a influência de uma língua sobre a outra tem algo a ver com a armazenagem de dois sistemas de conhecimento dentro do mesmo cérebro. (tradução nossa)

Dessa forma, as semelhanças no léxico e na sintaxe entre a língua nativa e a língua estrangeira podem reduzir o tempo necessário para se desenvolver uma boa compreensão em leitura. É preciso ficar claro que essa transferência positiva (semelhanças) e negativa (diferenças) a que Odlin se refere diz respeito aos arranjos superficiais que se configuram em L1 e L2.

Mais importante que isso: se trabalharmos, de forma explícita, com categorias comuns às duas línguas, como é o caso, repetimos, da determinação, do tempo, do aspecto e da modalidade, que mostram suas

marcas no léxico e na sintaxe, estaremos atuando sobre operações generalizáveis e unificadoras entre as línguas, atenuando, assim, dificuldades geradas pelas diferenças superficiais entre elas

Ainda discutindo a transferência de uma língua para outra em termos de produto, Odlin (1989, p 129-50) aponta uma série de fatores que interagem nessa questão. Entre a personalidade, a alfabetização, a idade, destacamos a consciência metalingüística, isto é, o saber sobre a língua e a consciência do valor social de certos usos dessa língua. Entendemos que refletir sobre formas e valores na língua estrangeira e compará-los com aqueles de sua língua materna é de extrema importância, também em uma análise que tem como elo comum a linguagem.

A visão de Ringbom

O papel da primeira língua na aprendizagem de uma língua estrangeira é igualmente abordado por Ringbom (1987, p.53), em especial com relação à questão da compreensão. Para o autor, as grandes diferenças ao aprender a entender uma língua estrangeira dependem, primeiramente, da existência ou da falta de semelhanças com relação a L1.

O aprendiz interpreta os enunciados de L2 com base no conhecimento que ele tem de L1. Em línguas próximas, o aprendiz já conhece as categorias gramaticais e suas funções e seu vocabulário potencial é bastante extenso. Ringbom, contudo, aponta que o efeito facilitador de L1 na compreensão de L2 varia, dependendo naturalmente de como o aprendiz pode estabelecer as equivalências entre as duas línguas.

A exemplo de Odlin, Ringbom enfatiza a comparação entre as duas línguas em termos de superfície, quer dizer, em termos de produto lingüístico. Podemos entrever, assim, que não há uma teoria da linguagem norteando suas reflexões sobre o processo de transferência. Certamente o autor se refere ao vocabulário (óbvio que varie de uma língua para outra) e à sintaxe, em que, ao lado de semelhanças, estão as diferenças entre as línguas. A nós interessam as semelhanças num nível mais abstrato, o nível da linguagem, mas nem por isso não-observáveis, uma vez que se exibem nas marcas de cada língua.

Em nosso entender, é aqui o lugar de interferência do professor: trabalhar essas equivalências pode significar, por exemplo, mostrar aos alunos como a categoria da modalidade (com seus traços numa língua dada) contribui para o refinamento do sentido do texto, ao mesmo tem-

po que permite ao leitor reconstruir criticamente a posição assumida pelo autor (Dota, 1997).

Transferência e “análise contrastiva”

Dentre os estudiosos que vêem a transferência como a imposição de padrões previamente aprendidos à nova situação de aprendizagem, há aqueles, como é o caso de Gass (1983, p.70), cuja preocupação maior é com os erros dos aprendizes, dentro de uma análise contrastiva. Nessa visão, os padrões de uma língua nativa, incluindo tanto as formas como as funções dos elementos, são impostos sobre os padrões aprendidos na segunda língua.

O que se enfoca aqui são os fatores que dificultam o processo de aprendizagem e, a nosso ver, é necessário que trabalhemos com aspectos comuns entre as línguas, isto é, os fatores facilitadores deste processo, presentes em L1 e L2 na forma de arranjos diversos.

Convém observar que é freqüente encontrarmos, na literatura que trata da aquisição de línguas, a terminologia “transferência positiva” e “transferência negativa”, ainda abordando a questão em sua superfície. A primeira se refere a qualquer efeito facilitador na aquisição, decorrente das semelhanças entre duas línguas, ou seja, a eleição de um mesmo arranjo morfossintático para L1 e L2. A segunda consiste na influência entre línguas que resulta em dificuldades de compreensão ou produção (também conhecida como “interferência”), isto é, L2 elege um arranjo diferente de L1.

Há, ainda, dentro da própria literatura anglo-americana, quem questione a validade da análise contrastiva, criticando a ênfase nos erros e o fato de não ter como suporte categorias comuns (conforme apontamos anteriormente) entre as línguas:

É claro que a Análise Contrastiva e a lingüística estruturalista provocaram convivências estranhas. *Como pode uma comparação efetiva ser realizada se as línguas não têm categorias em comum?*

Esse problema foi ignorado, entretanto, na avalanche dos estudos contrastivos que foram desenvolvidos nos Estados Unidos... O ideal é que a Análise Contrastiva seja baseada em categorias universais (isto é, categorias que podem ser encontradas em todas as línguas naturais), que diferem na maneira com que elas se realizam, lingüisticamente, de uma língua para a outra... Entretanto, a maioria dos estudos contrastivos desenvolvidos tem sido baseada

em características estruturais de superfície, tais como aquelas descritas pelos estruturalistas. (Ellis, 1985, p.25, tradução e grifos nossos)

Em estudo recente sobre retórica contrastiva enfocando a escrita, Connor (1996) aponta três abordagens com relação ao papel da transferência no ensino-aprendizagem de uma língua estrangeira: análise contrastiva, análise de erros e seu desenvolvimento consecutivo – a análise de um sistema transicional entre L1 e L2 chamado interlíngua. A autora afirma:

[pesquisas] envolvendo a análise de erros e a análise dos sistemas de interlíngua no desempenho efetivo do aprendiz sugerem que a influência da transferência na aquisição da língua alvo é mais complexa. Outros fatores, agora considerados, incluem conhecimento sobre a língua alvo propriamente dita, as estratégias comunicativas do aprendiz, a situação instrucional e os efeitos combinados desses fatores.

Mais recentemente, a pesquisa em interlíngua tem sido criticada por abordar a sintaxe numa concepção exclusivamente sintática, excluindo a semântica, a fonologia e a pragmática. Por essa razão ... [exigiu-se] que a pesquisa em interlíngua fosse desenvolvida numa perspectiva funcional da língua, à luz da pragmática e da lingüística do discurso. (Connor, 1996, p.13-4, tradução nossa)

Nessa última perspectiva, Connor nos mostra vários trabalhos indicando que os padrões discursivos de uma primeira língua exercem influência marcante nos hábitos de escrita dos estudantes de uma segunda língua, no que se refere aos níveis retóricos e ideológicos do discurso. Isso significa que diferentes padrões de discursos, definidos culturalmente e por grupos de especialidade, em L1, vão influir na produção (e, certamente, na compreensão) de textos, em L2.

Trazendo a questão para o ensino da língua estrangeira, é necessário que o professor conheça a(s) cultura(s) dos alunos com quem está trabalhando e a consequente influência em seus padrões de escrita, para que possa orientar suas produções (e seus reconhecimentos) de textos nos padrões discursivos solicitados em L2, levando em consideração, obviamente, as expectativas do público estabelecido como alvo. Nesse sentido, Connor chama a atenção para os pontos comuns entre textos de diferentes culturas:

Na década de 1980, ocorreu uma abordagem diferente da análise textual. Houve uma ênfase em métodos mais sofisticados da análise do discurso, que

trataram de múltiplos níveis de textos, bem como permitiram analisar os processos de produção e compreensão. Além do mais, os pesquisadores começaram a analisar textos em L1 elaborados por estudantes que estavam trabalhando com produção de textos em L2. *Isso levou a uma melhor apreciação da experiência em L1 e à busca de universais, ao lado das diferenças.* (Connor, 1996, p.157-8, tradução e grifos nossos)

Considerações finais

Reconhece-se, assim, nas posições de Ellis e de Connor, aqui citadas, a necessidade de se trabalhar com pontos comuns. Chomsky propôs os universais lingüísticos; Culíoli (1990), na teoria das operações enunciativas, fala de operações generalizáveis (e, consequentemente, categoriais generalizáveis) estudadas por meio da diversidade das línguas. Não são, certamente, a mesma coisa, mas Bailly (1975, p.86), adepta da teoria das operações enunciativas, reconhece a contribuição de Chomsky para o modelo de Culíoli, para esclarecer os fenômenos da linguagem.

Questionamos então: se defendemos, a exemplo de Culíoli, uma lingüística que contém em si um programa de trabalho – o estudo da linguagem por meio da diversidade das línguas –, não seria uma redundância falar em análise contrastiva? O estudo de categorias generalizáveis já não prevê realizações lingüísticas diferentes em várias línguas?

Acreditamos que, em se tratando da aprendizagem do inglês por falantes nativos do português, línguas cujos arranjos morfossintáticos têm pontos em comum, podemos tirar relevante proveito dessas semelhanças de superfície, mas o papel do professor de língua estrangeira só se completará quando conseguir generalizar questões da linguagem, válidas, portanto, para as duas línguas (e todas as línguas naturais).

No caso específico da leitura, cremos que os aprendizes podem, mediante o potencial da linguagem subjacente a L1 e L2, transferir os mecanismos que utilizam para atingir a compreensão, isto é, podem transferir suas estratégias de leitura. Vejamos, para finalizar, duas situações que apresentam dificuldades para o ensino-aprendizagem de leitura em língua estrangeira.

Tomando, por exemplo, uma dificuldade de falantes do português ao lerem textos em inglês – o entendimento dos grupos nominais –, o professor dessa língua estrangeira pode trabalhar com uma categoria generalizável para as duas línguas, que é subjacente a essa questão: a

determinação. Ao apresentar aos aprendizes uma análise da ordem dos elementos dos grupos nominais, diferente na superfície das duas línguas em questão, o professor, aproveitando uma categoria já presente na L1 dos alunos, chamará a atenção para aquilo que, positivamente, poderá ser transferido como estratégia de leitura em L2, ou seja, a busca do processo de determinação.

A operação de modalização, mencionada anteriormente, como ponto comum entre as línguas pode, também, funcionar como uma estratégia de leitura para suprir as dificuldades que os aprendizes têm com o valor dos modais em inglês. Assim, levando em consideração a categoria da modalidade, ou seja, a atitude do falante ante seu enunciado e seu interlocutor, apontada, por exemplo, na análise dos verbos modais, o professor poderá orientar seus alunos sobre o posicionamento do autor de um texto.

DOTA, M. I . M. Transfer in foreign language reading learning: some considerations. *Alfa (São Paulo)*, v.42, p.23-32, 1998.

- *ABSTRACT: This article aims at presenting some considerations on transfer in foreign language learning, specifically regarding the reading process. It discusses positions of a few researchers within cognitive psychology and psycholinguistics, and it emphasizes the teacher's work on the common points among languages.*
- *KEYWORDS: Transfer; reading; language and foreign language.*

Referências bibliográficas

- AUSUBEL, D. P. et al. *Psicología educacional*. Trad. Eva Nick et al. Rio de Janeiro: Interamericana, 1980.
- BAILLY, D. Pour une application de la linguistique théorique à l'enseignement des langues. *Langages*, v.39, p.81-104, 1975.
- CONNOR, U. *Contrastive rhetoric: cross-cultural aspects of second-language writing*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- CULIOLI, A. *Notes du séminaire de D.E.A. – 1983-1984*. Paris: Poitiers, 1985.
_____. *Pour une linguistique de l'énonciation*. Paris: Ophrys, 1990.

- DOTA, M. I. M. O processo de leitura e as operações enunciativas de Antoine Culioli. *Alfa (São Paulo)*, v.39, p.153-60, 1995.
- _____. A modalidade na leitura de uma propaganda em língua inglesa. In: XLV SEMINÁRIO DE LINGÜÍSTICA DO GEL, 1966, Taubaté - SP. *Anais...* Campinas: UNICAMP, 1997. p.498-504.
- ELLIS, R. *Understanding second language acquisition*. Oxford: Oxford University Press, 1985.
- GASS, S. M. Language transfer and universal grammatical relations. In: GASS, S. M., SELINKER, L. *Language transfer in language learning*. London: Newbury House Publishers, 1983. p.69-84.
- ODLIN, T. *Language transfer*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- RINGBOM, H. *The role of the first language in foreign language learning*. Philadelphia: Multilingual Matters, 1987.
- SMITH, F. *Reading*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.

CONDIÇÕES DE PRODUTIVIDADE E CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO: UMA ANÁLISE DAS FORMAS X-EIRO NO PORTUGUÊS DO BRASIL

Carlos Alexandre V. GONÇALVES¹

Lilian Coutinho YAKOVENCO²

Raquel G. Romankevicius COSTA³

- **RESUMO:** Neste artigo, analisamos as construções X-eiro no português do Brasil, tomando por base os pressupostos teórico-metodológicos da Morfologia Derivacional (Aronoff, 1976; Basílio, 1980, entre outros). Nosso principal objetivo é levantar o potencial de produtividade do sufixo -eiro, propondo, para tanto, regras de formação de palavras e regras de análise de estrutura que dêem conta da formação de substantivos agentivos e locativos.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Morfologia derivacional; produtividade; sufixo -eiro; regras de formação de palavras.

Introdução

Este artigo toma como objeto de investigação a análise das formações x-eiro no português do Brasil a partir de uma abordagem centrada nos fundamentos teóricos da Morfologia Derivacional (Aronoff, 1976; Basílio, 1980, entre outros). O principal objetivo do estudo é levantar o

¹ Departamento de Letras Vernáculas – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ – 21941-000 – RJ (c.alexandre@letras.ufrj.br).

² Departamento de Letras – Universidade Federal do Espírito Santo – UFES – 29060-900 – ES.

³ Pesquisadora Associada do Museu Nacional – 20940-040 – Rio de Janeiro – RJ.

potencial de produtividade do sufixo -eiro na formação de substantivos e adjetivos e verificar a natureza das funções envolvidas nesse processo (semânticas, sintáticas e discursivas). Nesse sentido, questões como produtividade, restrições e bloqueio serão discutidas na análise, a fim de se chegar ao estabelecimento de regras de formação de palavras atuantes nas construções ora em pauta.

Na seção 1, discutimos o tratamento dado ao sufixo em questão nas gramáticas tradicionais de língua portuguesa, buscando, por meio da observação dos dados levantados a partir de *corpora* específicos, verificar até que ponto a abordagem normativa prevê questões relativas a formações realmente atuantes nos dias de hoje. Ainda nessa seção, propomos Regras de Formação de Palavras (doravante RFP) para agentivos em -eiro e Regras de Análise de Estrutura (doravante RAE) isoladas para as construções não-agentivas.

Na seção 2, buscamos confrontar as relações entre as formações x-eiro e as formações x-eira, visando discutir se se trata de construções com um sufixo único ou se -eiro e -eira devam ser vistos como dois sufixos distintos. Por fim, na seção 3, discutimos a questão paradigma/produtividade, tomando por base uma análise contrastiva entre as formações agentivas em -eiro e as construções agentivas em -ista, verificando, assim, as condições de produção (Basilio, 1990) subjacentes à aplicação da(s) RFP(s) proposta(s).

Os dados que serviram de ponto de partida para a análise das formas x-eiro foram extraídos dos seguintes *corpora*: (a) jornais, nas diversas seções – esportes, política e outras –, entre os dias 15 e 19 de agosto de 1995; (b) palavras ouvidas em diversas situações de fala e em diferentes tipos de discursos, durante o mês de agosto do referido ano; e (c) dicionários da língua portuguesa, especialmente o Aurélio (Ferreira, 1976).

1 Análise das construções X-eiro

-Eiro na visão dos gramáticos tradicionais

Nas gramáticas tradicionais de língua portuguesa, o sufixo -eiro é caracterizado como um elemento que forma substantivos a partir de substantivos sem, no entanto, desempenhar uma função semântica específica (cf., entre outros, Rocha Lima, 1976, p.180-1; Bechara, 1976, p.199-200). De fato, a tradição gramatical não vê nos sufixos um con-

teúdo semântico próprio, uma vez que eles são, nas palavras de Rocha Lima (1976, p.181), "vazios de significação e têm por finalidade formar séries de palavras da mesma classe gramatical". Cunha (1976), da mesma forma que a maioria dos gramáticos normativos, também inclui -eiro numa lista de sufixos nominais latinos. No entanto, estabelece seis possíveis interpretações semânticas para esse formativo: (a) "ocupação", "ofício" ou "profissão" (barbeiro, copeiro); (b) "lugar onde se guarda algo" (galinheiro, tinteiro); (c) "árvore e arbusto" (cajazeiro, craveiro); (d) "idéia de intensidade e/ou aumento (nevoeiro); (e) "objeto de uso" (perneira, pulseira); e, finalmente, (f) "noção coletiva" (berreiro, formigueiro) (cf. Cunha, 1976, p.68).

Na verdade, o tema "Formação de Palavras" nunca foi de interesse central nas abordagens normativas, visto que o enfoque dado a essa questão se resume, basicamente, à análise das palavras já formadas e incorporadas ao léxico, preocupando-se, pois, com o aspecto analítico das formas derivadas. Além disso, nenhuma descrição mais aprofundada sobre a natureza dos processos de formação é feita, uma vez que as gramáticas tendem a listar os sufixos e a arrolar alguns exemplos. Na exemplificação, há mescla de critérios sincrônicos e diacrônicos, sem que seja possível, em alguns casos, a identificação semântica do sufixo -eiro ou mesmo a isolabilidade da base (cf. Said Ali, 1964; Bechara, 1976, entre outros).

No que diz respeito à abordagem das gramáticas tradicionais, duas questões sobre as formações x-eiro podem ser levantadas: (a) o sufixo em questão nem sempre se anexa a bases substantivas para formar substantivos, embora esse realmente seja o caso de maior produtividade na língua, já que tanto o *input* quanto o *output* dessas formações pode ser um adjetivo, como em "careiro" e "certeiro", por exemplo; (b) o sufixo -eiro, diferentemente de alguns outros sufixos do português, como -eza, por exemplo, apresenta funções semânticas bastante definidas, o que contraria a hipótese de Rocha Lima (1976) e de Bechara (1976). Verificar tais funções constitui um dos pontos fundamentais da subseção seguinte.

Classificando as construções X-eiro

Nesta subseção, nossa principal preocupação será a de levantar o potencial de produtividade do sufixo -eiro na formação de substantivos e/ou adjetivos e as condições necessárias correspondentes a essa produtividade, ou seja, as funções semânticas e sintáticas (cf. Basílio,

1987) presentes no processo. A partir dos *corpora* constituídos, que permitiram reunir cerca de trezentas formações x-eiro, pôde-se reconhecer a existência de seis grupos de afinidades morfossintáticas e semânticas:

(a) agentivos em que o sufixo -eiro é afixado a uma base nominal, a fim de indicar um elemento caracterizado a partir do objeto que produz, conserta ou negocia. Incluem-se nessa lista também formações x-eiro que indicam o local onde o agente trabalha. Em todos os casos, o *output* sintático é um substantivo. Vejam-se os exemplos a seguir:

carteiro	jardineiro	faxineiro	porteiro	sapateiro	fazendeiro
vendeiro	cocheiro	doleiro	pedreiro	peixeiro	goleiro
cozinheiro	usineiro	tesoureiro	caseiro	verdureiro	açougueiro
fuzileiro	vidraceiro	hoteleiro	leiteiro	toureiro	padeiro
lixheiro	pasteleiro	costureiro	vaqueiro	pipoqueiro	copeiro
cabeleireiro	enfermeiro				

(b) agentivos em que o sufixo -eiro é afixado a uma base nominal, caracterizando o ser por uma atividade que aprecia e/ou pratica habitual ou eventualmente. Nesse grupo, o *output* sintático pode ser um substantivo, mas também um adjetivo, como nos exemplos abaixo:

festeiro	metaleiro	galhofeiro	roleiro	pagodeiro	funkeiro
mexeriqueiro	frangueiro	sanfoneiro	violeiro	fofoqueiro	marreteiro
sambeiro	batuqueiro	politiqueiro	justiceiro	chincheiro	maconheiro
punheteiro	guerreiro	cascateiro	rueiro	alcoviteiro	romeiro
carniceiro	boateiro	futriqueiro	olheiro	zombeteiro	jazeiro
roqueiro					

(c) o sufixo -eiro se acrescenta a uma base nominal para caracterizar o lugar onde se guarda e/ou deposita algo, apresentando, assim, uma função semântica do tipo locativo (ou recipiente). Nesse caso, o *output* sintático é necessariamente um substantivo, como nos casos a seguir:

faqueiro	tinteiro	cinzeiro	chiqueiro	camiseiro	galinheiro
terreiro	bueiro	saleiro	banheiro	ponteiro	pardieiro
maleiro	formigueiro	puteiro	viveiro	baleiro	mosquiteiro
agulheiro	poleiro	papeleiro	palheiro	açucareiro	celeiro
letreiro	roupeiro	fogareiro	galeteiro	gaveteiro	geleiro
petroleiro	isqueiro				

(d) o sufixo -eiro se anexa a uma base nominal, que, na verdade, é o nome de uma fruta ou de uma flor, a fim de formar a árvore e/ou o arbusto que se caracteriza por dar x. O *output* sintático é um substantivo. Confiram-se os dados:

tomateiro	cajazeiro	cajueiro	limoeiro	abacateiro	coqueiro
pessegueiro	mamoeiro	craveiro	marmeiro	ingazeiro	jambeiro

(e) as formações x-eiro desse grupo são caracterizadas por ressaltarem uma qualidade e/ou característica da base. Nesse caso, o *output* é um adjetivo. Tais formações podem ser parafraseadas da seguinte maneira: "que tem a qualidade de x". Um ponto interessante, nesse subgrupo, está no fato de o *input* poder ser também um adjetivo, como em "grosseiro" e "certeiro", entre outros. Observem-se os itens:

careiro	verdadeiro	matreiro	barateiro	rasteiro	fogueiro
certeiro	brejeiro	derradeiro	grosseiro	faceiro	maneiro
costumeiro	corniqueiro				

(f) O sufixo -eiro se adiciona a uma base nominal e resulta em formações caracterizadas pelo acúmulo, excesso ou intensidade da base, como em "nevoeiro", "atoleiro", "lamaceiro" e "aguaceiro". Incluímos nesse grupo, que pode ser chamado de "estranho", também formações em -eiro que nomeiam lugares a partir de suas características topográficas e/ou geológicas, como em "desfiladeiro" e "despenhadeiro" e algumas construções em -eira, como, por exemplo, "ribanceira" e "cachoeira".

Separando o trigo do joio

Na subseção precedente estabeleceram-se seis grupos de afinidades sintático-semânticas para as formações x-eiro em português. No entanto, um exame mais detalhado acerca da caracterização das bases e dos produtos pode levar a generalizações mais interessantes no que diz respeito ao estabelecimento de RFPS.

Nos grupos (a) e (b) propostos, salientamos que o sufixo -eiro liga-se a uma base substantiva (carta, sapato, verdura, bagunça, trambique, encranca) para formar um substantivo agentivo. Seria possível, então, propor-se a seguinte RFP:

$$\text{RFP (01): } [X]_s \Rightarrow [[X]_s \text{ eiro}]_{sAg}$$

Para as formas cuja base não seja uma forma livre, poderia ser formulada a RAE (01) – $[X]_s \text{ eiro}_{sAg}$ – a qual abarcaria formações como “marceneiro” e “carpinteiro”, entre outras. Uma RFP como a formulada em (01), entretanto, apresenta alguns problemas, como os abaixo enumerados:

1 Ignora-se a especificidade semântica das bases

Ao se agruparem formações como “sapateiro” e “marombeiro” como produtos da mesma regra, não se observa que as bases “sapato” e “maromba”, apesar de serem da mesma categoria lexical, não são da mesma natureza semântica: a primeira possui valor [+ concreto], ao passo que a segunda se especifica como [- concreto].

2 Ignora-se a especificidade semântica do produto

Mais uma vez, a proposição de uma regra única para as formas dos grupos (a) e (b) não revela a especificidade semântica do produto, posto que formações como “verdureiro” referem-se a uma profissão/ofício, ao passo que formações como “fofoqueiro” relacionam-se à noção de habitualidade/regularidade. Desse modo, apesar de as formações serem agentivas, isto é, caracterizarem-se semanticamente como “aquele que faz X”, há diferenças entre elas.

3 Ignora-se o forte teor negativo/pejorativo do sufixo

O sufixo -eiro relaciona-se a agentivos que denotam profissões de pouco prestígio social (“carteiro”, “açougueiro”), ou a agentivos de carga semântica nitidamente pejorativa, conforme discutiremos no decorrer do texto (“faroleiro”, “trambiqueiro”).

4 Ignora-se a existência de produtos categoriais distintos

A RFP (01) postularia a formação de agentivos substantivos unicamente. Entretanto, em construções cuja base é [- concreta], existe a possibilidade de se gerarem substantivos, como em “Os trambiqueiros foram presos”, mas também adjetivos, como em “Os comerciantes trambiqueiros caíram na cilada”. No intuito de dar conta da existência de uma formação adjetiva, poder-se-ia formular a seguinte regra:

$$\text{RFP (02): } [X]_s \Rightarrow [[X] \text{ eiro}]_{s \vee \text{adj Ag}}$$

O estabelecimento da regra formalizada em (02) implica, pois, uma discussão a respeito da hipótese do Produto Categorial Único (Aronoff, 1976), visto que (02) mostra que o sufixo -eiro forma palavras que apresentam pelo menos um dos traços categoriais especificados no subscrito (substantivo ou adjetivo). Nesse caso, como observou Basílio (1980, p.93), se for mantido o princípio do produto categorial único, tal como pretendia Aronoff (1976), haveria necessidade de dividir um processo morfológico único em duas regras, entre as quais a única diferença é o traço categorial. Basílio propõe, então, que produtos de RFPs possam ser especificados por mais de uma categoria lexical maior.

No caso das formações x-eiro envolvidas nos grupos (a) e (b) propostos neste artigo, acreditamos não ser a regra (02) a mais adequada para descrever o processo. Não estamos questionando, aqui, a validade da proposição de uma RFP especificar mais de um produto categorial, mas sim a viabilidade dessa proposta para as formações em -eiro dos grupos examinados. A nosso ver, tal regra não seria nada restritiva para as formações x-eiro, não dando conta do fato de a maioria esmagadora dos dados ser marcada pelos traços [+ agente; + substantivo]. Por esses motivos, poder-se-ia propor que os grupos (a).e (b) sejam caracterizados pela regra (03) a seguir, com produto categorial único de substantivo, estabelecendo-se, paralela à (03), a regra (04), segundo a qual os nomes de agentes podem funcionar como adjuntos adnominais. Os exemplos (i) e (ii), logo a seguir, parecem constituir evidência favorável à proposição de regras de tal porte.

$$\begin{aligned} \text{RFP } (03): [X] s &\Rightarrow [[X] s \text{ eiro}] s \text{ Ag} \\ (04): \text{Ag} &\Rightarrow \text{Adj. —} \end{aligned}$$

(i) Todos os **funkeiros** envolvidos no quebra-quebra do “Belavistão” foram autuados em flagrante, mas logo depois foram liberados porque a maioria era menor (*O Dia*, 15.8.1995).

(ii) As galeras **funkeiras** vêm crescendo muito nos últimos meses e a elas vem sendo atribuída a violência nas praias e nas ruas do Rio (*O Dia*, 15.8.1995).

Alguns argumentos podem ser arrolados favoravelmente à proposta da regra (03) com especificação em (04). Sustentamos, aqui, a idéia de que algumas palavras em -eiro que aparecem como adjetivos não são, necessariamente, adjetivos. Trata-se, na verdade, de uma ocorrência precária na posição de adjunto adnominal, visto que não possuem outras características de adjetivos: (a) não funcionam como bases de

formação para substantivos abstratos (*cascateiridade, *gazeteiridade, *zombeteiridade); (b) não funcionam como base para formação de advérbios (*catimbeiramente, *boateiramente, *jazzeiramente); e, finalmente, (c) não permitem intensificação (*trapaceiríssimo, *boateiríssimo, *baderneiríssimo). Por todas essas razões, tais formações não constituem propriamente uma classe de adjetivos, mas uma ocorrência com função de adjetivo.

No entanto, apesar de todas essas evidências positivas, as regras (03) e (04) apresentam dois problemas que julgamos de fundamental relevância para optar por regras distintas para os grupos (a) e (b): 1. não captam que as formações X-eiro cujas bases são [+ concreta] não apresentam a possibilidade de serem adjetivadas; e 2. generalizam o fato de todo agentivo poder ser adjunto adnominal, o que, de fato, não ocorre com determinadas formas X-eiro do grupo (a) (cf., por exemplo, "pedreiro"). Por essas razões, é de imaginar a existência de duas formações X-eiro agentivas: (a) uma cujo valor semântico seja o de profissão/ofício e (b) outra cujo valor seja de habitualidade/regularidade. As proposições mencionadas podem ser esquematizadas do seguinte modo:

	profissão [+ concreta]	base nominal	substantivo	Pouco prestígio social
X-eiro agentivo				
	habitualidade [- concreta]	base nominal	substantivo adjetivo	Pejoratividade

Optamos, assim, por postular a existência de duas regras diferentes para gerar as formações agentivas dos grupos (a) e (b). Tais regras aparecem especificadas em (05) e (06), respectivamente:

$$\text{RFP (05): } [X]_{S(+\text{concreto})} \Rightarrow [[X]_S \text{ eiro}]_{S \text{ Ag}} \\ \text{"profissional de X"}$$

$$\text{RFP (06): } [X]_{S(-\text{concreto})} \Rightarrow [[X]_S \text{ eiro}]_{S \vee \text{Adj Ag}} \\ \text{"que faz X com habitualidade"}$$

As RFPS produtivas (05) e (06) prevêem a formação de agentivos em -eiro de duas naturezas distintas: de um lado, a partir de bases [+ concreta], formam-se agentivos denominais de profissões/ofícios; de outro, a partir de bases [- concreta], ou abstratizadas, formam-se agentes habituais. Trata-se, pois, de duas regras bastante produtivas em português,

haja vista o fato de muitas das formas, como as abaixo discriminadas, terem sido criadas recentemente. Nesse sentido, os grupos (a) e (b) são bastante produtivos, tanto no que concerne ao volume de formas já incorporadas ao léxico quanto no que diz respeito à potencialidade de novas formações.

grupo A	grupo B
quiosqueiro	funkeiro
sacoleiro	jazzeiro
doleiro	metaleiro
xeroqueiro	lambadeiro
retranqueiro	charmeiro (do ritmo charme)

Propomos, agora, que a regra (05) também dê conta das formações listadas no grupo (d), ou seja, dos casos de nomes de árvores e/ou arbustos. A semelhança semântica entre o comportamento dessas formações e as do grupo (a) permite que se considerem os casos de (d) como uma extensão metafórica do uso da regra (05).

Parece mais consistente afirmar-se que os casos do grupo (d) estão mais próximos de (a) do que de (c) – locativo –, visto que “pessegueiro”, por exemplo, é mais bem interpretado como “que produz x”, da mesma forma que “sapateiro” (e não “onde fica x”, como em “roupeiro”).⁴ Além disso, o *output* semântico de (c) é um substantivo [- humano] com características diferentes do *output* de (d), que, na verdade, apesar de ser [- humano], é [+ animado]. Sugerimos, por isso, que as construções em -eiro do grupo (d) sejam vistas como agentivas, em primeiro lugar, e como extensões metafóricas do grupo (a), em segundo. Com relação à produtividade, pode-se dizer que as formas do grupo (d) são potencialmente produtivas, visto que a necessidade de nomear uma fruta e/ou flor desconhecida implicaria a necessidade de rotular a árvore e/ou arbusto correspondente.

As formações x-eiro correspondentes ao grupo (c) (cf. divisão proposta acima) envolvem casos de substantivos comuns de natureza locativa e/ou recipiente. Nesse sentido, é possível parafrasear tais construções da seguinte maneira: “x-eiro é o lugar onde se guarda e/ou se

⁴ Além disso, a língua portuguesa dispõe de um sufixo específico para indicar locativo de árvores ou arbustos. Trata-se do sufixo -al, que produz formas como “pessegal” e “bananal”. Há, assim, uma diferença semântica considerável entre “laranjal” e “laranjeira”, por exemplo. No primeiro caso, tem-se o lugar onde ficam plantações de laranjas. No segundo, diferentemente, tem-se a arvore que produz essas frutas.

deposita x". Conforme constatado anteriormente, o grupo ora em pauta difere dos demais grupos analisados em virtude de serem formações caracterizadas pelo traço [-animado]. Via de regra, as construções do grupo (c) têm como *input* sintático um substantivo [+concreto] e como *output* um substantivo também [+concreto] com função locativa. Poder-se-ia pensar, assim, numa RFP como a expressa em (07):

$$\text{RFP (07): } [X]_s \Rightarrow [[X]_s \text{ eiro}]_s \\ \text{locativo}$$

Fazem parte do grupo (c) 34 formações x-eiro, das quais quatorze admitem, também, uma interpretação agentiva, fato que evidencia a fluidez dos limites entre os grupos (a) e (c). Tais itens figurariam, pois, nos dois grupos, visto que são casos típicos de polissêmia. Confiram-se alguns exemplos:

papeleiro	
camiseiro	lugar em que se guarda X
baleiro	ou
chaveiro	ser que trabalha com X
maleiro	

Para nós, as formações x-eiro do grupo (c) são potencialmente ambíguas por natureza, uma vez que tendem a admitir uma interpretação locativa e uma interpretação agentiva. Em "roupeiro", por exemplo, observa-se o sentido locativo, mas também pode haver uma interpretação agentiva, caso "roupeiro" faça referência ao vendedor de roupas que trabalha por conta própria (cf. Ferreira, 1976 e 1992). O mesmo raciocínio pode valer, também, para "calceiro" e "gaveteiro", entre outras. Nesse sentido, pode-se perguntar se tais casos não seriam, na verdade, extensões metafóricas do uso de (05).

Outro ponto que colocamos em discussão quanto à viabilidade da RFP (07) para os itens lexicais que compõem o grupo (d) diz respeito a não termos encontrado, nos *corpora* consultados, nenhuma formação x-eiro nova para esses casos. De fato, o grupo (c) contém um contingente bastante pequeno de dados, comparativamente aos grupos (a) e (b). Além disso, as condições de isolabilidade dos grupos (a) e (b) são as melhores possíveis, visto que a base é uma palavra – substantivo – disponível no léxico da língua. As do grupo (c), diferentemente, não são tão boas, pois em alguns casos, como em "chiqueiro", "pardieiro", "poleiro", "celeiro" e "galeteiro", entre outras, a base é, na verdade, um radical preso.

Regras de formação de palavras e regras de análise de estrutura

Basilio (1980, p.49-72) propõe uma distinção entre Regras de Formação de Palavras e Regras de Análise Estrutural, observando que “o pressuposto de que RFPS e RAES deveriam ser equacionadas levou os modelos anteriores à concentração em apenas um aspecto da morfologia derivacional – Regras de Redundância Lexical, no modelo de Jackendoff, e Regras de Formação de Palavras, no modelo de Aronoff” (p.49). Nesse sentido, a distinção entre RAES e RFPS permite fornecer uma descrição mais apurada acerca da coexistência, no léxico, de formas regulares ao lado de formas fossilizadas (estratificadas).

A contraparte de análise estrutural de uma regra produtiva analisa a estrutura das palavras formadas por essa regra. A maior parte das formações x-eiro de (a) e (b) incidem em formas livres disponíveis no léxico. No entanto, algumas raras exceções podem ser arroladas, como acontece, por exemplo, em “bandoleiro”, “padeiro”, “marceneiro” e “cattimbeiro”, entre outras, em que a base não é, de fato, uma forma livre na língua. Podem ser propostas, para esses casos, as contrapartes de análise estrutural para (05) e (06), abaixo especificadas:

RAE (08): [[X]s (+ concreto) eiro]s Ag
“profissional de X”

RAE (09): [[X]s (- concreto) eiro]s v Adj. Ag
“que faz X com habitualidade”

Nesses casos, as RAES (08) e (09) das regras produtivas (05) e (06), respectivamente, analisam não apenas as formações baseadas em formas livres, mas também formações fossilizadas cujas bases constituem radicais presos. As condições de isolabilidade da base dependem, então, das relações entre essas construções irregulares e as formações agentivas x-eiro mais regulares. As RAES (08) e (09), portanto, estão diretamente relacionadas às RFPS (05) e (06).

Diferentemente das RAES para analisar estruturalmente as formações dos grupos (a) e (b), a RAE do grupo (c) não teria uma contraparte de RFP. Seria, nas palavras de Basilio (1980, p.58), um caso de RAE “isolada”. Pensamos que não seria consistente postular a RFP (07) para os dados do grupo (c) em virtude de tal regra não ser produtiva na língua, haja vista o fato de nenhuma formação nova ter sido registrada nos corpora. Dessa maneira, o estabelecimento da RAE isolada (10), especificada a seguir, é necessário para solucionar os casos em que os falantes

podem analisar a estrutura interna das palavras formadas por elementos morfológicos improdutivos (Basilio, 1980, p.59). Em tais casos, pois, o falante reconheceria a estruturação das formas, inclusive a interpretação semântica do produto, mas não se pode afirmar, contudo, que a formação seja produtiva.

RAE isolada (10) $[[X]_s\ eiro]_s$
locativo

Pode-se admitir que não há uma contraparte de RFP para a RAE estabelecida acima em virtude de tal regra ser bloqueada paradigmaticamente pela regra produtiva de formação de locativos em -eira, a ser estabelecida na seção 2. Além disso, na maior parte das vezes, a idéia de “lugar onde se guarda x” é marcada, em português, por um composto, como em “guarda-roupa”, “porta-copos” ou “porta-papel”, entre muitos outros, além de haver, no léxico, formas primitivas que cumprem tal função, como em “estante” e “estojos”, por exemplo.

Uma hipótese acerca do “espriaamento metafórico” das formações X-eiro

No momento, pode-se refletir sobre uma possível tendência geral de abstratização de sentido para as formações x-eiro em português, tomando por base uma espécie de “espriaamento metafórico” das formas. Nesse sentido, admite-se, aqui, a possibilidade de uma (des)construção semântica a partir de uma cadeia cognitiva de transferência de sentido, tal como advoga Nobre (1993). De fato, a primeira referência para as formações x-eiro parece estar centrada na pessoa (Nobre, 1993), ou seja, nas construções [+ humano] e, à medida que essa referência se gramaticaliza, tende a perder as proximidades com o humano e a se aproximar mais do abstrato, ganhando, pois, maior complexidade cognitiva (p.169-72).

Tomando por base o pressuposto acima, pode-se dizer que o primeiro grupo listado – o das profissões e ofícios – é formado a partir de bases concretas (“barqueiro” e “seringueiro”). No grupo (b) – o que indica habitualidade –, as formações têm como *input* bases concretas (“violeiro” e “sanfoneiro”), mas a grande maioria provém de bases abstratas (“cascateiro” e “arruaceiro”). Algumas formações do grupo (b) têm como *input* um substantivo [+ concreto], como “grafiteiro”, “macheiro” e “cachaceiro”, mas, a nosso ver, essas bases passam por

um processo de abstratização, visto que “grafiteiro”, “maconheiro” e “cachaceiro” não produzem ou trabalham com “grafite”, “maconha” e “cachaça”, mas sim têm o hábito de pichar paredes, fumar maconha e ingerir álcool. Na verdade, a distinção de itens lexicais com os valores absolutos do traço [+/- concreto] leva a uma interpretação que, de fato, pode encobrir uma possível escalaridade entre esses dois valores semânticos. É possível, pois, que as bases do grupo (a) sejam mais bem caracterizadas pelos traços [+ concreto], [+ locativo] e [+ objeto], diferindo, assim, das dos itens do grupo (b), marcadas pelos traços [+ concreto] e [- concreto]. Nesse sentido, nos perguntamos se os *inputs* do grupo (b) não estariam passando por um processo de abstratização de sentido, perdendo, assim, o valor positivo do traço [+/- concreto].

É possível admitir uma dupla extensão metafórica de sentido para -eiro: (a) de agentivo designador de ofício para agentivo designador de comportamento habitual e (b) de designador de ofício de baixo prestígio social (como “carteiro” e “açougueiro”) a designador de praticante de atividade ilícita ou de pouca monta, não aceitável socialmente (“pistoleiro”, “muambeiro” e “olheiro”, por exemplo).⁵

Ainda com relação à hipótese aventada anteriormente – a do espraiamento metafórico das formações x-eiro –, é possível estabelecer um *continuum* de abstratização que serve como pano de fundo para as funções semânticas desempenhadas pelo sufixo -eiro. Tal *continuum* teria início nas construções agentivas que resultam em produtos [+ humano], passando pelos nomes de árvores e arbustos, agentes marcados pelo traço [+ animado], e culminaria nas formações que designam espaço, como “chaveiro” e “mosquiteiro”, marcadas pelo traço [+ objeto]. Parece constituir prova dessa extensão o fato de diversas palavras listadas no grupo (c) terem também uma interpretação agentiva.

[+ humano] >>>
muambeiro
grafiteiro
doleiro

[+ animado] >>>
mamoeiro
abacateiro
jambeiro

[+ objeto]
paliteiro
baleiro
maleiro

⁵ Acreditamos que uma pesquisa diacrônica possa fornecer subsídios para confirmar ou infirmar essa hipótese.

Propostas de mais RAEs isoladas

O mesmo raciocínio acerca das formações x-eiro do grupo (c) pode ser estendido também para as palavras que compõem o grupo (e). Esse grupo, que abrange termos como “verdadeiro”, “grosseiro” e “barateiro”, entre outros, distingue-se dos demais por envolver produtos marcados categorialmente como adjetivos. Nesse sentido, admite-se, aqui, que tais formações ressaltam, na verdade, uma qualidade e/ou característica da base, sendo parafraseadas, pois, da seguinte maneira: “x-eiro é dotado ou tem as características de X”. Constam do grupo (e) dezesseis itens lexicais, dos quais cinco não apresentam bases isoláveis: “matreiro”, “fagueiro”, “derradeiro”, “maneiro” e “corriqueiro”. Duas delas – “faceiro” e “brejeiro” –, embora apresentem bases isoláveis, não apresentam regularidade semântica, visto que “faceiro”, por exemplo, não é aquele que “tem característica de x”. São, pois, casos de deriva semântica.⁶ Propomos, neste artigo, que as construções do grupo (e) sejam vistas como casos de RAE sem contraparte de RFP, ou seja, sugerimos que tais casos sejam analisados por meio de uma RAE isolada, da mesma forma que os do grupo (c). Tal hipótese se justifica pelo fato de tais construções não serem produtivas na língua. Confira-se a RAE em (11) a seguir:

RAE isolada (11): [[X] eiro]_{adj}
“que tem característica de X”

No caso específico da RAE (11), a base não aparece especificada categorialmente, visto que os *inputs* tanto podem ser substantivos quanto adjetivos. Além disso, um ponto decisivo para a não-marciação categorial da base se deve ao fato de muitos itens desse grupo constituírem radicais presos, não oferecendo, pois, condições mínimas para classificá-los como substantivos ou adjetivos. A postulação de RAES isoladas para os grupos (c) e (e) tem, entretanto, um caráter de hipótese, haja vista o fato de o trabalho estar baseado em *corpora* bastante específicos, fato que impede afirmações mais consistentes a respeito do léxico do português como um todo.

⁶ Dois outros casos de deriva semântica de X-eiro são “brasileiro” e “mineiro”. “Brasileiro” e “mineiro” parecem constituir, à primeira vista, um conjunto isolado de palavras cujo significado de -eiro seria o de “nascido em X”. No entanto, são casos típicos de deriva semântica, visto que, historicamente falando, “brasileiro” e “mineiro” eram, na verdade, aqueles que trabalhavam, respectivamente, com o pau-brasil e em minas. Por esse motivo, sugerimos que tais casos não sejam levados em consideração no que diz respeito ao estabelecimento de mais RAEs isoladas.

Resta falar, ainda, do grupo que consideramos reunir formações com o sentido genérico (1) de intensidade ou excesso ("lamaceiro", "aguaceiro", "nevoeiro") e (2) de acidente geográfico ("desfiladeiro", "despenhadeiro"). Tais formações, arroladas no grupo (f), podem ser consideradas "estranhas", no sentido de que (a) o significado da base parece completamente perdido em alguns casos (cf. "despenhadeiro", por exemplo) e (b) constituem conjunto bastante heterogêneo, caso comparado aos demais grupos. O modelo de Basílio (1980), diferentemente do de Jackendoff (1975) e do de Aronoff (1976), apresenta uma vantagem para a análise de itens fossilizados. Conforme observou-se na subseção anterior, uma RAE pode analisar a estrutura de palavras derivadas que não representam processos produtivos, como é o caso das formações estratificadas, cujas bases não são formas livres na língua.

Para efeitos práticos, achamos mais conveniente reunir formações do tipo "atoleiro" com formações do tipo "desfiladeiro" em virtude de em ambos haver a noção genérica de intensidade/excesso. Tais casos podem ser relacionados a algumas outras palavras em -eira com igual significado: "ribanceira", "corredeira" e "barreira", por exemplo, que, talvez, também possam admitir a interpretação de "excesso de x". Na maior parte dos casos, não é possível especificar a categoria lexical da base (exceto em "aguaceiro", "lamaceiro" e "nevoeiro" – as duas primeiras, a propósito, também admitem a forma em -eira com igual significado – "lamaceira" e "aguaceira"), o que justifica relacioná-los. Há, dessa maneira, condições mínimas de isolabilidade da base. Em todos os casos, -eiro e -eira estão relacionados a locativos designados a partir de indicações topológicas e geológicas e/ou climáticas.

Da mesma forma que Basílio (1980, p.56-7) fez para alguns casos de substantivos em -ção, sugerimos que as formas em -eiro listadas em (f) formam um conjunto de palavras cuja estruturação interna pode ser generalizada por uma regra do tipo da formulada em (12) a seguir:

$$\text{RAE (12): } [X \text{ eiro}]_s$$

A regra (12) apresenta uma formalização bastante diferente da estabelecida em (10) e em (11), pois nela não é especificada a categoria lexical de x nem a função semântica do produto. Essa regra expressa a generalização de que os falantes do português reconhecem, aí, formas em x-eiro como substantivos. No entanto, não afirma que esses substantivos são relacionados a outros substantivos (o que pode não ser verdade, pelo menos em "atoleiro", cuja base parece ser um verbo). Tam-pouco afirma, nas palavras de Basílio (1980, p.57), que -eiro "pode for-

mar palavras novas no português partindo de radicais cuja origem não se pode determinar". Passamos, agora, à análise das formas X-eira, confrontando-as com X-eiro.

2 -Eiro e -eira: dois sufixos ou um só? O problema do gênero

A pergunta colocada nesta seção não foi objeto de estudo das gramáticas tradicionais de língua portuguesa, posto que elas consideram -eira apenas como variação de gênero do sufixo -eiro, fato comprovado pela exemplificação por elas dada (Cunha & Cintra, 1985; Bechara, 1976). Entretanto, em uma abordagem em que a morfologia e a semântica da base e do produto sejam pontos fundamentais, a pergunta a refletir nesta seção ganha espaço. Nesse sentido, passamos agora a analisar as formações X-eira isoladamente para, depois, discutir a relação entre formações X-eiro e X-eira. Levando em consideração a natureza sintático-semântica das bases e dos produtos, podem-se reconhecer seis grupos de construções em -eira:

(a) construções agentivas, à semelhança do grupo (a) para as formações em -eiro, que caracterizam o ser pela prática e/ou exercício de uma profissão. Nesse sentido, X-eira "faz, conserta ou negocia X". O sufixo pode indicar, também, o "ser que trabalha em X".

sacoleira	tesoureira	cozinheira	verdureira	costureira	floreira
peixeira	merendeira	sorveteira	biscoiteira	engomadeira	arrumadeira
lavadeira	fiadeira	passadeira			

Com relação às construções desse grupo, verifica-se que os itens listados na primeira linha parecem casos típicos do mecanismo da flexão de gênero em português, visto que há uma oposição bastante clara entre o ofício praticado por um elemento do sexo masculino e a atividade desempenhada por um indivíduo do sexo feminino. Nesses casos, parece haver uma equivalência bem nítida entre -eiro e -eira, sendo -eira, na verdade, flexão genérica de -eiro. Os itens da segunda linha, diferentemente, soam ambíguos, uma vez que -eira pode ser a profissional de X, mas também pode se referir a um instrumento ("peixeira", "sorveteira" e "merendeira") ou a um locativo ("floreira" e "biscoiteira"). Assim, pode-se ver em -eira uma flexão de gênero (no caso da interpretação agentiva) ou não (no caso da intrepretação locati-

va ou instrumental). Na terceira linha, verificam-se construções agentivas (no sentido da profissão exercida por x-eira), da mesma forma que nas duas outras linhas. No entanto, o *input* para tais formações é um verbo, visto que (a) a vogal temática verbal se mantém na construção agentiva e (b) surge uma consoante de ligação {d} para relacionar o tema verbal ao sufixo -eira. O equivalente masculino de tais casos é uma formação agentiva em -dor ("lavador" e "engomador", por exemplo).

(b) construções agentivas, de forma semelhante às dos grupo (b) para as formações x-eiro, que caracterizam um produto [+ humano] não pelo exercício de uma profissão ou de um ofício (como em a), mas pela prática habitual ou em excesso de uma atividade:

funkeira	pagodeira	maconheira	futriqueira	festeira	metaleira
alcoviteira	rueira	chincheira	romeira	zoadeira	carpideira
namoradeira	trabalhadeira	faladeira			

À semelhança dos itens listados no grupo (a), as formações do grupo ora em foco parecem se dividir em dois subgrupos quanto à natureza sintática do *input*. Nas duas primeiras linhas, observam-se formas x-eira que, na verdade, constituem flexão de gênero de x-eiro, visto que há uma oposição desinencial entre masculino e feminino, sendo, ambos, seres que "habitualmente praticam, fazem ou vivem de x". As palavras arroladas na terceira linha, diferentemente, têm um verbo como *input* (exceto "carpideira", cuja base é um radical preso) e a forma masculina é um agentivo em -dor ("falador" e "namorador", entre outros).

(c) formações x-eira marcadas pelo traço [- humano] cujo *output* sintático é um substantivo com função semântica de locativo (ou recipiente) e, na maioria dos casos, instrumental. Os itens desse grupo podem ser parafraseados da seguinte maneira: "x-eira é o local onde se guarda ou se faz x ou o instrumento que se usa para fazer x". Confiram-se os exemplos:

manteigueira	perneira	pipoqueira	britadeira	chaleira	pulseira
sorveteira	furadeira	compoteira	banheira	peixeira	enceradeira
cristaleira	goteira	cafeteira	batedeira	sapateira	jardineira
leiteira	chapeleira	lixreira	cocheira	fruteira	espreguiçadeira
merendeira	frigideira	biscoiteira	porteira	assadeira	churrasqueira

O mesmo tipo de problema apontado para os grupos (a) e (b) também aparece nas construções do grupo (c), ou seja, há palavras ("bri-

tadeira", por exemplo) em que o *input* sintático também é um verbo, caracterizando, novamente, construções em (d)eira. Muitos dos itens arrolados nesse grupo também admitem uma interpretação agentiva, o que evidencia ambigüidade latente nessas formações. No caso da interpretação não-agentiva, não há flexão de gênero, uma vez que o gênero feminino do sufixo é quem caracteriza a forma derivada como local/recipiente onde se guarda, deposita e/ou armazena x ou, ainda, o instrumento utilizado para fazer x ou para se colocar em x ("perneira", "pulseira"). As bases podem ser femininas ou masculinas. A forma que corresponde à propriedade de flexão de gênero é um substantivo agentivo, ou seja, o profissional relacionado a x. A que não corresponde à flexão de gênero é um substantivo locativo ou instrumental.

(d) formações x-eira marcadas pelos traços [- humano; + animado], designando nomes de árvores e/ou arbustos. Esse grupo se relaciona diretamente ao grupo (d) para as formações x-eiro. Confiram-se alguns exemplos:

macieira	amoreira	roseira	laranjeira	cerejeira	palmeira
mangueira	castanheira	seringueira	caramboleira	figueira	trepadeira
goiabeira	parreira	jaboticabeira			

Nesse caso, parece haver uma correspondência mais visível entre as formações x-eiro e x-eira, visto que o gênero da base determina, via de regra, o gênero do produto (exceção feita a "figueira", pois "figo" é uma flor e não uma fruta). Por essa razão, intui-se, nesse caso, que -eiro e -eira se equivalem.

(e) formações x-eira derivadas de um substantivo ou de uma adjetivo, indicando "o que tem a qualidade e/ou a característica de x". Esse grupo se equivale diretamente ao grupo (e) das formas x-eiro. Vejam-se os dados:

verdadeira	careira	costumeira	certeira	traiçoeira	grosseira
faceira	barateira				

Admite-se que as construções x-eira desse grupo são, na verdade, flexões de gênero das formas x-eiro. Nesse caso, trata-se de um mesmo sufixo, visto que o -a final é uma desinênciia que se anexa à forma masculina, resultando, pois, na elisão da vogal temática -o (na hipótese de Camara Jr., 1975).

(f) reunimos, neste grupo, formas substantivas não-agentivas que indicam "excesso de x". Da mesma forma que o grupo (f) de x-eiro, as construções desse grupo são "estranhas", na medida em que relacionam pelo menos três tipos aparentemente diferenciados de formas x-eira: (a) substantivos cuja idéia de excesso pode ser vista com maior nitidez (linha 1); (b) substantivos referentes a enfermidades e deficiências ou, ainda, referentes a características do estado físico de um indivíduo (linha 2); e (c) locativos referentes a acidentes geotopográficos (linha 3). A nosso ver, tanto os casos listados na segunda linha quanto os arrolados na terceira podem ser interpretados, por extensão, como "acúmulo ou excesso de x", visto que em todos os acidentes geográficos, por exemplo, verifica-se a idéia de intensidade. Confiram-se os dados:

barulheira	canseira	fumaceira	buraqueira	rascunheira	melequeira
olheira	gagueira	frieira	coceira	leseira	rouqueira
ribanceira	barreira	pedreira	cachoeira	pirambeira	cordilheira

No que diz respeito a esse grupo, cremos ser válido o mesmo tratamento dado às formações x-eiro (cf.), visto que -eiro e -eira parecem se equivaler do ponto de vista semântico.

Separando o trigo do joio

De posse das observações feitas nesta seção, há, pelo menos, cinco situações a considerar no que diz respeito à distinção -eiro/-eira: (a) algumas formações x-eira são casos concretos e indubitáveis de flexão de gênero das respectivas formas masculinas x-eiro (como as construções agentivas dos grupos (a) e (b) e as formações adjetivas do grupo (e)); (b) algumas formas em -eira se equivalem às formas em -eiro, visto que o gênero do produto depende exclusivamente do gênero da base, embora não seja muito oportuno falar em flexão de gênero (grupo d); (c) há equivalência semântica no que diz respeito às formações x-eira/-eiro (grupo f); (d) as formações x-eira desempenham função semântica diferente das formações x-eiro (grupo c – função de instrumento); e, finalmente, (e) as formações x-eira têm a mesma função semântica das formações x-eiro, porém apresentam como *input* sintático um verbo e se equivalem, quanto ao gênero, às formações x-dor.

No que diz respeito à situação (a), ou seja, aos casos típicos de flexão de gênero das formações x-eiro, pode-se admitir que as construções x-eira são geradas a partir das mesmas regras estabelecidas para x-eiro. O mesmo raciocínio pode ser estendido para as situações

(b) e (c). Para esses casos, reconhece-se que -eira e -eiro constituem, na verdade, um sufixo único.

Se, por um lado, parece relativamente simples equacionar x-eiro e x-eira, por outro, tal relação se torna bastante difícil no que diz respeito às situações (d) e (e), anteriormente levantadas. Nesses casos, ou x-eira tem uma função semântica diferente de x-eiro, ou x-eira e x-eiro apresentam a mesma função, porém com *inputs* distintos. Uma evidência da situação (d) fica registrada nos pares abaixo-relacionados, nos quais as formas femininas dos agentivos listados são homófonas às formas que indicam locativos, sempre femininas:

agentivo	instrumento/locativo
pipoqueiro	pipoqueira
sapateiro	sapateira
carteiro	carteira
leiteiro	leiteira
fruteiro	fruteira
ponteiro	ponteira
cocheiro	cocheira
sorveteiro	sorveteira
ligeiro	ligeira
peixeiro	peixeira
floreiro	floreira
jardineiro	jardineira

A despeito da ambigüidade das formações femininas, que, *grosso modo*, tanto podem ter interpretação agentiva quanto locativa e/ou instrumental, à mudança de gênero do sufixo corresponde uma mudança de significado, que, na nossa opinião, seria um argumento favorável à distinção entre os dois sufixos. Nesse sentido, acreditamos que -eiro está mais relacionado às construções agentivas e -eira às construções locativas e/ou instrumentais. Por essa razão, sugerimos que as formações locativas em -eiro devam ser vistas como extensões metafóricas das construções agentivas. Argumento favorável a essa hipótese é a grande produtividade de formações x-eira de base nominal que designam "um instrumento usado para fazer x":

inhoqueira iogurteira coqueteleira omeleteira cuscuzeira frangueira

Em nosso entender, estamos diante de dois sufixos produtivos: -eiro (com sua possibilidade de se flexionar genericamente) para nomes de

agentes e -eira para objetos que desigam instrumentos e/ou locativos. Propomos, assim, que esses casos de formações x-eira devam ser parafraseados do seguinte modo: “x-eira é o instrumento usado para se fazer x ou para guardar x”. Nesse sentido, a principal função do processo seria, na verdade, a designadora/rotuladora. O que distingue construções instrumentais x-eira/x-eiro é a produtividade, tanto no que diz respeito ao volume de formas já incorporadas ao léxico quanto à potencialidade de formar palavras novas. Por essa razão, propomos a seguinte RFP (13) e sua respectiva contraparte de Análise de Estrutura (14) para as construções x-eira:

$$\text{RFP (13): } [X]_{s \vee v} \Rightarrow [[X]_{s \vee v} \text{ eira}]_s \\ \text{instrumento}$$

$$\text{RAE (14): } [[X]_{s \vee v} \text{ eira}]_s \\ \text{instrumento}$$

A regra (13) prediz que um substantivo com função de instrumento pode ser gerado a partir de uma base nominal (“iogurteira”) ou de uma base verbal (“assadeira”), o que contraria a hipótese da base unitária. Aronoff (1976) propõe que RFPS não podem operar com especificações de bases distintas, não concebendo, assim, a possibilidade de variação sintática na base de uma RFP específica, a ponto de restrições distintas apontarem para a existência de processos morfológicos diferentes (p.48). Os fatos encontrados nas formações x-eira parecem, entretanto, apontar para uma solução diferente da assumida por Aronoff, isto é, a hipótese da base unitária se revela inadequada para descrever o processo morfológico gerador dos instrumentais em -eira, haja vista o fato de que classes sintático-semânticas distintas operam na base de (13). Nesse sentido, conclui-se que a hipótese da base unitária é por demais restritiva, visto que parece pouco econômico, e, até mesmo, contra-intuitivo, postularem-se duas regras para dar conta de um só processo. Em suma, parece mais consistente admitir que bases de RFPS podem ser especificadas por mais de uma categoria lexical, desde que a função semântica do processo seja rigorosamente a mesma.

No início desta seção, levantamos a necessidade de se considerarem cinco situações no que diz respeito à distinção -eiro/-eira. Resta falar, ainda, dos casos em que -eira e -eiro se equivalem quanto ao significado da formação, porém apresentam *inputs* diferentes (“arrumadeira” e “faladeira”). Nesses casos, poder-se-ia pensar, de início, que tais construções não são produtivas, mas palavras como “raladeira” (menina nova que tem o hábito de “ralar”, ou seja, de namorar demais) e “zoadeira”

(pessoa que tem o hábito de “zoar”, ou seja, de debuchar dos outros) evidenciam que o processo é, de fato, operante, sobretudo em gírias. Seriam tais casos gerados a partir de uma regra distinta da que foi proposta para os agentivos em -eiro?

Ao que tudo indica, formações como “zoadeira” e “namoradeira” parecem estar mais relacionadas às construções em -dor. Formações x-dor também indicam profissão (como em “operador”) e habitualidade (como em “namorador”). Nesse sentido, pode-se supor que tais formas são construções femininas das respectivas formas em -dor, não sendo, assim, geradas a partir da mesma regra estabelecida para os agentivos em -eiro, tratando-se, pois, de casos de agentivos deverbais.

3 Paradigma e produtividade: relação entre -eiro e outros agentivos denominais

Nesta seção, nosso interesse central é verificar em que medida uma compreensão maior dos diferentes tipos de relações paradigmáticas no léxico poderia contribuir para a análise de fenômenos relativos às condições de produção (Basilio, 1990 e 1992; Basilio et al., 1993). A relação paradigma/produção aparece como um dos principais fatores na determinação das condições em que a regra morfológica de formação de agentivos em -eiro(a) opera, visto que parece haver uma distribuição complementar entre as construções agentivas em -eiro e as construções agentivas em -ista. Antes de verificar em que medida ocorre tal distribuição, descrevemos, na subseção seguinte, os casos de função subjetiva (Basílio, 1987) das formações x-eiro.

Função subjetiva das formações X-eiro

Conforme assinala Basílio (1987, p.86), “a pejoratividade é provavelmente a expressão mais comum da atitude subjetiva sobre a caracterização de um ser”. Nesse sentido, pode-se reconhecer nas formações x-eiro(a) do grupo (b) – as que indicam habitualidade ou excesso – um caráter nitidamente pejorativo. Ao analisar tais construções, Frota (1985, p.36) evidencia o seu caráter negativo, afirmando que “fica evidenciada a pejoratividade deste sufixo – a habilidade abusiva com que o agente faz determinada coisa – quando associado a substantivos que designam uma ação quase sempre intrinsecamente condenável”. Nesse sentido, Frota (1985) sugere que a pejoratividade dessas construções se deve exclusivamente ao sufixo, opinião esta também referendada por Azevedo (1992).

Tomando por base os exemplos listados na seção “Classificando as construções x-eiro”, pode-se observar que os dados parecem demonstrar que a conotação negativa está ligada ao significado da base e não propriamente ao do sufixo, como propôs Frota. Fundamentamos essa afirmação amparados nos seguintes argumentos: (a) se a base é negativa (como ocorre na grande maioria dos casos), o sufixo, ao indicar o agente habitual, não é, de fato, o elemento que imprime pejoratividade à construção, visto que, sendo a base negativa, o elemento dela formado receberá carga negativa, quer a pratique em excesso, quer não; (b) bases positivas ou neutras (como em “seresteiro” e “conselheiro”) não têm necessariamente a marca da pejoratividade. Nesse sentido, defendemos, aqui, a idéia de que a pejoratividade vem da base e não propriamente do sufixo, uma vez que com bases neutras ou positivas a conotação negativa pode não se dar. Em casos como “rueiro” e “politi-queiro”, entre outros, a interpretação negativa se deve a uma extensão metafórica do sentido da base, a qual passa a ser interpretada a partir das qualidades negativas das noções que designam.

-Eiro em sua relação com -ista

Observamos, no decorrer da exposição, que as formações x-eiro podem caracterizar um ser pela prática de uma ocupação ou de um ofício (“jardineiro”, “pedreiro”). Nesses casos, a categoria gramatical da base é um substantivo concreto que pode indicar lugar (“cozinha”, “portaria”) ou objeto (“arma”, “vidraça”). Nesses casos, diferentemente dos que indicam habitualidade, cabe ao sufixo a função de indicar atividades de pouco prestígio na sociedade, visto que as bases são neutras na maior parte dos casos (exceto em palavras como “coveiro” e “carceireiro”, por exemplo). Na maior parte dos dados, o sufixo se adiciona a bases concretas, resultando em formações que indicam profissões de caráter primário, manual, que não exigem especialização ou educação formal, sendo, portanto, profissões de menor prestígio sócio-econômico-cultural. Somente sete (6,5%) das 83 profissões encontradas nos *corpora* são de caráter mais intelectual ou de maior reconhecimento, valorização e *status* social: “banqueiro”, “engenheiro”, “marketeiro”, “enfermeiro”, “tesoureiro”, “fazendeiro”, “hoteleiro” e “testamenteiro”.⁷

⁷ Mesmo assim, é discutível o caráter não-pejorativo de profissões como “banqueiro” e “marketeiro”, quando utilizadas em assuntos como a política nacional. O mesmo pode se dar com “fazendeiro”

Comparando a produtividade das construções agentivas em -eiro e em -ista, Miranda (1979, p.84) conclui que os sufixos -eiro e -ista estão em distribuição complementar, haja vista o fato de preencherem função semelhante no léxico – a de indicar profissões ou ofícios. Para a autora, a distribuição complementar entre os dois sufixos se verifica por meio do grau de formalidade das duas RFPS. Nesse sentido, admite que a produtividade de -ista está centrada nos agentivos de base [- concreta] e [+ formal] (p.85), ao passo que os agentivos em -eiro teriam a produtividade marcada pelos traços [+ concreto] e [- formal] (p.86). A distribuição complementar entre os dois sufixos pode ser vista nos seguintes dados:

xeroqueiro	copista
doleiro	cambista
motoqueiro	motociclista
peladeiro	futebolista
arteiro	artista
manobreiro	manobrista
cuteiro	cutista
sambeiro	sambista
flauteiro	flautista
noveleiro	novelista
macumbeiro	umbandista
prancheiro	surfista
muambeiro	contrabandista

Embora não tenhamos feito um levantamento exaustivo acerca das formações x-ista, parece que tal sufixo se revela mais produtivo em profissões mais intelectualizadas ou de maior prestígio social. São bastante freqüentes construções x-ista relacionadas às artes, sobretudo à música ("pianista"), às ciências ("oftalmologista") e ao jornalismo ("articulista"). Enquanto X-eiro significa "que faz, negocia ou vive de X", X-ista parece estar mais relacionado a "especialista em X". Nos casos em que há possibilidade de rotular a atividade por meio de formas em -eiro e em -ista, -ista parece atuar de forma mais eufemística (cf. "xeroqueiro"/"copista"), atenuando, assim, a conotação social do cargo.

em contextos como de política agrária. Até mesmo a palavra "enfermeiro" pode ser avaliada negativamente, já que existe uma distinção entre "enfermeiro" e "entermeiro-padrão", conforme nos lembraram os pareceristas da revista *Alfa*, a quem gostaríamos de registrar nossos agradecimentos pelas informações e pela leitura criteriosa.

Miranda (1979, p.84-9) distingue as formações x-eiro das construções x-ista por meio do traço [+/- base concreta]. A nosso ver, esse traço não é o motivador da produtividade das formações, visto que há palavras em que -eiro e -ista se anexam à mesma base (cf. "jornaleiro"/ "jornalista"), sendo a primeira de caráter mais manual e a última de caráter mais intelectual. Nesse sentido, são os próprios sufixos os elementos que imprimem conotação social às bases. Em "flauteiro"/ "flautista" e em "cuteiro"/ "cutista", o uso de -eiro desqualifica o profissional, atribuindo-lhe um caráter mais amador, com ou sem nenhum treino para desenvolver sua atividade. Além disso, o uso de -eiro pode imprimir à profissão um caráter ilegal. Em "doleiro"/ "cambista", não há propriamente um sinônimo, visto que o primeiro termo faz referência ao indivíduo que atua de forma não-institucionalizada.

A distribuição complementar entre -eiro e -ista fica mais bem patenteada em termos de *prestígio social*. Um argumento favorável a essa hipótese está no fato de -eiro ser afixado a bases mais concretas, designadoras de produtos mais primários ou lugares onde se negociam produtos dessa espécie. O sufixo -ista, diferentemente, tende a se afixar com maior freqüência em bases mais abstratas, como em "estilista" e "economista", por exemplo, ou em bases concretas que designam objetos mais elaborados, como em "articulista" e "romancista", entre outros. Em suma, as atividades que, em nossa cultura, são consideradas de maior prestígio socioeconômico tendem a ser designadas por agentivos em -ista, enquanto as profissões de menor prestígio, ou mesmo marginalizadas (como "muambeiro" e "sacoleira"), são expressas por agentivos em -eiro. As formações x-ista e x-eiro são, pois, designadoras de *status social*. Partindo dessa análise, evidencia-se, assim, a distribuição entre as regras e registra-se, aqui, a importância de se analisarem as relações paradigmáticas do léxico na determinação de fatores que dizem respeito às condições de produção das regras de formação de palavras.

-eiro no lugar de outros sufixos e a noção aronoffiana de Bloqueio

A existência de formações x-eiro e x-ista a partir da mesma base nominal ("jornaleiro"/ "jornalista", "arteiro"/ "artista") contrariaria a noção de Bloqueio proposta por Aronoff (1976)? Segundo o autor (p.56), a operação de uma RFP produtiva é bloqueada caso o léxico já disponha de uma forma exercendo a mesma função que a oferecida pelo produto da operação da regra. Em outros termos, não é possível formar uma palavra por uma RFP produtiva quando uma equivalente já existe

no léxico. Como explicar, pois, os casos de “sambeiro”, “noveleiro” e “arteiro”? Haveria, nesses casos, uma violação da noção de Bloqueio?

Formações como “sambeiro” e “noveleiro” são casos de conotação emotiva bastante fortes, visto que são criados com função depreciativa. Em “noveleiro”, além de se fazer referência à pessoa que tem o hábito de assistir a novelas, pode haver uma desqualificação do profissional (como em “Glória Perez não é uma novelista; é uma noveleira”). Nesse caso, a palavra que surge não tem o mesmo sentido do item já existente no léxico, não violando, portanto, o princípio do Bloqueio.

Graus de prestígio social: a propósito de uma escalaridade entre os sufixos agentivos denominais

Não é apenas o sufixo -eiro que forma agentivos referentes a profissões a partir de uma base substantiva. O mesmo ocorre com -ista, como vimos, e também com -o e com -ário, como se constata nos exemplos abaixo:

X-o (x-logo ou x-grafo): fonoaudiólogo, psicólogo, teatrólogo, taquígrafo, topógrafo.

X-ista: dermatologista, artista, telegrafista, oftalmologista, economista, estilista, dentista.

X-ário: antiquário, comissário, funcionário, empresário, mesário, boticário, portuário.

Como conclusão a este artigo, sugerimos a seguinte escala de prestígio sociocultural para os sufixos agentivos que designam profissão ou ofício. Nesse sentido, propomos que os quatro sufixos agentivos denominais se encontram em distribuição complementar, decorrente de uma escala gradual de *status social*:

-o/-a >>> -ista >>> -ário >>> -eiro

A escala aqui formalizada expressa um *continuum* que tem início em atividades de caráter mais intelectual, mais abstrato, mais teórico e mais profissional. À medida que se avança no *continuum*, aparecem profissões de natureza mais artesanal, mais concreta, mais prática e mais amadora. À esquerda do *continuum* estão formações como “psicólogo”, “antropólogo” e “geriatra”, cujos elementos finais (e a acentuação) se afixam a bases abstratas (quase sempre compostas por radicais gregos e/ou latinos) para formar agentivos que designam profissões que requerem conhecimento teórico-científico. Seguem-se, a essas, cons-

truções como “oftalmologista”, “paisagista” e “romancista”, formadas a partir de bases concretas e/ou abstratas para se referirem a especialidades que também exigem um conhecimento teórico ou uma atividade intelectual. Pares como “filólogo”/ “filologista” e “sociólogo”/ “sociologista” permitiram que se considerasse -ista como de menor prestígio que -o/-a, visto que os primeiros termos dos pares tendem a fazer referência ao especialista, ao passo que os últimos se referem às pessoas que apenas se dedicam ao estudo, sem, no entanto, atuarem de forma direta, como, por exemplo, escrevendo artigos.

Formações em -ário, a maioria a partir de bases concretas, como “bancário” e “secretário”, por exemplo, envolvem atividades práticas, que, no entanto, exigem destreza no que diz respeito à utilização de conhecimentos de natureza intelectiva, mas sem dúvida em nível inferior às exigidas pelas formações em -o/-a ou -ista. Finalmente, à extrema direita do continuum figurariam as formações agentivas em -eiro. Tais formações, conforme apontado em diversas partes do trabalho, envolvem, na sua grande maioria, atividades manuais ou artesanais. Essas atividades tendem a exigir mais conhecimento prático que propriamente teórico.

Dessa forma, as formações agentivas relativas a profissões podem ser graduadas de acordo com quatro traços: (a) prestígio social; (b) nível de intelectualização; (c) grau de especialização; (d) grau de formalidade. Tem-se, assim, o seguinte quadro:

X-o	X-ista	X-ário	X-eiro
+ prestígio social	+ prestígio social	- prestígio social	- prestígio social
+ especializado	+ especializado	- especializado	- especializado
+ intelectual	+ intelectual	+ intelectual	- intelectual
+ formal	- formal	- formal	- formal

Ainda com relação à escalaridade proposta para esses quatro sufixos agentivos denominais e ao fato de -eiro situar-se na extrema direita do continuum, o que permite caracterizar as formações como [- intelectual; - teórico; + concreto; - qualificado], registra-se a conotação pejorativa de tal sufixo. Conforme já apontamos, o uso de -eiro no lugar de outros sufixos, como -ário e -ista, imprime às formações um caráter depreciativo, para desqualificar a atuação profissional do agente. São bastante comuns casos de uso de -eiro no lugar de outro sufixo, visando

depreciar o agente, desqualificando a atividade por ele exercida e atribuindo, assim, um caráter mais amador ao uso da profissão. A título de exemplificação, confira-se a sentença a seguir, na qual -ário foi substituído por -eiro:

(iii) Mário José da Silva fez uso ilegal de sua profissão; não é propriamente um *escriturário*, mas sim um *escritureiro*. (*O Dia*, 17.8.1995)

GONÇALVES, C. A. V., YAKOVENCO, L. C., COSTA, R. G. R. Productivity conditions and production conditions: an analysis of the X-eiro constructions in Brazilian Portuguese. *Alfa (São Paulo)*, v.42, p.33-61, 1998.

- *ABSTRACT: In this paper, we analyse the X-eiro constructions in Brazilian Portuguese, using Lexical Morphology theory and methodology (Aronoff, 1976; Basílio, 1980, and others). Our main purpose is to observe the productivity degree of the suffix in question. We intend to suggest word-formation rules and structure analysis rules for this process of agentive and locative constructions.*
- *KEYWORDS: Lexical Morphology; X-eiro constructions; word-formation rules; productivity.*

Referências bibliográficas

- ARONOFF M. *Word Formation in Generative Grammar*. Linguistic Inquiry Monography I. Cambridge, Mass: MIT Press, 1976.
- AZEVEDO, J. L. *Agentivos em -eiro e -ista*. Rio de Janeiro: UFRJ/Faculdade de Letras, 1992. (Mimeoogr.)
- BASÍLIO, M. *Estruturas lexicais do português*. Petrópolis: Vozes, 1980.
_____. *Teoria lexical*. São Paulo: Ática, 1987.
_____. *Produtividade e função nos processos de formação de palavras*. Trabalho-tema do GT de Morfologia da ALFAL. Campinas: Unicamp, 1990. (Mimeoogr.)
_____. Formação de palavras no português falado: condições de produção. In: I CONGRESSO DA ASSEL-RIO, 1992, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: PUC/RJ, 1992, p.201-5.

- BASÍLIO, M. et al. Derivação, composição e flexão no português falado: condições de produção. In: CASTILHO, A. T. (Org.) *Gramática do português falado* – as abordagens. São Paulo: Unicamp/Fapesp, 1993. v.III.
- BECHARA, E. *Gramática da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- CAMARA JÚNIOR, J. M. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- CUNHA, C. F. *Gramática da língua portuguesa*. 5.ed. Rio de Janeiro: MEC/ Fename, 1976.
- CUNHA, C. F., CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- FERREIRA, A. B. H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- _____. *Novo dicionário da língua portuguesa revisto e ampliado*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- FROTA, M. P. *A expressão do pejorativo em construções morfológicas*. Rio de Janeiro, 1985. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica.
- JACKENDOFF, R. Morphological and semantics regularaties in the lexicon. *Language*, v.51, p.639-71, 1975.
- MIRANDA, N. S. *Agentivos deverbais e denominais: um estudo da produtividade lexical*. Rio de Janeiro, 1979. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- NOBRE, M. M. R. Considerações sobre o sufixo X-eiro(a) em português. In: II CONGRESSO DA ASSEL-RIO, 1993, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: UFRJ/Faculdade de Letras, 1993. p.169-75.
- ROCHA LIMA, C. H. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1976.
- SAID ALI, M. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 4.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

O PARÂMETRO DA LINEARIDADE EM SINTAGMAS NOMINAIS PRODUZIDOS POR CRIANÇAS DURANTE A AQUISIÇÃO DO PORTUGUÊS COMO SEGUNDA LÍNGUA

Sebastião Carlos Leite GONÇALVES¹

- RESUMO: O propósito deste trabalho é apresentar um estudo do início da aquisição do português como segunda língua por três crianças de uma comunidade de nipo-brasileiros do Brasil. Até a idade escolar, fase em que começa a aquisição do português, estas crianças falam unicamente o japonês como língua materna. Com base no modelo de princípios e parâmetros da teoria da gramática gerativa (Chomsky, 1981), foi tomado como objeto de estudo um fenômeno sintático que diferencia o japonês do português: o parâmetro da linearidade (isto é, ordem das palavras), o qual estabelece para o japonês o núcleo sintagmático em posição final (*head-last*) e para o português, em posição inicial (*head-first*). Valendo-me dos estudos sobre *language transfer* (Odlin, 1989), mostro que, nesta fase da aquisição, as crianças, na produção de sintagmas nominais ($NP \rightarrow N + \text{complemento}$), transferem o parâmetro *head-last* do japonês para o português. As evidências mostradas neste trabalho contrariam alguns estudos que negam a existência de *transfer* (Dulay & Burt, 1974; Dulay et al., 1982), sobretudo no nível sintático (Felix, 1978; Genesee et al., 1995; Paradis & Genesee, 1996).
- PALAVRAS-CHAVE: Aquisição de L2; transferência; parâmetro da linearidade.

¹ Departamento de Letras Vernáculas – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – UNESP – 15054-000 – São José do Rio Preto – São Paulo (scarlos@lev.ibilce.unesp.br).

Preliminares

Este artigo constitui parte do terceiro capítulo da minha dissertação de mestrado intitulada *Aquisição do português como segunda língua: o caso das crianças Yuba*, defendida no IEL/Unicamp, em fevereiro de 1997. Aqui, apresento uma análise de dados da produção linguística de três crianças nipo-brasileiras em fase inicial de aquisição do português como segunda língua (L2, daqui em diante), tendo o japonês como língua materna (L1, daqui em diante). Centro-me, nesta análise, na investigação da aquisição de um fenômeno sintático: **o parâmetro da linearidade**, ponto em que a sintaxe do japonês difere da do português. Para tanto, baseei-me em estudos sobre transferência de linguagem – fenômeno mais comumente conhecido na literatura de aquisição de L2 como *language transfer* (Odlin, 1989) –, correlacionados aos pressupostos teóricos da teoria inatista de aquisição da linguagem (Chomsky, 1981, 1988; Radford, 1990; Raposo, 1992).

Os dados do português na fase de aquisição em que se encontravam as crianças-sujeito desta pesquisa apresentaram uma variação, ora refletindo a sintaxe do japonês ora a do português, resultando numa mistura de códigos em que o léxico pertence à L2 e a sintaxe de ordenação das palavras, à L1, situação verificada sobretudo nas construções de NP.²

A despeito de alguns trabalhos sobre a aquisição de L2 que negam o *transfer* de aspectos de L1 no processo de aquisição de L2 (Dulay & Burt, 1974; Dulay et al., 1982), sobretudo no nível sintático (Felix, 1978; Paradis & Genesee, 1996), este meu trabalho tem como propósito primeiro fornecer evidências de que o *transfer* tem seu lugar apropriado na aquisição de L2, em particular quando L1 e L2 são tipologicamente diferentes, como é o caso das línguas envolvidas neste estudo.

Dessa forma, constituíram-se como objetivos principais deste trabalho:

- (i) descrever e analisar a construção de NPs presentes na gramática intermediária de crianças em fase inicial de aquisição do português falado como L2, explicando a transferência de regras de L1 para L2,

2 Segundo a forma empregada originalmente em inglês, como é tendência dos estudos em gramática gerativa, adoto, neste trabalho, os seguintes rótulos: AP, para sintagma adjetival; NP, para sintagma nominal; VP, para sintagma verbal; PP para sintagma preposicional; A, para adjetivo; N, para nome; V, para verbo; P, para preposição.

- à luz do modelo de princípios e parâmetros da teoria da gramática gerativa;
- (ii) comparar os dados de L2 com dados de aquisição do português como L1; e,
 - (iii) comparar os resultados com os da literatura que trata do mesmo assunto.

No que respeita à metodologia empregada, os dados que compuseram o *corpus* desta pesquisa foram obtidos através de gravações, em fita de áudio, da fala de três crianças nipo-brasileiras.³ Das sessões de gravação, resultaram, ao final de 24 sessões, 12 horas e 5 minutos de fala das crianças. As gravações, realizadas em ambiente escolar, foram feitas a partir de diálogos que procuravam estimular a capacidade de narrar da criança. Apesar de todo o processo interacional ter sido conduzido pelo pesquisador, foi dado às sessões um caráter observacional. Procurei manter o menor intervalo de tempo entre as gravações e a transcrição dos dados para que o contexto dos processos interacionais, importantes para a interpretação de alguns dados, também pudesse ser registrado. Foram transcritas somente as falas em português, já que algumas sessões foram gravadas com a presença de mais de uma criança Yuba, ocasiões em que a língua usada entre elas obviamente não era o português.

Cabe ressaltar que as crianças Yuba, apesar de serem monolingües do japonês quando ingressam na escola, não recebem nenhum tratamento diferenciado das demais crianças no processo de alfabetização. Acrescente-se a isso o fato de, na comunidade onde vivem, ser esporádico o contato dessas crianças com falantes do português. Na vida diária, gastam pouco tempo diante da televisão e, quando o fazem, geralmente assistem a programações em língua japonesa. Antes da idade escolar, também são esporádicas as saídas das crianças da comunidade. Pode-se considerar então que a aquisição de L2 segue um processo relativamente natural.

3 A idade das crianças, identificadas aqui por **A**(poloni Satie Yuba), **K**(laus Kojiro Yuba) e **M**(eali Yurika Tsujii), à época da pesquisa variava de 6;07 a 8;03. Todas elas são filhas de nipo-brasileiros residentes em uma colônia rural, conhecida como Granja Yuba, e constituem hoje terceira ou quarta geração de imigrantes japoneses. Essa colônia rural está situada no município de Mirandópolis (605 km a oeste de São Paulo) e sua fundação é decorrente da política migratória japonesa da década de 1920. Hoje, essa comunidade compõe-se de cerca de 30 famílias, cujo *modus vivendi* procura preservar a cultura japonesa, desde a língua, de uso cotidiano, até o trabalho agrário, conciliados com atividades esportivas, artísticas e culturais.

Pressupostos teóricos

Diante do propósito deste trabalho, optei por ter a teoria inatista como suporte teórico, já que sua concepção de linguagem é a da língua como um sistema de regras formais, ao qual o falante tem acesso de forma inconsciente. A unidade de análise que adoto então é uma categoria sintática (no presente caso, o sintagma), estando envolvidos nesta questão princípios para os quais parece ser esta a teoria a que fornece respostas mais satisfatórias.

Para Chomsky, o grande propagador da teoria inatista, a criança nasce com um potencial completo para a linguagem, que atinge seu pleno funcionamento com a maturação do “órgão mental”, a que chamou LAD (*Language Acquisition Device*) ou UG (*Universal Grammar*) ou ainda Faculdade da Linguagem, onde se encontra depositado o conhecimento linguístico, tratado como um sistema de regras e princípios radicados na mente humana, responsáveis pela produção de estruturas linguísticas. A linguagem, portanto, é algo que “acontece” com a criança, bastando, para tanto, que um membro mais experiente da espécie lhe forneça o *input* (dado) para que seu “órgão mental” seja ativado. Quando o processo de aquisição é completado, a linguagem constitui o estado maduro da faculdade da linguagem: a pessoa, então, fala e entende determinada língua.

Desenvolvida a Faculdade da Linguagem, o falante passa a ter acesso a um conhecimento sobre a estrutura de sua língua que o orienta no uso dela. Esse conhecimento foi denominado **competência lingüística**, em contraposição à **performance lingüística**, que é o uso da língua pelo falante em uma situação concreta de fala. A questão que surge então é quais aspectos da língua estão “disponíveis” para a criança, desde que nasce, e quais devem ser “aprendidos” com base na exposição a uma língua particular.

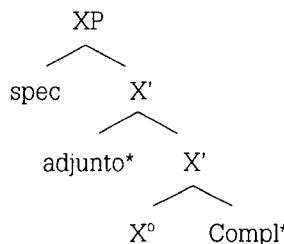
Apoiad as sintaxe, as investigações acerca da aquisição e do desenvolvimento da linguagem, dentro da perspectiva inatista, encontram-se solidamente amparadas no **modelo de princípios e parâmetros** proposto por Chomsky (1981). Esse modelo é composto essencialmente por princípios extremamente gerais, que se supõe reger todas as línguas do mundo. Nesse sentido, a Gramática Universal é constituída por dois tipos de princípios: um de caráter geral, rígido e invariável, que a gramática de qualquer língua tem incorporado, propriamente chamado de **princípio**; e outro, de caráter mais aberto, chamado de **parâmetro**, que nada mais é do que uma propriedade de uma

língua particular, a qual deve ser aprendida. O parâmetro pode ter um ou outro valor, que será determinado pela experiência linguística da criança e, uma vez que o valor é aprendido, a variedade dos fatos segue os princípios gerais da linguagem (Chomsky, 1988)

Conforme dispõe a teoria, no processo de aquisição da linguagem, se for adotado um modelo em que os parâmetros são inicialmente neutros, em relação ao seu valor no estado final da língua, há de se considerar que a informação negativa seja relevante na aquisição do sistema linguístico final. Para a manutenção da versão forte da não-pertinência da informação negativa no processo de aquisição da linguagem, a adoção que se mostra mais consistente é a do modelo em que os parâmetros possuem um valor inicial não-marcado, alterado apenas se houver evidências positivas contrárias nos dados primários a que a criança tem acesso (Raposo, 1992, p 55-9). Vale dizer que a questão do que constitui o estado inicial de aquisição é ainda uma questão aberta dentro dos estudos da aquisição da linguagem

A facilidade que a criança, adquirindo qualquer que seja a L1, tem em "fixar" o parâmetro da ordem das palavras de sua língua, segundo o modelo de princípios e parâmetros, deve-se em grande parte à consistente simetria com que as categorias lexicais são projetadas dentro de categorias sintagmáticas de níveis mais altos (Radford, 1990), como mostrado em (1) abaixo.

- (1) esquema geral de projeção de categorias sintagmáticas, segundo o modelo x-barra



onde, X = N,V,P,A e outras categorias funcionais; XP = projeção máxima de X; X' = projeção intermediária de X; Xº = núcleo sintagmático; compl = complemento de Xº; spec = especificador de X (p.ex., determinante). O asterisco (*) indica a possibilidade de ocorrência de mais de um dos respectivos constituintes à direita ou à esquerda de X' ou Xº.

Dentro do modelo dos princípios e parâmetros, o parâmetro que determina a ordem linear dos constituintes sintagmáticos é chamado **parâmetro da linearidade** (Radford, 1990) ou **parâmetro da ordem linear** (Raposo, 1992), o qual obedece ao **princípio da endocentricidade**. Esse princípio dita que um núcleo (x^0) projeta-se sempre dentro de sua respectiva categoria máxima (xP). Assim, um NP tem como núcleo um N; um VP, um V, um PP, um P, e assim por diante. As propriedades de uma categoria lexical (N, V, P etc.) admitem que ela tenha ou não um complemento. No caso de presença de complemento, duas possibilidades se apresentam: 1. ou o núcleo posiciona-se antes do seu complemento, como para o português, caso que caracteriza línguas de parâmetro *head-first* (*HF*, daqui em diante) ou de núcleo inicial, ou, 2. o núcleo posiciona-se depois do seu complemento, como para o japonês, caso que caracteriza línguas de parâmetro *head-last* (*HL*, daqui em diante) ou de núcleo final. Assim, o princípio da endocentricidade determina apenas que o núcleo projeta-se dentro de sua categoria sintagmática, sem, no entanto, definir a posição do núcleo em relação ao seu complemento. Essa escolha é determinada pelo parâmetro fixado pelas línguas particulares, como ilustrado em (2), abaixo.

(2) exemplos de construções *HL* (japonês) e *HF* (português)

O que deve ficar claro até este ponto é que, por estar a ordem de palavras sujeita a variação paramétrica entre as línguas naturais, a criança, na aquisição de sua língua, estará diante da tarefa de determinar, a partir de sua experiência linguística, o valor apropriado do parâmetro que regula a ordenação dos constituintes sintagmáticos. Adotando essa hipótese e transpondo-a para a aquisição de L2, proposta do trabalho que aqui apresento, tento mostrar que a criança Yuba encontra-se em um estágio desenvolvimental em que ainda está em curso a fixação do parâmetro do português, visto que nas suas produções linquísticas encontram-se tanto o parâmetro *HF* como o *HL*.

A partir dos estudos sobre aquisição de L2, algumas hipóteses foram sugeridas para explicar vários fenômenos que decorrem da aquisição bilingüe sucessiva e, neste estudo, ative-me à questão do *transfer*, para explicar a presença de parâmetros de L1 atuando na aquisição de L2.

Aplicado aos estudos de aprendizagem e ensino de línguas, o termo *transfer* refere-se à transferência de elementos da língua nativa para padrões da língua alvo, quando os aprendizes tentam se comunicar na língua que está em curso de aquisição (Gass, 1980). Já numa concepção mais ampla de aquisição de L2, “*transfer* é a influência resultante de similaridades e diferenças entre a língua alvo e alguma outra que foi previamente adquirida” (Odlin, 1989, p.27)

O fenômeno de *transfer* tem sido uma questão amplamente explorada e motivo de muita controvérsia. A grande polarização fica entre a **Hipótese da Análise Contrastiva** (HAC) (Lado & Fries apud Odlin, 1989) e a **Hipótese da Construção Criativa** (HCC) (Dulay & Burt, 1974; Dulay et al., 1982).

A HAC advoga que as tarefas de aquisição de L1 e de L2 são diferentes e, no processo de aquisição de L2, em que aspectos desta se igualam a aspectos da língua previamente adquirida, nenhum novo hábito lingüístico é adquirido e o aprendizado é, dessa forma, facilitado. Por outro lado, onde aspectos das línguas envolvidas divergem, L1 interfere como um novo hábito para a L2 poder ser aprendida. Entretanto, da forma como foi concebida, essa hipótese não dá conta de predizer quais aspectos são suscetíveis de transferência de uma língua para outra (Odlin, 1989), além de tratar o aprendizado de uma língua como formação de hábitos.

A HCC nega qualquer influência de L1 no processo de aquisição de L2, concebendo os dois processos como autônomos, uma vez que mecanismos cognitivos universais são a base para a organização de uma língua alvo, seja ela adquirida como L1 ou como L2. Segundo essa hipótese, os possíveis erros, entre eles o *transfer*, encontrados no processo de aquisição de L2, devem-se a um processo de construção criativa, tido como universal, que prevê a reconstrução de regras, de modo que a criança vai eliminando as diferenças entre o que ela ouve e o que ela produz (Dulay & Burt, 1974, p.34).

Com base em estudos experimentais envolvendo um amplo grupo de crianças com várias L1, adquirindo o inglês como L2, as pesquisadoras proponentes da HCC afirmam que a interferência de padrões da língua previamente adquirida em L2 é virtualmente nula, por apresentar

uma freqüência menor que 5%. Felix (1978), assumindo posição semelhante, assegura que, em dados sintáticos, exemplos de *transfer* são raros e assistemáticos. A questão importante sugerida por este autor é por que a transferência/interferência ocorre em alguns domínios de L2 e por que não é uma fonte importante de "erros" em sintaxe. Essa precaução também se encontra em outros trabalhos que, antes de colocarem o *transfer* como uma solução para os "erros" produzidos em L2, procuram verificar quais regras de L1 podem ou não ser transferidas no processo de aquisição de L2 (Odlin, 1989; Gass, 1980; Tarallo & Myhill, 1983).

Tanto o componente contrastivo quanto o componente criativo são contemplados dentro de uma terceira hipótese, proposta por Flynn (1987), e da qual mais se aproximam os resultados por mim obtidos neste trabalho: a **Hipótese da Marcação de Parâmetros**. Em estudos de aquisição de L2, Flynn conclui, baseada no modelo de marcação de parâmetros, que no ponto em que L1 e L2 se igualam, ao parâmetro de L2 não precisa ser atribuído um novo valor, e, no ponto em que divergem, um novo valor ao parâmetro de L2 precisa ser atribuído. Nesse modelo, tanto atua a análise contrastiva, para estabelecer o grau de similaridade entre as línguas envolvidas, quanto atua a construção criativa, já que mecanismos universais – e, aqui, mais precisamente a Gramática Universal com seus princípios – desempenham um papel fundamental na marcação dos parâmetros.

Várias outras contribuições importantes, sugerindo evidências de *transfer* no processo de aquisição de L2, foram dadas por estudiosos cujos trabalhos não são aqui discutidos em pormenor. Vale, entretanto, mencionar alguns daqueles que enfocaram o *transfer* de padrões de L1 para L2 em diferentes subsistemas da língua: o trabalho de Itoh & Hatch (1978), para o nível fonológico; os trabalhos de Wode (1978), Tarallo & Myhill (1983), Vainikka & Young-Scholten (1996), Schwartz & Sprouse (1996), para o nível sintático; e o trabalho de Yoshida (1978), para o nível lexical, entre outros.

A unidade de análise

Os NPs tomados para estudo da ordem linear são todos compostos de N + PP; este último, na grande maioria das ocorrências, estabelecendo uma função semântica de posse com o N a que se liga, como em "Pai do João", "casa dele" etc.

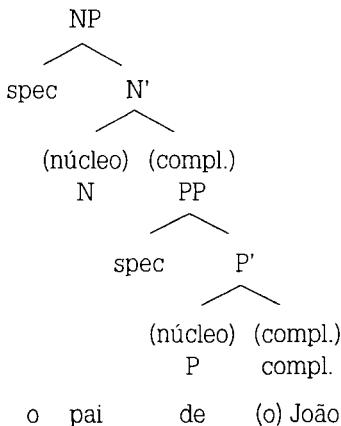
A linearidade dos constituintes de NP em português

Segundo Raposo (1992), para o português, a regra de reescrita categorial do NP é a dada em (3):

$$(3) \quad NP \rightarrow (D) \quad N \quad (PP)$$

e sua representação estrutural, para os casos de PP-complemento, a dada em (4):

(4) Representação estrutural de NP + PP-complemento em português



Com base em (3) e (4), o núcleo de um NP pode opcionalmente vir acompanhado de um determinante (D, geralmente artigo), que ocupará a posição de especificador (spec), e/ou de um sintagma preposicional (PP), que ocupará a posição de complemento. O tipo de NP, aqui considerado, possui uma estrutura extremamente rígida, não sendo possíveis outras ordenações diferentes da apresentada acima.

A linearidade dos constituintes de NP em japonês

Por ser o japonês uma língua posposicional, falta-lhe preposição. Todas as relações funcionais e relações de Caso, que em português seriam representadas por preposições, complementizadores, conjunções, são expressas, em japonês, por determinadas *partículas*, que aparecem pospostas à categoria a que ela se liga. Por exemplo, aparecem ligadas

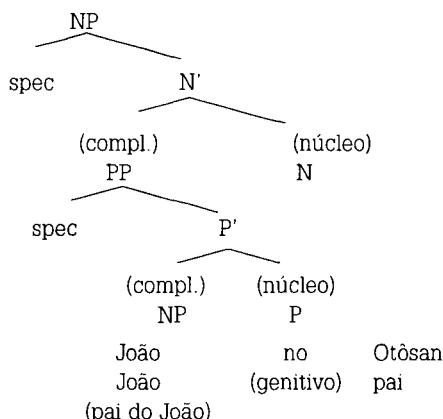
ao N as marcas morfológicas *-ga* para indicar o Caso nominativo, *-ni* para o Caso dativo, *-o* para o Caso acusativo, *-no* para o Caso genitivo; a marca *-wa* para especificar a função de tópico ou tema da sentença, e tantas outras. Além da representação de relações de Caso (ou de topicalização) ou de funções que, em português, são representadas por conjunções e preposições, as *partículas* usadas na língua japonesa servem ainda para indicar a “atitude” do falante em relação ao conteúdo da sentença, quando aparecem pospostas ao verbo, como, por exemplo, para indicar consenso (*-ne*); ênfase (*-yo*, *-tomo*); monólogo (*-na*); pergunta (*-ka*) etc. (Ono, 1992; Kuno, 1990).

Uma vez que a partícula *-no*, em japonês, é a que estabelece, dentre outras, a função semântica de posse, a regra de reescrita do NP constituído de N + PP-complemento, para essa língua, é a seguinte:

- (5) NP → (NP-no) N

Diferentemente do português, determinantes, tais como artigos, não ocorrem em japonês, conforme prevê a regra dada em (5), e o complemento do N vem posicionado à sua esquerda, conforme dispõe o parâmetro da linearidade dessa língua. Observe-se que a partícula *-no*, nesse caso, funciona da mesma forma como uma preposição, em português (daqui em diante, essa partícula e o N ao qual se liga serão tratados como um PP, porém, leia-se “síntagma posposicional”, quando este vier à esquerda de um N). Configuracionalmente, tem-se então para esse tipo de NP a representação dada em (6).

- (6) Representação do NP com PP-complemento em japonês



Vê-se mais claramente a relação de posse existente entre o PP-complemento e o núcleo do NP, quando, em japonês, o PP-complemento é codificado como um pronome pessoal, que, em português, corresponderia ao pronome possessivo, como mostram os exemplos abaixo:

- (7) exemplos, do japonês, da relação de posse codificada em um pronome pessoal

(a) [_{NP}[_{PP} Watashi-no][_N ie]] = minha casa
eu-(genitivo) casa

(b) [_{NP}[_{PP} Anata-no][_N ie]] = sua casa
você-(genitivo) casa

(c) [_{NP}[_{PP} Kara-no][_N ie]] = casa dele
ele-(genitivo) casa

Para o tipo de NP aqui tomado para estudo, como em português, uma rigidez na ordenação também é observada no japonês, fato que não se liga à língua ser considerada como de ordenação tipológica rígida (Odlin, 1989, p.95).

Análise e interpretação dos dados

As evidências que comprovam a influência de L1 na L2 em aquição pelas crianças Yuba são mostradas por meio da descrição das construções de NPs, as quais, posteriormente, são comparadas com as de uma criança adquirindo o português como L1.

O nível NP em L2

Conforme dispõem os parâmetros da ordem linear das duas gramáticas em concorrência, neste ponto da aquição do português como L2, foi comum encontrarem-se construções do tipo:

- (8) Construções de NP com o parâmetro *HL*⁴

(a) [P perguntando a M e a A sobre as criações da colônia onde moram]

⁴ Para uma melhor compreensão dos NPs, foram transcritos os contextos em que eles foram produzidos. Nesta transcrição, a coluna da esquerda refere-se à fala do Pesquisador (P) e a da direita, à fala da criança. A letra, nos parênteses, identifica o sujeito e, os números, sua idade em anos e meses.

P: você mexeu na galinha? ... e aí

A: mãe ó ... mãe né faz né assim ()

P: sua mãe?... que que ela fez?

M: é né [_{PP} **da** [_{NP} [_{PP} **Apoloni da** [_N **mãe**]]]]... tem porco

P: é?

(a') [igual ao contexto anterior]

A: **ele porco né** ... [_{NP} [_{PP} **meu mãe** [_N **porco**]]] né... (faz menção de sair da sala)

(A, 7;07; M 7;03)

(b) [K contando sobre uma cachorra que teve filhotes]

P: mas de quem é o cachorro? ... do Raru?

K: é:: do [_{NP} [_{PP} **Raru de**] [_N **papai**]]... do **Raru de mamãe**

(K, 7;09)

(c) [igual ao contexto anterior]

P: sei

K: você sabe Éder?

K: [_{NP} [_{PP} **dele**] [_N **casa**]] tem

(K, 7;10)

(d) [P pede a K que conte sobre um filme a que assistiu]

P: como que é a história do rei leão? [...] o que que acontece?

... conta aí a história pra mim... eu não sei... eu não assisti ainda

K: eu esqueci também... o leão morre ... papai também morre/papai morre ((tosse)) e o leão foi grande e.... é:: [_{NP} [_{PP} **rei leão do**] [_N **seu'rmão**]]⁵... seu'rmão fez assim "quero matá" e foi [som onomatopaico] fez assim

(K, 8;00)

Os exemplos dados aqui mostram claramente que a forma de arranjo dos constituintes internos dos NPs segue a sintaxe de ordem de palavras do japonês, ou seja, em todos eles o núcleo do sintagma segue o

5 A seqüência [_N **seu'rmão**] deve ser interpretada como equivalente a [_N **irmão**].

seu complemento, tratando-se, portanto, de uma produção lingüística em que a sintaxe pertence à L1 e o léxico pertence a L2. Em todos os NPs em que ocorreu a transferência de regra do japonês, além da estrutura formal [N + PP-complemento], também uma relação semântica de posse, codificada como [possuidor + possuído], foi determinante para que a criança aplicasse a regra de sua L1. Para a interpretação dos sintagmas dados em (8), segundo o padrão estrutural do português adulto, as formas devem ser invertidas como a criança codifica as funções “possuído” e “possuidor”, o que, respectivamente, resultaria nos seguintes sintagmas: (a) [a mãe da Apoloni]; (a') [porco dela] ... [porco da minha mãe]; (b) [papai de Raru]; (c) [casa dele]; (d) [irmão do rei leão].

Um falante monolingüe do português que não saiba tratar-se de um processo de *transfer* de regras do japonês poderia atribuir a essas interpretações uma outra completamente diferente da significação pretendida pela criança. Os exemplos (8b) e (8d) ilustram essa possibilidade. Em (8b), quando a criança produz *Raru de Papai*, tal enunciado poderia ser interpretado como o *Raru [é] do Papai*, justamente pelo fato de o núcleo do NP (*papai*) estar ocupando a posição de complemento, em acordo com a estrutura superficial do NP em português. Entretanto, o significado de (8b) é exatamente o contrário, isto é, conforme a estrutura do japonês, tal enunciado deve ser interpretado como o *papai [é] de Raru*, que foi exatamente a intenção da criança que o produziu. Em (8d), o enunciado *rei leão do [seu]irmão* (ver nota de rodapé nº 5), semelhantemente ao que ocorre com (8b), também poderia ser interpretado como o *rei leão [é] do irmão*, quando, na verdade, o significado conferido pela criança foi o *irmão [é] do rei leão*.

Tais interpretações são possíveis pelo fato de a alteração na forma [N + P(NP)] implicar também a alteração do significado [posse + possuidor]. Quando a inversão ocorre, o possuidor (*Raru, rei leão*) muda de função com o possuído (*papai, irmão*), passando este a exercer a função daquele. Veja-se que a possibilidade dessas interpretações deve-se também em grande parte ao comportamento do PP. Nos exemplos (8b) e (8d), a preposição, que cuida de estabelecer a relação de posse, mantém-se na posição que em português relaciona a posse ao possuidor. Nos demais exemplos (8a,c), a mesma interpretação talvez não se aplique, uma vez o PP não se comporta da mesma forma que nos exemplos (8b,d): às vezes a preposição é apagada, como em (8a'), às vezes PP é anteposto ao núcleo de NP, como em (8c) e às vezes há uma mistura de anteposição e posposição do PP, como em (8a). Os exemplos dados em (8b,d) são os que mais fielmente refletem as construções feitas segundo

o parâmetro da língua japonesa. Tomando o exemplo (8b), comparemo-lo à sua versão para o japonês:

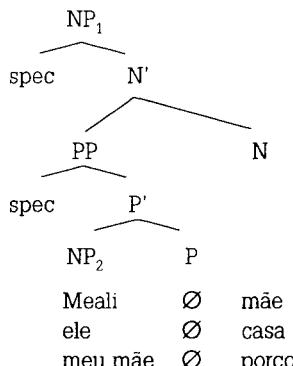
- (9) estrutura de NP em L2 equivalente à de NP em L1

L2: [NP [PP [N Raru] [P de] [N Papai]]]

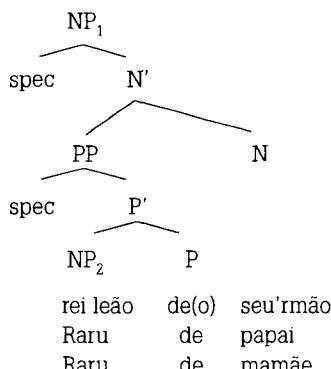
L1: [NP [PP [N Raru] [P no] [N Otôsan]]]

No português das crianças Yuba foram encontradas quatro maneiras diferentes de estruturação do NP com PP-complemento sob influência do parâmetro *HL* do japonês. Para uma melhor visualização, estas ocorrências estão apresentadas nas suas formas arborescentes em (10) a (13), as quais retratam os exemplos dados em (8).

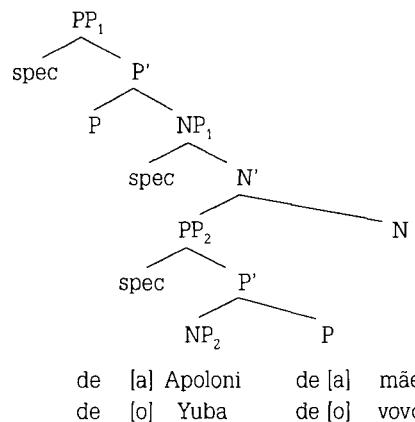
- (10) posposição do núcleo de NP e ausência de núcleo no PP



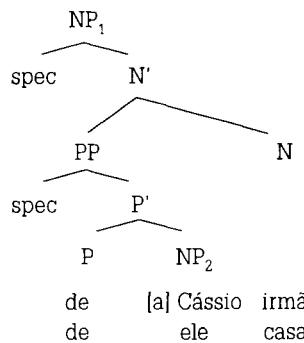
- (11) posposição do núcleo de NP e do núcleo de PP



(12) posposição do núcleo de NP e preposição e posposição simultâneas de núcleos conferidos ao PP



(13) Posposição do núcleo de NP e preposição do núcleo de PP



Em (10), o complemento é anteposto ao núcleo de NP₁, conforme estabelece o parâmetro do japonês. Entretanto, em PP, a preposição não é realizada, o que levaria a um contra-argumento de que se trata de uma situação de N + N (*Meali mae, ele casa, ele porco* etc.), como comumente ocorre na fase de duas palavras conhecida universalmente, em aquisição de L1, fase em que não mais se encontram as crianças fornecedoras desses dados. Em construções desse tipo, a ausência da

preposição não permitiria determinar sua posição em relação ao núcleo, se à direita ou se à esquerda, já que ambas são ocorrências possíveis na fala das crianças Yuba. Entretanto, optei por essa representação por ser ela a que caracteriza a estruturação do PP, enquanto o parâmetro *HF* ainda não está fixado por completo na L2, o que é o caso. As evidências de que se trata de um NP composto de um N + [**(pseudo)** PP + N] são extraídas dos próprios contextos de produção, razão pela qual foram transcritos em (8).

No exemplo dado em (11), à medida que a preposição surge para marcar o PP, a projeção do NP com PP-complemento estrutura-se exatamente como em japonês, ou seja, tanto o NP₁ quanto o PP-complemento seguem o parâmetro *HL* do japonês.

Nos exemplos dados em (12), o NP₁ (principal) é estruturado de acordo com o parâmetro *HL*, ou seja, o núcleo do NP₁ é posposto ao seu complemento (PP₂). PP₂, por sua vez, também segue o parâmetro *HL*, ou seja, seu núcleo posposto tem como complemento o NP₂. A aplicação do parâmetro *HF* ocorre no PP₁, que encabeça todo o sintagma. O núcleo preposicionado de PP₁ toma como complemento o NP₁. O resultado final de construções com esta estrutura, onde aparece uma duplidade de preposição (uma encabeçando o sintagma principal e a outra interna a este), revela uma aplicação simultânea dos parâmetros *HF* e *HL*, o que pode ser interpretado como uma fase de transição no português L2 das crianças Yuba, isto é, uma passagem da aplicação do parâmetro de L1 (*HL*) para a aplicação do parâmetro da língua alvo (*HF*), conforme dispõe a gramática do português adulto.

Nos exemplos dados em (13), a estruturação de NP₁ segue o parâmetro *HL* do japonês, porém o PP-complemento já se encontra marcado de acordo com o parâmetro *HF* do português.

Além de construções de NPs como as apresentadas aqui, ocorreram também construções em que o parâmetro *HF* foi adequadamente aplicado em L2. São alguns exemplos deste tipo:

(14) Construções de NP com parâmetro *HF*

- (a) [NP [N irmã] [PP da Sáki]] (A, 07;08)
- (b) [NP [N casa] [PP do papai]] (K, 07;09)
- (c) [NP [N papai] [PP do Masin]] (K, 07;09)
- (d) [NP [N namorado] [PP da [NP[N mamãe][PP do Len]]]] (K, 07;09)
- (e) [NP [N casa] [PP dele]] (K, 08;00)
- (f) [NP [N irmã] [PP da Mie]] (M, 07;03)

Em vista de não ter sido possível um acompanhamento longitudinal das crianças-sujeito no processo de aquisição de L2, uma proposta de uma ordem de aquisição do parâmetro *HF* na construção de NPs com PP-complemento não se mostraria de todo segura e consistente. Os tipos de construções de NP encontradas em L2 permitem apenas afirmar a existência de formas alternativas de as crianças construírem seus NPs e PPs. Pode até ser que essas formas alternativas caracterizem fases do processo de aquisição, postas em um *continuum*, entretanto nada posso afirmar a esse respeito.

Comparação com aquisição do português como língua materna

Tendo mostrado que a aquisição do português como L2 (PL2, daqui em diante) apresenta construções atípicas ao português, revelando serem estas decorrentes de um processo de transferência de regra do japonês, a seguir, no intuito de ratificar essa afirmação, procuro dar evidências de que na aquisição do português como L1 (PL1, daqui em diante) não é comum a criança empregar uma ordem diferente da do português adulto. Uma vez que para este trabalho elegeu-se apenas o nível NP, a comparação que aqui será feita restringir-se-á também a esse mesmo nível.

Para efeitos de comparação da aquisição de NP em PL1 e PL2, foi tomado como base o estudo empreendido por Perroni (1976). Em sua pesquisa de dissertação de mestrado, essa autora analisou o desenvolvimento da linguagem de sua filha Natália (N), uma criança falante do português brasileiro como língua materna. O período de aquisição abordado foi dos 2;01 aos 2;08 anos de idade, fase que abrange a emergência de enunciados de diversas palavras, com um avanço sensível no domínio dos morfemas gramaticais (preposições, pronomes, flexões verbais etc.). Com esse trabalho, foi possível a Perroni caracterizar aspectos da gramática portuguesa aos dois anos de idade, razão de ter sido este o trabalho escolhido para a comparação com os dados do português das crianças Yuba.

Embora Perroni (1976) não tivesse trabalhado no esquema do modelo de princípios e parâmetros (mesmo porque à época da pesquisa esse modelo não havia ainda sido desenvolvido), os dados de Natália podem ser interpretados segundo o parâmetro da linearidade.

Com relação ao mesmo tipo de NP considerado na produção de L2, para os dados de N, Perroni (1976, p.46) afirma que:

antes do conhecimento de meu, a criança marca a posse com a preposição seguida do nome do possuidor, ou amalgamada em pronomes pessoais ele/ela, quando não há preferência pelo próprio nome do possuidor ... É provável que a primeira expressão da noção de posse para a criança tenha sido: n + de + n, na ordem objeto possuído, preposição de, possuidor. (grifos da autora)

Em (16) são dados alguns exemplos de NPs encontrados em PL1, semelhantes aos estudados nos dados das crianças Yuba:

(16) exemplos de NP com PP-complemento em PL1

- (a) **qué vê o ábu deli**
“quero ver o rabo dele”
- (b) **o achá u ábu deli**
“eu vou achar o rabo dele”
- (c) **u bitidinhu dela**
“o vestidinho dela”
- (d) **u patatinhu dela**
“o sapatinho dela”
- (e) **u zoínhu dela**
“o olhinho dela”

(N, 2;2)

Diferentemente do que foi apresentado sobre as construções NP das crianças Yuba, o parâmetro *HF* parece já ser consistentemente aplicado por N nas construções do mesmo tipo de NP considerado, não tendo sido encontrada nenhuma variação quanto à ordenação dos constituintes internos⁶ (Perroni, 1976).

Tanto em português quanto em japonês do adulto, a ordenação dos constituintes de NPs com PP-complemento é invariável. A variação verificada no PL2 deve-se ao fato de as regras de ordenação, em português e em japonês, diferirem quanto à posição do núcleo do NP. Observe-se que tanto no PL1 quanto no PL2 a relação semântica de possuidor e possuído é acessível à criança. O que difere o NP em PL1 do NP em PL2 é a posição em que os elementos possuidor e possuído ocorrem dentro do sintagma, como esquematizado a seguir:

⁶ Attié-Figueira (IEL/Unicamp), em comunicação pessoal, afirma ter registrado em diário algumas construções semelhantes às das crianças Yuba em dados de aquisição do português (L1) de sua filha.

(17) posição dos constituintes internos de NP em PL1 e PL2

- a) PL1: $N_{possuido} + \text{Prep} + N_{possuidor}$
b) PL2: $(\text{Prep}) + N_{\{possuidor\}} + (\text{Prep}) + N_{\{possuido\}}^7$

Pelo esquema dado aqui, vê-se que a regra utilizada pela criança para a construção do NP em PL1 é categórica, isto é, não admite variantes, enquanto em PL2, a regra, nessa etapa da aquisição, prevê uma variação na posição ocupada pela preposição e pelos Ns (possuidor e possuído) constituintes do NP.

O fato de em português adulto, e também em PL1, não haver a possibilidade de variação na ordenação dos constituintes do NP mostra que às construções Complemento-N, em PL2, não caberia uma outra explicação que não a de transferência do parâmetro da linearidade do japonês.

Se resta qualquer dúvida quanto à hipótese de transferência do parâmetro da linearidade de L1 para o PL2, espero que essa comparação tenha cumprido o papel de resolver um possível impasse. Acrescento a isso que a transferência de padrões sintáticos de L1 para a L2 também foi verificada em outros níveis, embora em menor freqüência. São alguns exemplos:

(18) transfer de parâmetro da linearidade no nível VP

- (a) eu bolo comê (= eu comi bolo) (M, 7;00)
(b) ele, gato né ... rato vai vê né (= ele, o gato, vai ver o rato) (K, 7;09)
(c) eu Cíntia bateu não (= eu não bati na Cíntia) (A, 7;08)

(19) transfer na estruturação de construções interrogativas (ausência de movimento de palavras do tipo-Q)

- (a) você come como quê? (= como que você comia?) (K, 7;10)
(b) teato é quê? (= o que é teatro?) (A, 7;08)
(c) ele tá vendo pra quê? (= para onde ele está olhando?) (M, 7;00)

⁷ Os parênteses, “()”, indicam a opcionalidade de ocorrência do constituinte por ele encerrado. As chaves, “{ }”, representam uma escolha alternativa para a função do N. Entretanto, a realização de uma das funções exclui a realização da outra de igual valor.

(17) posição dos constituintes internos de NP em PL1 e PL2

- a) PL1: $N_{possuido} + \text{Prep} + N_{possuidor}$
b) PL2: $(\text{Prep}) + N_{\{possuidor\}} + (\text{Prep}) + N_{\{possuido\}}^7$

Pelo esquema dado aqui, vê-se que a regra utilizada pela criança para a construção do NP em PL1 é categórica, isto é, não admite variações, enquanto em PL2, a regra, nessa etapa da aquisição, prevê uma variação na posição ocupada pela preposição e pelos Ns (possuidor e possuído) constituintes do NP.

O fato de em português adulto, e também em PL1, não haver a possibilidade de variação na ordenação dos constituintes do NP mostra que às construções Complemento-N, em PL2, não caberia uma outra explicação que não a de transferência do parâmetro da linearidade do japonês.

Se resta qualquer dúvida quanto à hipótese de transferência do parâmetro da linearidade de L1 para o PL2, espero que essa comparação tenha cumprido o papel de resolver um possível impasse. Acrescento a isso que a transferência de padrões sintáticos de L1 para a L2 também foi verificada em outros níveis, embora em menor freqüência. São alguns exemplos:

(18) *transfer* de parâmetro da linearidade no nível VP

- (a) eu bolo comê (= eu comi bolo) (M, 7,00)
(b) ele, gato né ... rato vai vê né (= ele, o gato, vai ver o rato) (K, 7,09)
(c) eu Cíntia bateu não (= eu não batí na Cíntia) (A, 7,08)

(19) *transfer* na estruturação de construções interrogativas (ausência de movimento de palavras do tipo-Q)

- (a) você come como quê? (= como que você comia?) (K, 7;10)
(b) teato é quê? (= o que é teatro?) (A, 7,08)
(c) ele tá vendendo pra quê? (= para onde ele está olhando?) (M, 7,00)

⁷ Os parênteses, "()", indicam a opcionalidade de ocorrência do constituinte por ele encerrado. As chaves, "{}", representam uma escolha alternativa para a função do N. Entretanto, a realização de uma das funções exclui a realização da outra de igual valor.

Antes de apresentar as principais conclusões deste trabalho, vale mencionar que o fator “tempo de exposição ao português” também é determinante na aplicação adequada do parâmetro da linearidade em L2. É possível afirmar que com o aumento do tempo de exposição ao português e com o crescimento do conhecimento da língua, o transfer decresce e, consequentemente, a proporção de construções atribuíveis à interferência de L1 também decresce.

Conclusão

Do exposto até aqui, as evidências de *transfer* do parâmetro de L1 para a L2 em aquisição encontram amparo em estudos já feitos sobre a aquisição de L2 (Flynn, 1987; Odlin, 1989; Vainikka & Young-Scholthen 1996, entre outros) e, ao mesmo tempo, refutam postulados e teorias estabelecidos para esta mesma questão (Dulay & Burt, 1974; Dulay et al., 1982; Felix, 1978; Paradis & Genesee, 1996; Genesee et al., 1995). Longe de querer resolver definitivamente impasses criados em torno desse tema, as conclusões que aqui são apresentadas servem para fortalecer a postura teórica adotada no desenvolvimento deste trabalho e para mostrar que o fenômeno do *transfer*, sobretudo no nível sintático, não pode ser desconsiderado em estudos de aquisição de L2.

As seguintes conclusões gerais podem ser elencadas:

- (i) em sintaxe, “erros” de ordem ocorrem em L2 como transferência de L1, se os valores do parâmetro da linearidade das duas línguas são diferentes. Anulando-se a explicação de resultado de *transfer*, como os dados presentes na fala das crianças Yuba seriam explicados, se no português a que têm acesso (*input*) não encontram dados semelhantes? Não parece haver outra alternativa que não atribuir esses “erros” de ordem à transferência do parâmetro do japonês para o português em aquisição;
- (ii) os resultados a que cheguei indicam que, para os estudos de aquisição de L2, quando se tratar de línguas com parâmetros de valores diferentes para um mesmo princípio, uma estratégia de *transfer* de L1 para L2 pode se mostrar operante. Para se atingir o modelo adulto de L2, o *input* que a criança recebe em L2 interagindo com a gramática universal, força também atuante no processo de aquisição de L2 (pelo menos ainda dentro de um período crítico de aquisição da linguagem), leva a criança a remarcar o parâmetro em

questão, de acordo com a gramática de L2, sem que isso cause a extinção do valor do parâmetro já marcado em sua L1, desde que L1 seja mantida pela criança;

- (iii) além da distância tipológica entre as línguas ser um fator que fortemente proporciona a presença de regras de L1 atuando em L2, também o desequilíbrio entre a exposição à L2 e o uso efetivo dela parece propiciar o *transfer* como uma estratégia de aquisição de L2. Essa é a situação a que as crianças Yuba estão submetidas, uma vez que o contato delas com o português restringe-se às cinco horas diárias que passam na Escola.

Espero, com este artigo, ter dado a minha contribuição aos estudos da aquisição da linguagem, sobretudo no que se refere ao entendimento de estratégias empregadas na aquisição de L2. Raras têm sido as abordagens nesta área, enfocando o português adquirido como L2, sobretudo quando L1 é uma língua tipologicamente diferente, como é o caso do japonês.

Agradecimentos

Registro aqui os meus agradecimentos à Profa. Dra. M. C. Perroni, pela orientação deste trabalho durante o meu curso de mestrado no IEL/Unicamp.

GONÇALVES, S. C. L. The parameter of linearity in noun phrases produced by children during acquisition of Portuguese as a second language. *Alfa* (São Paulo), v.42, p.63-85, 1998.

- *ABSTRACT: The purpose of this paper is to present a study of initial acquisition of Portuguese as a second language by three children living in a Brazilian-Japanese community in Brazil. Until school age, when they start the acquisition of Portuguese, these children speak only Japanese as their mother tongue. I have chosen to investigate a syntactic phenomenon, which distinguishes the Japanese and the Portuguese languages: the parameter of linearity (that is, word order). According to this parameter, in Japanese the phrase head is in final position and in Portuguese it is in initial position. In this study, the principles and parameter model of generative grammar*

theory (Chomsky, 1981, 1988) has been used together with studies on language transfer (Odlin, 1989). I show that in this initial stage of second language acquisition the children transfer head-last parameter of Japanese to Portuguese, when they are producing noun phrases ($NP \rightarrow N + complement$). The evidence presented contradicts other studies which deny the existence of language transfer at all (Dulay & Burt, 1974; Dulay et al., 1982), and those who deny it mainly at the syntactic level (Felix 1978; Genesee et al., 1995; Paradis & Genesee, 1996).

- KEYWORDS: L2 acquisition; language transfer; linearity parameter.

Referências bibliográficas

- CHOMSKY, N. *Lectures on government and binding*. Dordrecht: Foris, 1981.
- _____. *Language and problems of knowledge: the Managua lectures*. 2 ed. Massachussets: MIT Press, 1988.
- DULAY, H. C., BURT, M. K. Natural sequences in child second language acquisition. *Language Learning*, v.1, n.24, p.37-53, 1974.
- DULAY, H., BURT, M., KRASHEN, S. *Language two*. New York: Oxford University Press, 1982.
- FELIX, S. W. Interference, interlanguage, and related issues. In: HATCH, E. M. (Ed.) *Second language acquisition: a book of readings*. Massachussets: Newbury House, 1978.
- FLYNN, S. *A parameter setting model of L2 acquisition*. Dordrecht: Reidel, 1987.
- GASS, S. Language transfer and universal grammatical relations. *Language Learning*, v.2, n.29, p.327-43, 1980.
- GENESEE, F., NICOLADIS, E., PARADIS, J. Language differentiation in early bilingual development. *Journal of Child Language*, v.3, n.22, p.611-31, 1995.
- HAEGMAN, L. *Introduction to government and binding theory*. Oxford: Basil Blackwell, 1991.
- ITOH, H., HATCH, E. Second language acquisition: a case study. In: HATCH, E. M. (Ed.) *Second language acquisition: a book of readings*. Massachussets: Newbury House, 1978.
- KUNO, S. *The structure of the Japanese language*. 9.ed. Massachussets: MIT Press, 1990.
- ODLIN, T. *Language transfer: cross linguistic influence in language learning*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- ONO, M. *Dicionário básico japonês-português*. São Paulo: Aliança Cultural Brasil-Japão, 1992.

- PARADIS, J., GENESEE, F. Syntactic acquisition in bilingual children. *Studies in Second Language Acquisition*, v.1, n.18, p.1-25, 1996.
- PERRONI, M. C. *Aspectos da gramática do português aos 2;0 de idade*. Campinas, 1976. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.
- RADFORD, A. *Syntactic theory and the acquisition of English syntax*: the nature of early child grammars of English. Cambridge: Basil Blackwell, 1990.
- RAPOSO, E. *Teoria da gramática*: a faculdade da linguagem. Lisboa: Caminho, 1992.
- SCHWARTZ, B. D., SPROUSE, R. A. Cognitive states and the full transfer/full access model. *Second Language Research*, v.1, n.12, p.40-72, 1996.
- TARALLO, F., MYHILL, J. Interference and natural language processing in second language acquisition. *Language Learning*, v.1, n.33, p.55-76, 1983.
- VAINIKKA, A., YOUNG-SCHOLTEN, M. Gradual development of L2 phrase structure. *Second Language Research*, v.1, n.12, p.7-39, 1996.
- WODE, H. Development sequences in naturalistic L2 acquisition. In: HATCH, E. M. (Ed.) *Second language acquisition*: a book of readings. Massachusetts: Newbury House, 1978.
- YOSHIDA, M. The acquisition of English vocabulary by a Japanese-speaking child. In: HATCH, E. M. (Ed.) *Second language acquisition*: a book of readings. Massachusetts: Newbury House, 1978.

AQUISIÇÃO E AMPLIAÇÃO DO VOCABULÁRIO ACADÉMICO – CONTEXTO IDEOLÓGICO CULTURAL

Antonieta LAFACE¹

- RESUMO: Trata-se de uma reflexão sobre o vocabulário de áreas disciplinares, estudadas na escola do segundo grau e desta para a universidade. Com base nos princípios teóricos da lexicologia e da definição terminológica, pretende-se mostrar a necessidade de sistematização de atividades pedagógicas, orientadas para contextos ideológicos. No exemplo dado, foram tomados os critérios de tempo e lugar, trabalhados na área de História, para demonstrar como as definições podem ser veiculadas no universo de conhecimento.
- PALAVRAS-CHAVE: Definição; léxico; ensino; vocabulário.

0 Introdução

É de supor que as instituições educacionais respondam por atividades pedagógicas que venham a estimular a interação do indivíduo com o universo social. É de acreditar que essas atividades venham a acompanhar os impactos transformadores da ciência e da tecnologia, contribuir para a divulgação do saber e propiciar a reformulação de idéias, noções e conceitos. É de esperar que essa divulgação seja função preliminar da escola e que as estratégias de ensino estejam direcionadas à formação do indivíduo.

¹ Departamento de Lingüística - Faculdade de Ciências e Letras - UNESP - 19800-000 - Assis - SP.

Paradoxalmente, sabemos das muitas dificuldades por que passa a escola na tentativa de dar ao indivíduo a formação necessária à sua interação com as realidades ideológicas e culturais. Ao que parece, ela tem se apresentado como cultura secundária e, gradativamente, tem perdido o seu papel divulgador. Tem se tornado transmissora de um saber reproduutor da consciência histórica e social, sem articular os diferentes discursos e as diferentes linguagens. Assim, ao fazer a descrição virtual do objeto de conhecimento, tem provocado um distanciamento do indivíduo com as realidades do mundo. Em consequência, os problemas, referentes à aquisição e ao domínio do saber específico das áreas de estudo, multiplicam-se.

Pretendemos, neste artigo, fazer algumas reflexões didático-pedagógicas a respeito da aquisição e ampliação do vocabulário, referente a disciplinas estudadas na escola – atenção voltada para o segundo grau e deste para a universidade. Objetivamos mostrar como, numa simples leitura do texto jornalístico, as definições do universo científico se ajustam a contextos socioculturais existentes, com vistas à divulgação e à transmissão do saber.

Para tanto, pressupomos que a linguagem pedagógica seja mediadora da linguagem científica com a social, devendo, portanto, responder pela aquisição e reformulação constante do conhecimento. O ensino do vocabulário em áreas de atuação acadêmica deverá prever o uso nos diferentes discursos e nas diferentes linguagens, condicionadas a tempo e lugar. O estudo da definição de um termo vocabular deve prever adequação às necessidades históricas e sociais, mantendo-se a base semântica que sustenta nos diferentes contextos, quer científico, pedagógico ou social.

1 Universo escolar e vocabulário acadêmico

Forquin (1995) afirma que a escola deve contribuir para a fabricação da memória coletiva. É de sua responsabilidade dar condições ao aluno para articular os fatos e acontecimentos do universo cultural. Nas atividades programadas, deve fazer a relação de situações de conflito com a possibilidade de solução que leve a um equilíbrio de forças existentes no e entre os grupos sociais. As atividades pedagógicas devem conectar as realidades do mundo com os universos histórico e social, ideológico e cultural, propiciando a criticidade e a reconstrução do saber adquirido.

Nessa perspectiva, o ensino do vocabulário estará centrado na dimensão ideológica da linguagem, determinada pela seleção de conceitos e definições dos objetos de conhecimento que tramitam na comunidade social, conforme as necessidades de divulgação. Essa seleção surge pela decantação e pela reinterpretação permanente da herança cultural, ligada às gerações, em que passado e presente se encontram filtrados e reintegrados.

Nesse aspecto, as idéias, os conhecimentos, as técnicas e as práticas sociais devem fazer parte dos programas disciplinares ensinados na escola, de forma a haver recortes culturais do universo humano, com base na ideologia de uma época. Sabemos, nesse particular, que as informações selecionadas para os programas educacionais tornam-se necessárias, pelo fato de que não poderíamos ensinar tudo ao mesmo tempo, mas pequena parcela do que constitui a história da sociedade.

Brito (apud Jorge, 1994) considera que a organização das atividades educacionais constitui livre associação do ensino com as diferentes realidades existentes, sendo ele, o ensino, trampolim da ciência teórica para a ciência aplicada. Dessa forma, o modo de seleção, de legitimação e de transmissão do saber escolar determina-se como critério de divulgação de informações científicas, tratadas como manifesto cultural.

A ação disciplinar e a prática pedagógica relacionam-se à história da humanidade, na medida em que o progresso, existente no campo das idéias, da tecnologia e da ciência influí no desenvolvimento e no aperfeiçoamento das atividades educativas. Qualquer que seja o tipo de sistematização das práticas pedagógicas, essa sistematização não estará rompendo com o laço cultural ou histórico. Estará, antes, requerendo grande dose de situações pragmáticas do conhecimento científico, transposto para o universo acadêmico.

Jorge (1994) reitera essa posição, preocupando-se com o ensino do vocabulário técnico e científico no segundo grau. Considera que toda mobilidade vocabular de áreas disciplinares deva viabilizar a ampliação do universo de conhecimento, tendo por base a especificidade e a natureza de cada uma, como, por exemplo, da matemática e das ciências em geral. A perspectiva histórica e a cultural do ensino atrelam-se à perspectiva tecnológica, culminando na sistematização e na racionalização das atividades pedagógicas, como conjunto de funções, baseadas na investigação empírica.

O ensino, dentro dessa perspectiva, parece inclinar-se para a resolução dos problemas sociais e, por meio dos procedimentos didáticos,

viabilizar decisões pragmáticas. No universo histórico-cultural, pretende fazer a interação de processos ideológicos e sociais, abrangendo o sistema educacional e as peculiaridades das instituições escolares. Nesse caso, as estratégias metodológicas que compreendem o ensino do vocabulário situam-se no âmbito do universo social, atrelando-se a ele o cultural, o histórico e o tecnológico.

Dante disso, tratar o vocabulário de natureza científica no universo escolar significa veicular suas peculiaridades, para que possa haver uma ponte mediadora do discurso científico para o social. Essa mediação torna possível a pragmatização das definições terminológicas, atendendo à multidisciplinaridade das áreas de estudo, de forma a ampliar o domínio do vocabulário dessas áreas, no universo acadêmico.

Torna-se, portanto, necessário um trabalho pedagógico que faça o aluno perceber que, nas diferentes situações de uso, a base semântica de cada vocábulo, encontrado no seu material didático, deve ser recuperada, tendo em vista que as adequações de sentido de uma unidade lexical, no espaço enunciativo da linguagem, são uma constante. E mesmo que a escola pressuponha que o aluno domine o vocabulário específico das disciplinas estudadas, as atividades pedagógicas deverão ser orientadas para um estudo acadêmico que possa fazer interagir a linguagem científica com as linguagens articuladas no universo social.

Para tanto, os conteúdos programáticos devem refletir o acervo patrimonial das idéias e dos conhecimentos científicos, em vigor na sociedade. Por esse acervo, podemos explicar a cultura ideológica e a importância do universo pedagógico, para que o aluno venha a mobilizar situações pragmáticas do saber adquirido.

2 Conceitos e definições no universo vocabular

Conceitos e definições de termos sustentam-se, sobretudo, pela noção de uso na língua. Constituem parâmetro para adequações produtivas e significativas da linguagem, já que permitem a divulgação de informações técnicas na comunidade social. Na produção de conhecimento, determinam-se como processo. Na dimensão do significado de base de uma unidade lexical, expandem-se e ligam-se ao uso, descrevendo uma certa realidade de mundo. Serão atividade comunicativa do homem, como produção de um saber, e expressão analítica de ideologias culturais, como manifestação.

Lembramos que a definição de um termo resulta de uma descrição semântica, cultural e social de um objeto de conhecimento cujo paradigma de informações se dá por registro dicionarizado, com freqüências aceitáveis e representativas na língua. Assim, articular uma unidade lexical de natureza científica, nas diferentes linguagens, é observar as áreas de saber nas quais ela se insere.

Segundo Sager (1982), a definição de um termo apresenta-se como suporte da informação que, transferida para vários domínios do saber, permite a descrição de certo objeto de conhecimento – um processo no conjunto de relações significativas da linguagem. Analogamente, conceitos extraídos de uma definição são dados como produto de uma seleção de informações técnicas desse objeto, adequando-se aos diferentes discursos e às diferentes linguagens, conforme as necessidades de uso.

Para o autor, os conceitos constituem-se unidade de conhecimento de um sistema, traçado por uma hierarquia descritiva de traços nocio-nais e conceptuais de certo objeto do saber. Esses traços sustentam-se pelas características intrínsecas e extrínsecas da linguagem e, ainda, pela sucessão de unidades significativas, construídas com base nas ideologias, em que tempo e espaço são definidos pelo homem, produtor de conhecimento.

Segundo Dahalberg (1983), há dois tipos de definição de uma unidade lexical: a analítica e a conceptual. Qualquer um desses tipos integra o objeto referente, descreve suas características, permitindo situá-lo no tempo e no espaço, para colocá-lo na sua própria textualidade.

A definição será conceptual quando estiver prevendo as dimensões do conceito. Haverá certa padronização de ideologias culturais e históricas da comunidade social, determinadas pela época e pelo lugar. Haverá, também, a preservação das características definicionais que identificam a sua natureza. Será analítica, quando essa padronização vier a se integrar nas dimensões identificatórias desse objeto, considerando-se a sua natureza e as suas características de base.

Nesse aspecto, as definições que descrevem o universo do saber devem ajustar-se a situações concretas de uso, nos parâmetros analíticos e conceptuais. São designadas pelo termo, a partir de um sistema de relações lexicais, construtoras do referencial desse universo. E, ainda, o termo, sendo o elemento mínimo da linguagem de natureza científica, torna-se suscetível a relações de sentido no discurso. Por essa razão, as definições permitem posicionamentos que dizem respeito a conceitos diversos com diferentes usos.

Bem por isso, as atividades acadêmicas, relacionadas ao estudo do vocabulário, terão por objetivo preservar a dimensão conceptual do objeto de estudo, dando ao aluno condições para operacionalizar situações pragmáticas do saber, conforme circunstâncias apresentadas.

Para a sistematização dessas atividades, as definições e as designações serão o ponto de partida para a divulgação de informações do saber científico, permeando o espaço cultural e histórico do homem. Os meios de comunicação respondem por essa divulgação, apropriando-se do saber científico, de forma a mobilizar ideologias presentes no universo social. O poder de persuasão sobre o grupo social acentua-se conforme conveniências institucionais. Em consequência, fatos e acontecimentos são relatados segundo a visão de universo que se queira transmitir.

Dessa forma, o vocabulário terminológico de áreas de estudo, a ser adquirido e ampliado, exige um conjunto de estratégias pedagógicas para que o aluno não perca de vista a natureza científica das informações. E ainda, para que, dentre as inúmeras possibilidades de transposição e divulgação do conhecimento, ele possa operacionalizar, com habilidade, os deslocamentos, a adequação e a integração de unidades vocabulares, nos espaços temáticos da produção interacional comunicativa.

3 A título de exemplificação

Considerando-se a atividade de leitura pedagógica da crônica “Faeneratores” de Roberto Campos, publicada na *Folha de S.Paulo* (em anexo), o aluno deverá ser levado a perceber que os enunciados temáticos abrem-se para a diversidade de conceitos definicionais dos termos referentes à política econômica, definida em contextos históricos diferenciados. Assim, ele saberá que:

3.1. “Os romanos não possuíam bancos. Nos bons tempos heróicos do cidadão-soldado que lavrava o solo com a mão, a base da vida eram a terra e o gado (onde o termo ‘pecúnia’). E os lotes distribuídos aos veteranos para cultivarem com as suas famílias – dez ‘juguera’, talvez menos de três hectares – seriam considerados chinfrins pelo nosso MST (Movimento dos Sem-Terra).”

Na leitura desses enunciados, ele terá diante de si os conceitos e as definições de termos, indicadores de dois períodos da História Univer-

sal: a dos romanos, na época antiga, e a do nosso país, no momento atual. Tomará consciência de que passado e presente integram-se, analógicamente, no processo contínuo de construção e de reconstrução dos universos social e cultural.

Ficará diante do que podemos chamar túnel do tempo, que se abre e se agraga à produção de conhecimento, denotando, de um lado, as particularidades históricas e culturais de um povo e, de outro, os pontos de encontro com povos de uma mesma época ou de épocas diferentes. E se o tempo importa para a constante reorganização do universo humano, o lugar marca o ponto exato dos acontecimentos e evidencia hábitos e formas da vida histórica e cultural, próprias a um povo, abrangentes a outros povos.

Nessa perspectiva, atividades pedagógicas que envolvem o vocabulário temático do texto serão desenvolvidas pelo aluno, conforme o conhecimento prévio que ele tem das definições terminológicas encontradas, no momento da sua leitura. Estará atento à base definicional de cada um dos termos, para que não venha a perder de vista a temática que está sendo construída pelo autor, já que as definições e as designações contêm marcas ideológicas do vocabulário, exigindo habilidades para a reorganização do universo textualizado.

Certamente, a continuidade da leitura dará a ele requisitos básicos de entendimento, considerando-se a manifestação de vários contextos terminológicos. Tempo e espaço apresentam-se como critérios de leitura, relevantes para a construção do universo enunciativo. Permitem analogias e contrastes. Criam o novo no presente, aproveitando o conhecimento do passado. Recriam o velho, fazendo-o parecer ser novo, no contraponto enunciativo de: "São antigos os problemas novos... [e] ... São novos os problemas antigos".

Nesse contraponto, tempo e espaço estruturam-se, já pelo vocabulário básico, já pela definição de cada unidade léxica desse vocabulário no universo cultural, social e ideológico de cada povo. E é desse modo que os termos "pecúnia, crédito, financiamento..." contextualizam-se no sistema agrário e inter-relacionam-se com sociedade, cuja definição agraga-se a uma economia eminentemente agrária.

Com esses termos, os primeiros enunciados da crônica estarão revelando a ele, aluno leitor, que o "Sistema Agrário" abre-se para "lote distribuído aos veteranos [cidadão-soldado] para cultivarem...". Pela leitura, tomará ciência de que essa distribuição baseia-se na troca ou pecúnia, evidenciando a "aquisição da terra a ser cultivada, através do mérito de ter sido o indivíduo um cidadão-soldado (= uma espécie de

compra)" – um sistema de troca, dado pela compra ou distribuição de terras; sistema tão antigo quanto a história do homem.

Nesse ponto, o aluno perceberá que o atual MST está ligado à "Reforma Agrária", cuja definição conceptual caminha para "sistema de distribuição de terras, sem questionamento dos méritos, mas do direito de posse" – distribuição de terras, dadas não pela troca (*pecúnia*) mas pela posse. Perceberá também que, embora no sistema romano os lotes fossem menores, a sua distribuição *chinfrim*, isto é, mediocre, seria muito menos complexa, comparada ao sistema agrário brasileiro.

As atividades pedagógicas, referentes ao vocabulário temático da crônica em questão, deverão objetivar o desenvolvimento de habilidades que permitam operacionalizar definições e conceitos, fazendo o aluno perceber que, na Roma Antiga, o termo *sociedade* faz referência a "(grupo de pessoas) [cidadão-soldado] que lavrava o solo com a mão (onde) a base da vida eram a terra e o gado..." = "constituição do sistema agrário, como forma de equilíbrio da economia".

O termo *sociedade* vincula-se, portanto, a um sistema de produção, baseado na troca ou pecúnia (dinheiro). Estruturada na cultura da terra e na criação de gado, garante-se pela economia de troca. Isto explica por que o texto deixa transparecer o fato de que, na Roma Antiga, embora não houvesse qualquer organização bancária, a economia se equilibrava. Daí ser o desenvolvimento do Sistema Agrário a base essencial da economia da época – uma situação pragmática de organização econômica, destituída de qualquer organização bancária.

Abertos os aspectos temáticos do texto, o aluno será levado a fazer uma analogia entre a Antiga Roma e o Brasil atual, no que se refere a "ter ou não ter bancos", observando o funcionamento da economia produtiva de um país. Terá melhor compreensão quando perceber que *sociedade* estará se referindo, no contexto atual, a "grupo de indivíduos com má distribuição de rendas [daí o MST], constituindo uma economia bancária deficiente e mal estruturada, portanto, inexistente, tanto quanto na Roma Antiga".

Concluirá, nesse primeiro momento de leitura, pela necessidade do Sistema Agrário, refletido no cultivo da terra e no da criação de gado. Terá consciência de que, na atualidade, um sistema bancário deficitário força uma economia desestruturada, provocando problemas quanto à distribuição de rendas, abrangendo o sistema agrário. Analogamente, a inexistência do sistema bancário faz aparecer uma economia pragmática e informal, o que não quer dizer que, na atualidade, esse sistema informal também não se faça.

3.2 “mesmo sem bancos (só mais de um milênio depois iriam desenvolver-se os instrumentos de crédito), não faltavam meios de financiamento. Seus agentes, os ‘faeneratores’, eram profissionais que emprestavam dinheiro...” constitui enunciado que remete ao sistema de agiotagem, em vigência na época.

Continuando a leitura, o aluno depreenderá o surgimento do “sistema de créditos”, determinado pela “solvência de saldos na economia de um país, considerando-se os instrumentos para o seu aproveitamento”. Essa solvência, segundo a crônica, deu-se pela economia informal, atrelada aos “faeneratores”, sendo estes os “agentes profissionais que emprestavam dinheiro a juros, com limite de até 12% ao ano”. Define-se o “sistema de créditos” pelo “sistema de agiotagem”.

O texto mostra que esses profissionais teriam sido os responsáveis por um processo econômico, baseado na agiotagem, formando uma espécie de clã financeiro, com lucros exagerados. No contraponto, o aluno estará definindo “Sistema Bancário” como “a prática da agiotagem oficial”, em equiparação à economia informal da Roma Antiga pelos altos juros cobrados.

Em continuidade, o aluno verá que, em “E, mesmo sem bancos, os romanos conheciam crises de créditos... O endividamento dos pequenos agricultores foi o fole que soprou as guerras civis...”, em que “crise de crédito” abre espaço para “mudança produzida, constantemente, na economia, gerando estados de conflitos, de decadência, de ruptura do equilíbrio produtivo da coletividade”.

Pelo contexto histórico, o aluno saberá, por meio das definições implícitas no texto, que a *crise de crédito* resulta em guerras civis, conhecidas não só na Roma Antiga, como na Grécia, até porque o sistema de agiotagem gera endividamentos, em especial, dos pequenos agricultores. Esses não têm como garantir a estabilidade econômica sem contrair dívidas cada vez mais volumosas.

Nesse ponto, a leitura do enunciado “César hesitou no recurso a medidas demagógicas de débitos, que Cícero, conhecido advogado de oposição, sempre cheio de razões morais, denunciava ferozmente” permitirá ao aluno vislumbrar, no contexto histórico, a criação de medidas de alívio temporário. Em analogia com o sistema atual, a situação não estaria sendo muito diferente, já que o endividamento dos pequenos agricultores tem provocado distúrbios na economia, fazendo surgir movimentos populares como o MST (movimento que defende aqueles que não possuem terras), com a função de criar soluções que, na verdade, são paliativas.

- 3.3 "Sistema de créditos" e "crise de créditos" são enunciados condicionados ao "... Plano Real" e este vinculado a "redescobrimento da experiência de 1923 – quando se adotou uma moeda paralela ... garantida em ouro e com juros, e em meses se lixidou a hiperinflação. A equipe do Real foi quase a mesma do Plano Cruzado ... com a diferença que, em 94, o governo teve condições de impor linha firme..." .

O termo "redescobrir" torna-se o ponto-chave para as possíveis soluções, já pelo "trazer para a atualidade o que já foi descoberto... descobrir novamente..." (cf. Ferreira, 1988), já pelo "transpor para a atualidade o que foi conhecido..." (cf. Houaiss, 1995), ou mesmo, "tornar conhecido o que parece estar sendo desconhecido – trazer para a atualidade o que foi experenciado..." (cf. enunciados).

Nesse ponto, surgirá para o aluno uma analogia, não mais Brasil/Roma, mas Brasil Presente/Brasil Passado, revelando-se a volta de situações já vividas, experenciadas e reconduzidas. No texto, essa recondução se faz por meio do termo "redescobrimento" = "tornar atual e novo o que foi antigo e velho..."

Desse modo, o Plano Real não seria senão o resultado de experiências do passado transpostas para o presente. Nenhuma idéia original estaria pontuando sua presença no contexto atual. O já vivido toma lugar novamente, com algumas características do tempo presente, mas com as marcas do que teria sido no passado.

Portanto, a frase "São antigos os problemas novos" permitirá ao aluno operacionalizar conceitos e definições que marcam, no vocabulário, os pontos temáticos do texto. Terá consciência de que as medidas paliativas, tentativas de solução dos problemas, apresentam-se em qualquer época e em qualquer tipo de agrupamento social. "Planos Econômicos" constituem "projetos para resolver questões econômicas de uma sociedade". Centralizam-se na adoção de uma moeda paralela para lixidar inflações.

Assim, haverá a imposição de uma linha política, explicitada por "rendendo dividendos políticos", mesmo com a "ausência de reformas estruturais". Desvela-se, para o aluno, o vocabulário temático da crônica, permitindo-lhe organizar um pequeno glossário, contendo os conceitos e definições temáticas encontrados.

Glossário temático

Sistema Agrário: “1. Lote distribuído aos veteranos para cultivarem; 2. Aquisição da terra a ser cultivada pelo mérito de ter sido o indivíduo, um cidadão-soldado, uma espécie de troca de favores e de merecimento”. (*Roma Antiga*)

Reforma Agrária: “1. Sistema de distribuição de terras, sem questionamento de mérito; 2. Distribuição como direito de posse”. (*Brasil Atual*)

Sociedade: “1. Grupo de pessoas que lavrava o solo com a mão, onde a base da economia eram a terra e o gado; 2. Constituição do sistema agrário, como forma de equilíbrio da economia”. (*Roma Antiga*)

Sociedade: “1. Grupo de indivíduos com má distribuição de rendas; 2. Constituição de uma economia bancária deficiente e mal estruturada”. (*Brasil Atual*)

Faeneratores: “1. Profissionais que emprestavam dinheiro a 12% de juros ao ano”; 2. Constituição de uma economia informal no sistema de créditos”. (*Roma Antiga*)

Rede Bancária: sistema de créditos: “1. Solvência de saldos na economia do país, considerando-se os instrumentos para o seu aproveitamento, com a prática de empréstimos a juros exagerados; 2. Constituição de uma economia oficial, com base no sistema de agiotagem”. (*Brasil Atual*)

4 Nota conclusiva

Esse exemplo ilustra a necessidade de uma proposta pedagógica de ensino do vocabulário de áreas de estudo na escola, prevendo-se a interação de contextos definicionais que amoldam situações, decorrentes do uso de termos, nas diferentes situações de uso. Na temática das relações vocabulares das áreas de estudos, haverá aberturas para as ideologias existentes.

Devemos contar com a divulgação do discurso científico no pedagógico, pressupondo adaptação a novas situações do saber adquirido, do que resultarão reformulações constantes. As disciplinas escolares deverão, na verdade, funcionar como formas interativas do saber, dentro de um conjunto multidimensional de conceitos e definições que envolvem mobilizações culturais, históricas e sociais, incluindo ideologias.

LAFACE, A. Acquisition and enlargement of academic vocabulary – ideological and cultural context. *Alfa (São Paulo)*, v.42, p.87-99, 1998.

- **ABSTRACT:** This article attempts to analyse the teaching of lexicon in the academic level of language. The study is grounded on a theoretical basis of lexicon and definition of terms. It intends to show that the definition of technical scientific terms is adjusted to different situations of usage within a ideological framework. The criteria of time and space allow us to point out how the definitions can be articulated into the academic universe through the historical context.
- **KEYWORDS:** Definition; terms; lexicon; teaching.

Referências bibliográficas

- DAHALBERG, I. Faceted classification and terminology. In: *Terminology and Knowledge Engineering in Terminology*. Quebec: Gisterm, 1983.
- FERREIRA, A. B. H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. São Paulo: Nova Fronteira, 1988.
- HOUAIS, A. *Encyclopédia e dicionário ilustrado*. Rio de Janeiro: Delta, 1995.
- FORQUIN, J. C. Les approches sociologiques du curriculum: orientations théoriques et perspectives de recherches. *ELA – Revue de didactologie des langues-cultures (Paris)*, p.61-6, abr.-jun. 1995.
- JORGE, L. *Inovação curricular*. São Paulo: UNIMEP, 1994.
- SAGER, J. C. La synonymie. In: COLLOQUE INTERNATIONAL DE TERMINOLOGIE, 1982, Quebec. *Actes...* Quebec: 1982. p.113-40.

Bibliografia consultada

- AUGER, P. Polyphormisme de la définition en terminologie. In: COLLOQUE INTERNATIONAL DE TERMINOLOGIE, 1982, Quebec. *Actes...* Quebec: 1982. p.101-12.
- CABRÉ, M. T. *Terminología: teoría, metodología, aplicaciones*. Barcelona: Antártida, Empúries, 1993.
- LAFACE, A. *O vocabulário no universo acadêmico: um passo para a leitura técnica*. São Paulo: Arte & Ciência, 1997.
- REY, A. La définition. In: COLLOQUE INTERNATIONAL DE TERMINOLOGIE, 1982, Quebec. *Actes...* Quebec: 1982. p.281-310.

ANEXO

Faeneratores

Os romanos não possuíam bancos. Nos bons tempos heróicos do cidadão-soldado que lavrava o solo com a mão, a base da vida eram a terra e o gado (donde o termo "pecúnia"). E os lotes distribuídos aos veteranos para cultivarem com as suas famílias – dez "jugera", talvez menos de três hectares – seriam considerados chinfrins pelo nosso MST (Movimento dos Sem-Terra).

Mas, mesmo sem bancos (só mais de um milênio depois iriam desenvolver-se os instrumentos de crédito), não faltavam meios de financiamento. Seus agentes, os "faeneratores", eram profissionais que emprestavam dinheiro, freqüentemente de gente "bem" que não queria aparecer. Emprestar a juros era permitido (havia até um limite de 12% ao ano...).

E, mesmo sem bancos, os romanos conheciam crises de crédito (como também os gregos, pois as primeiras medidas de alívio temporário aos devedores foram tomadas em Éfeso, no século 3 a. C.). O endividamento dos pequenos agricultores foi o fole que soprou as guerras civis, de Mário e Sulla, e dos Gracos, e acabou liquidiando a República, com César, um intelectual muito versátil.

César hesitou no recurso a medidas demagógicas de débitos, que Cícero, conhecido advogado de oposição, sempre cheio de razões morais, denunciava ferozmente.

No Império, no ano 33 da nossa era, Tibério enfrentou outra crise brava, criando um fundo de cem milhões de sestércios para ser emprestado sem juros a devedores meritórios. São antigos os problemas novos.

Por esquecê-los, o governo está, agora, numa entaladela: se correr o bicho pega, se ficar o bicho come. Países responsáveis passam problemas de liquidez, bancos vão à breca e, às vezes, os governos têm de intervir com dinheiro para evitar que tumores locais provoquem septicemia no sistema.

O Plano Real partiu do redescobrimento da experiência de 1923 – quando se adotou uma moeda paralela, o rentenmark, garantida em ouro e com juros, e em meses se liquidiou a hiperinflação. A equipe do Real foi quase a mesma do Plano Cruzado, de 1986, com a diferença que, em 94, o governo teve condições de impor uma linha firme, que rendeu grandes dividendos políticos, a despeito de ausência de reformas estruturais.

Roberto Campos (*Folha de S.Paulo*, 20 de maio de 1996)

O ACESSO SEMÂNTICO NO PARSING SINTÁTICO: EVIDÊNCIAS EXPERIMENTAIS

Marcus MAIA¹

- RESUMO: Este estudo apresenta evidências em favor da hipótese de que o parser faz uso rápido e eficiente de alguns tipos de informação de natureza lexical associados ao verbo no processamento *on-line*.
- PALAVRAS-CHAVE: Parsing sintático; anáfora objeto; português brasileiro.

Introdução

Uma divisão tradicional no âmbito dos estudos sobre o parsing sintático separa, de um lado, as pesquisas cujos resultados parecem indicar que o mecanismo de compreensão de frases baseia-se inicialmente em procedimentos formais, puramente estruturais, não tendo acesso imediato a qualquer tipo de informação de natureza semântica. A estratégia da Ligação Mínima de Frazier (1979) é um exemplo clássico de procedimento de parsing inteiramente fundamentado na estrutura, sem acesso semântico inicial. De outro lado, alinham-se pesquisas que indicam a existência de acesso imediato a alguns tipos de informação de natureza semântica no processo de compreensão de frases. De fato, nos últimos anos, conforme apontado por autores como Pritchett (1992) e Gorrell (1995), tem havido um número crescente de propostas em favor

¹ Professor adjunto do Setor de Lingüística do Museu Nacional e do Programa de Pós-Graduação em Lingüística – Departamento de Lingüística – Faculdade de Letras – UFRJ – Rio de Janeiro – RJ (maia@acd.ufrj.br).

da hipótese do acesso semântico rápido pelo parser. Segundo estes autores, um parser sensível ao conteúdo da frase seria intuitivamente mais adequado do que um parser estritamente formal, uma vez que a forma do marcador sintagmático seria derivada e, portanto, secundária, em comparação com as relações de licenciamento, por exemplo, de papel temático e de caso, que seriam mais centrais para a teoria lingüística, no sentido de que o papel de uma configuração estrutural particular é o de permitir que as relações de licenciamento tenham lugar entre os elementos em uma representação sintática.

O presente estudo fornece evidências experimentais em favor da hipótese de que o sistema de processamento de frases faz uso rápido e eficiente de alguns tipos de informação de natureza lexical associados ao verbo no processamento *on-line*.

Apresentaremos um experimento baseado na teoria da reativação psicolinguística para investigar o processamento do objeto direto em português brasileiro, doravante PB. Diferentes autores demonstraram experimentalmente que diversos tipos de categorias vazias em inglês são psicologicamente reais, isto é, são relevantes perceptualmente no processamento *on-line* de forma análoga aos pronomes. Não há, todavia, registro de investigação experimental anterior a respeito da anáfora objeto no português do Brasil.

A teoria da reativação psicolinguística

A memória de reativação é uma forma não-consciente da memória humana implícita, que desempenha um papel fundamental na identificação perceptual de objetos lingüísticos. Segundo Tulvin & Schacter (1990), um experimento psicolinguístico baseado na teoria da reativação desenvolve-se tipicamente em duas etapas. Em um primeiro momento, apresenta-se ao informante o objeto lingüístico relevante, por exemplo, uma palavra. Em seguida, apresenta-se para reconhecimento uma pista reduzida ou um estímulo associado, por exemplo, uma palavra que seja semântica ou fonologicamente relacionada à primeira palavra. Diz-se que há reativação se a probabilidade de identificação do estímulo original aumentar significativamente ou se a latência da resposta de identificação for reduzida, em comparação com medidas similares para itens de controle. A diferença entre os desempenhos nas tarefas de reconhecimento do item experimental e do item de controle fornece a medida da magnitude do efeito de reativação.

A ocorrência de efeito de reativação está relacionada à propriedade que têm as unidades cognitivas na memória de apresentarem variação em seu nível de ativação ou excitação. A partir de um nível zero de ativação, uma unidade cognitiva pode ser ativada em razão do processamento perceptual ou lingüístico. Por exemplo, o conceito "mesa" torna-se ativo se alguém vê uma mesa ou ouve a palavra *mesa*. Dizer que um conceito tornou-se ativo é equivalente, em psicolinguística, a dizer que o conceito está sendo processado na memória de trabalho ou memória de curto prazo. Nota-se mesmo na literatura uma certa circularidade no uso desses termos, pois a memória de curto prazo é freqüentemente definida como o sistema de memória que é ocupado por informação ativa (Singer, 1990).

No experimento psicolinguístico que reportamos neste artigo baseamo-nos na teoria da reativação para avaliar a compreensão da relação entre a anáfora objeto e seus antecedentes. A compreensão de relações anafóricas é uma tarefa fundamental do parser sintático, isto é, do mecanismo de processamento de frases. As questões básicas da área da atribuição da co-referência dizem respeito a se, quando e como as relações co-referenciais corretas são estabelecidas entre os componentes de uma frase. Tipicamente, o foco da pesquisa tem se centrado sobre a possibilidade que têm elementos referencialmente dependentes, tais como pronomes lexicais e categorias vazias, de facilitar a compreensão de um sintagma nominal mencionado previamente.

Como indicamos antes, um tema importante da pesquisa recente na área de Processamento de Frases diz respeito à natureza da informação a que o processador tem acesso durante o parseamento da frase. Assim, para alguns autores, tais como Clifton & Frazier (1989), apenas a informação de natureza estritamente sintática estaria imediatamente disponível na compreensão. Para pesquisadores como Tannenhaus & Carlson (1989) e Maryellen MacDonald (1989) o processador teria acesso rápido não apenas à informação sintática, mas também à informação de natureza semântica.

No experimento que ora relatamos estes são temas a serem investigados no que se refere à anáfora objeto em PB. Assim, nosso experimento tem o objetivo de comparar o efeito de reativação da categoria vazia em posição de objeto em PB com o efeito de reativação do pronome lexical na mesma posição de objeto, tomando como referência o processamento do sintagma nominal e de frases intransitivas. Passamos, em seguida, a relatar o experimento.

O experimento

No primeiro experimento, três variáveis foram comparadas: a natureza do objeto direto (categoria vazia, pronome lexical, sintagma nominal), a natureza da oração subordinada em que o objeto se encontrava (complemento/adjunto) e a natureza do papel temático atribuído ao objeto (afetado/não-afetado). Essas condições foram contrastadas ainda com estruturas de controle em que o verbo da oração subordinada era intransitivo. Como veremos, os resultados desse experimento atestam a interação entre informação semântica e estrutura sintática na compreensão do objeto nulo, permitindo concluir que o parser tem acesso imediato à informação sobre a grade temática dos predicados.

Nosso experimento buscou, portanto, encontrar evidências de processamento para duas hipóteses levantadas na literatura sobre o objeto nulo. Note-se que o objeto nulo em português brasileiro vem sendo objeto de pesquisa há mais de uma década do ponto de vista da Teoria Sintática, como atestam, por exemplo, os trabalhos de Teixeira (1985), Galves (1989), Maia (1990), Farrell (1990), Kato (1991), Cyrino (1994). Um tópico que provocou controvérsia na literatura diz respeito à aceitabilidade do objeto nulo vinculado por um antecedente intra-sentencial, como ilustrado pelos exemplos (1) e (2), adiante. Para alguns autores, tal como Teixeira (1985), tanto (1) quanto (2) constituiriam frases perfeitamente gramaticais em PB. Para outros pesquisadores, como Patrick Farrell em trabalho de (1990), apenas a frase (1), em que o objeto nulo encontra-se em uma oração adverbial (estrutura de adjunção) seria aceitável, contrastando com a frase (2) em que o objeto nulo está em uma oração substantiva (estrutura de complementação). A possibilidade de que evidências de processamento pudessem ser trazidas para o debate sobre a aceitabilidade do objeto nulo com um antecedente em posição argumental motivou-nos a incluir entre as variáveis a serem testadas o paradigma adjunto/complemento, exemplificado pelas frases (1) e (2).

Contudo, uma condição de natureza semântica, sugerida inicialmente por Rizzi (1986), a condição do objeto afetado, já havia sido analisada em Maia (1990), como adequada para caracterizar a distribuição do objeto nulo com antecedente argumental em PB. Segundo esta proposta, apenas o objeto nulo com papel temático afetado seria licenciado em PB. Rizzi (1986) define o objeto afetado como aquele que recebe de seu predicado papel temático capaz de implicar modificação em seu estado físico ou psicológico. Assim, por exemplo, verbos como

ver, conhecer, encontrar, saber etc. atribuiriam papel temático não-afetado ao seu objeto, enquanto verbos como *agredir, condenar, reprovar* etc., implicam, em maior ou menor grau, a existência de um processo de afetação sobre o estado físico ou psicológico de seu objeto. Este contraste levou-nos a propor, em Maia (1990), que uma das condições de identificação do objeto nulo em PB seria o requisito de que apenas os núcleos verbais capazes de atribuir papel temático afetado poderiam sancionar o objeto nulo com antecedente intra-sentencial nesta língua, aduzindo, portanto, evidência em favor da relevância sintática da distinção afetado/não-afetado da teoria theta. Restava, entretanto, cruzar o critério adjunto/complemento com o critério afetado/não-afetado para obter um quadro mais claro sobre a distribuição deste tipo de objeto nulo em PB. Foi isto exatamente o que fizemos no experimento que ora relatamos. Em resumo, o nosso experimento procurou responder às seguintes perguntas: (1) o objeto nulo em PB é psicologicamente real, isto é, apresenta um efeito de reativação de seu antecedente? (2) Pode-se identificar alguma diferença de processamento entre o objeto nulo em oração adverbial e o objeto nulo em oração substantiva? (3) Pode-se identificar alguma diferença de processamento entre o objeto nulo com papel temático afetado e o objeto nulo não-afetado?

O experimento utilizou uma tarefa de reconhecimento de sonda (o sujeito da oração principal, que era o antecedente intra-sentencial do objeto nulo e do pronome lexical) e uma técnica de julgamento intermodal (apresentação auditiva das frases com sonda visual). Os tempos de resposta necessários para o reconhecimento da sonda foram registrados para 98 períodos experimentais distribuídos em 14 condições, com sete frases cada, incluindo-se ainda 52 períodos distratores – construções com estruturas diferentes das frases experimentais destinadas a desviar a atenção consciente dos informantes das frases experimentais.

As frases de 1 a 14, abaixo, exemplificam cada uma das condições experimentais testadas. Note-se que as frases foram distribuídas de forma que cada informante testado fosse exposto a apenas uma versão de cada frase. A distribuição das frases em 14 diferentes conjuntos permitiu que todas as sentenças de um mesmo tipo fossem comparadas entre si.

1 Objeto nulo afetado em oração adjunto (ON/Adj)

O rapaz reclamou porque o cobrador agrediu [**nulo**]-i.

- 2 Objeto nulo afetado em oração complemento (ON/Comp)
O rapaz-**i** afirmou que o cobrador agrediu **[nulo]-i**.
- 3 Pronome afetado em oração adjunto (PR/Adj)
O rapaz-**i** reclamou porque o cobrador agrediu **ele-i**.
- 4 Pronome afetado em oração complemento (PR/Comp)
O rapaz-**i** afirmou que o cobrador agrediu **ele-i**.
- 5 Síntagma nominal afetado em oração adjunto (SN/Adj)
O rapaz reclamou porque o cobrador agrediu o estudante.
- 6 Síntagma nominal afetado em oração complemento (SN/Comp)
O rapaz afirmou que o cobrador agrediu o estudante.
- 7 Objeto nulo não-afetado em oração adjunto (ON-NA/Adj)
O rapaz reclamou porque o cobrador encontrou **[nulo]-i**.
- 8 Objeto nulo não-afetado em oração complemento (ON-NA/Comp)
O rapaz-**i** afirmou que o cobrador encontrou **[nulo]-i**.
- 9 Pronome não-afetado em oração adjunto (PR-NA/Adj)
O rapaz-**i** reclamou porque o cobrador encontrou **ele-i**.
- 10 Pronome não-afetado em oração complemento (PR-NA/Comp)
O rapaz-**i** afirmou que o cobrador encontrou **ele-i**.
- 11 Síntagma nominal não-afetado em oração adjunto (SN-NA/Adj)
O rapaz reclamou porque o cobrador encontrou o estudante.
- 12 Síntagma nominal não-afetado em oração complemento (SN-NA/Comp)
O rapaz afirmou que o cobrador encontrou o estudante.
- 13 Verbo intransitivo em oração adjunto (INTR/Adj)
O rapaz reclamou porque o cobrador desmaiou.
- 14 Verbo intransitivo em oração complemento (INTR/Comp)
O rapaz afirmou que o cobrador desmaiou

O estudo usou uma técnica de reativação intermodal. Isto é, as frases foram pré-gravadas e apresentadas oralmente aos participantes. Logo após a apresentação oral de cada frase pelo computador, uma palavra aparecia na tela, devendo nesse momento o participante decidir se aquela palavra havia ocorrido na frase que ouvira apertando a tecla *sim* ou a tecla *não* em um dispositivo à sua frente. Mediavam-se então os tempos de reação do participante em milésimos de segundos.

A lógica do experimento era a de que, no processamento da referência, os elementos anáforicos provocam a reativação dos seus sin-

tagmas nominais antecedentes na memória de curto prazo do ouvinte. Este efeito de reativação nos permitiria então avaliar se os pronomes lexicais e as categorias vazias em posição de objeto facilitariam o acesso aos seus antecedentes e se esse efeito de facilitação variaria com relação aos parâmetros adjunto/complemento e papel temático afetado/não-afetado. Tanto as orações intransitivas quanto as orações com SN pleno na posição de objeto poderiam servir de base de comparação para o estabelecimento de efeito de facilitação – as orações intransitivas, por não disporem de anáfora objeto para reativar o sujeito da oração principal, e os sintagmas nominais plenos, por ampliarem a carga de processamento, sem fornecer nenhuma pista sobre o SN sujeito cuja reativação se testava.

Os resultados estão expostos na Figura 1. Observe-se de imediato a existência de efeitos de facilitação significativos na compreensão do objeto nulo com papel temático afetado em oração adjunto (subordinada adverbial), não se registrando efeito de reativação significativo nem para o objeto nulo em oração complemento (subordinada substantiva), tanto com papel temático afetado quanto com papel temático não-afetado, e nem para o objeto nulo com papel temático não-afetado em oração adjunto.

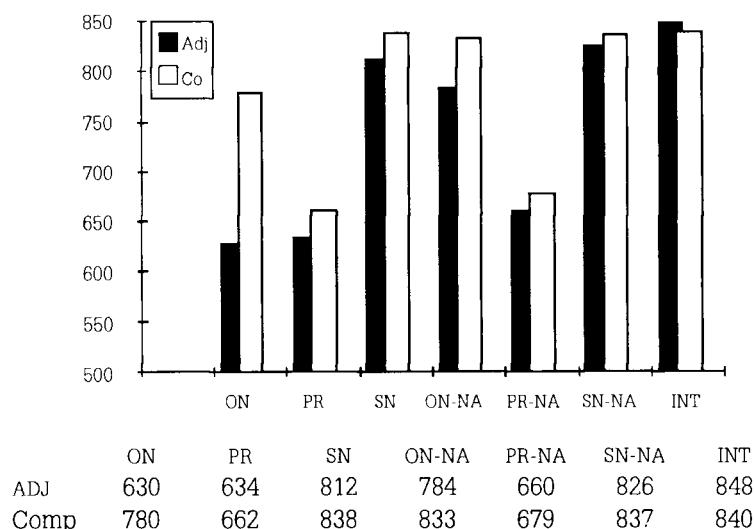


FIGURA 1 – Efeitos de facilitação da anáfora objeto em português brasileiro.

No eixo vertical da Figura 1 registram-se as latências em milésimos de segundos, ou seja, os tempos médios requeridos pelos participantes para decidir se o antecedente da anáfora estava ou não presente na frase. No eixo horizontal registram-se as anáforas: as três primeiras variáveis são o objeto nulo, o pronome lexical e o SN que recebem papel temático afetado; em seguida, registram-se o objeto nulo, o pronome lexical e o SN que recebem papel temático não-afetado. Finalmente, em última posição, estão os tempos médios para as frases com verbo intransitivo, que serviram de base de comparação para avaliar a ocorrência de efeito de facilitação nos demais casos. A altura das colunas indica os valores de cada condição: as colunas claras representam as orações substantivas enquanto as escuras representam as orações adverbiais. Como já dissemos, uma visão geral do gráfico indica de imediato que a divergência efetivamente significativa entre os dois tipos de oração subordinada está restrita à posição da extremidade esquerda, isto é, ao objeto nulo afetado. De fato, apenas o objeto nulo afetado em oração adjunto exibe um efeito de reativação significativo de seu antecedente, enquanto seu correspondente em oração complemento não apresenta latência significativamente distinta da oração intransitiva. Esse resultado oferece confirmação de natureza processual para a análise de Farrell (1990) de que o objeto nulo com antecedente argumental só é licenciado em português brasileiro nas orações subordinadas adverbiais, não ocorrendo nas subordinadas substantivas.

Já no que se refere ao processamento do pronome lexical em posição de objeto afetado – representado na segunda posição da esquerda para a direita na Figura – a diferença adjunto/complemento não parece ser relevante. Em ambos os casos, o pronome apresenta efeito facilitador do reconhecimento do seu antecedente argumental, quando comparado à condição intransitiva na extremidade direita da Figura. Note-se ainda que o efeito de reativação obtido pela anáfora pronominal não se perde quando o verbo atribui papel temático não-afetado, conforme se depreende da Figura. Da mesma maneira se comportam os SN plenos, que são processados nos mesmos tempos médios que os intransitivos, quer recebam papel temático afetado quer não. Em resumo, apenas no caso do objeto nulo podem ser identificadas diferenças no que se refere ao par adjunto/complemento e ao par afetado/não-afetado. Apenas o objeto nulo afetado em posição de adjunto apresenta efeito de reativação de seu antecedente, contrastando tanto com seu correspondente em posição de complemento quanto com seu correspondente não-afetado. Note-se que o objeto nulo não-afetado em oração adjunto não exibe

efeito de reativação de seu antecedente, permitindo concluir que um traço semântico do predicado é acessado no processamento *on-line*.

Conclusão

Os resultados do experimento indicam que o objeto nulo com antecedente em posição argumental só parece ser sancionado em PB em estruturas de adjunção com predicados capazes de atribuir papel temático afetado ao seu argumento interno. Com base em tais resultados, que fornecem subsídios para avançar a compreensão do fenômeno específico do objeto nulo em PB, caberia finalmente indagar o que se poderia ainda inferir a respeito da arquitetura do parser sintático no processamento *on-line*. A nossa proposta é a de que o Mecanismo Humano de Processamento de Frases lida com o fragmento de gramática que focalizamos da seguinte maneira: em primeiro lugar, o parser constrói a representação estrutural da frase, da esquerda para a direita. Ao encontrar um verbo transitivo o parser espera um objeto. Se não há um objeto pleno, isto é, com conteúdo fonológico, o parser verifica se a estrutura temática do predicado tem o traço [+ afetado]. Caso o resultado da busca seja positivo, o parser postula a existência de categoria vazia na posição de objeto. Em seguida, a co-indexação com um antecedente deverá ter lugar. Como sugerido por Nicol (1988), a atribuição da co-referência é levada a efeito pelo módulo de co-referência que constitui um estágio intermediário entre processos puramente estruturais e processos interpretativos, cabendo a este módulo determinar que referentes são antecedentes potenciais de um item dependente referencialmente a fim de acessá-los.

Em resumo, a estratégia de *default* que propomos é a de que o parser só busca acessar a grade temática dos predicados como último recurso, caso não encontre um SN ou um elemento pronominal com corpo fonológico na posição de argumento interno do verbo. Como demonstrado no experimento, o parser não parece se importar com o critério afetado/não-afetado nos casos dos SN's e dos pronomes lexicais, restringindo-se, nestes casos, à atividade de construção da estrutura e só ativando o subcomponente interpretativo caso não haja um candidato aberto para receber o papel temático que o predicado deve descarregar. Postulando-se a existência do objeto nulo, estabelece-se a possibilidade da cadeia de reativação que parece ter sido captada no experimento: a categoria vazia elicitá seu antecedente permitindo o seu

reconhecimento mais imediatamente do que ocorre nos casos dos verbos intransitivos, em que não há elemento elicitador do antecedente.

Agradecimentos

A pesquisa para este artigo foi realizada no Laboratório de Psicolinguística da University of Southern California. Agradeço a Maryellen MacDonald e Mark Seidenberg, por sugestões e comentários. Agradeço ainda comentários de Letícia Sicuro Correia e de outros participantes do VI Congresso da ASSEL-Rio, 1996, onde este trabalho foi apresentado.

MAIA, M. The semantic access in syntactic parsing: experimental evidences. *Alfa (São Paulo)*, v.42, p.101-111, 1998.

- *ABSTRACT: This study presents experimental evidence in favor of the hypothesis that the human parser makes rapid and efficient use of some types of lexical information associated to the verb in on-line processing.*
- *KEYWORDS: Syntactic parsing; object anaphora; Brazilian Portuguese.*

Referências bibliográficas

- CLIFTON, C., FRAZIER, L. Comprehending sentences with long distance dependencies. In: CARLSON, G. N., TANENHAUS, M. K. (Ed.) *Linguistic Structure in Language Processing*. Kluwer: Academic Press, 1989.
- CYRINO, S. O objeto nulo no português do Brasil. Campinas, 1994. 227p. Tese (Doutoramento) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.
- FARRELL, P. Null Objects in Brazilian Portuguese. *Natural Language and Linguistic Theory*, v.8, p.325-46, 1990.
- FRAZIER, L. *On comprehending sentences: syntactic parsing strategies*. Bloomington: Indiana University Linguistics Club, 1979.
- GALVES, C. *O objeto nulo no português brasileiro: percurso de uma pesquisa*. Campinas, 1989. 227p. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.

- GORRELL, P. *Syntax and Parsing*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- KATO, M. A. The distribution of pronouns and null elements in object position in Brazilian Portuguese. In: LINGUISTIC SYMPOSIUM ON ROMANCE LANGUAGES, 21, 1991, Santa Barbara.
- MACDONALD, M. C. Priming effects from gaps to antecedents. *Language and Cognitive Processes*, v.4, p.35-56, 1989.
- MAIA, M. *The null object in Brazilian Portuguese*. Los Angeles, 1990. M. A. Dissertation – University of Southern California.
- _____. *The Comprehension of Object Anaphora in Brazilian Portuguese*. Los Angeles, 1994. Dissertation (Doctoral) – University of Southern California.
- NICOL, J. *Coreference Processing during Sentence Comprehension*. Cambridge, 1988. Dissertation (Doctoral) – Massachusetts Institute of Technology.
- PRITCHETT, B. *Grammatical Competence and Parsing Performance*. Chicago: Chicago University Press, 1992.
- RIZZI, L. Null objects in Italian and the theory of pro. *Linguistic Inquiry*, v.17, p.501-57, 1986.
- SINGER, M. *Psychology of Language*: an introduction to sentence and discourse processes. New Jersey: Lawrence Erlbaum, 1990.
- TANENHAUS, M. K., CARLSON, G. N. Lexical structure and language comprehension. In MARSLEN-WILSON, W. D. (Ed.) *Lexical representation and process*. Cambridge: MIT Press, 1989.
- TEIXEIRA, R. F. *Zero Anaphora in Brazilian Portuguese Subjects and Objects*. UC Berkeley, 1985. Dissertation (Doctoral) – University of California.
- TULVIN, E., SCHACTER, D. L. Priming and Human Memory Systems. *Science*, v.247, p.301-6, 1990.

DISCURSO DO OUTRO: LÁ ONDE O SUJEITO TRABALHA

Maria Celeste Said Silva MARQUES¹

Anna Flora BRUNELLI²

Sírio POSSENTI³

- **RESUMO:** Este artigo é um estudo sobre o trabalho estratégico do sujeito a partir do discurso do Outro/outro. Sem voltar à hipótese do sujeito produtor originário, não considerando, porém, o sujeito como assujeitado, partimos da concepção de sujeito como estrategista – no sentido de Michel de Certeau em *A invenção do cotidiano* – e assim analisamos textos nos quais se pode verificar o trabalho do sujeito no processo discursivo.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Discurso; heterogeneidade; trabalho; sujeito.

O objetivo deste trabalho é analisar um pequeno conjunto de textos com a finalidade de continuar a rever a noção de sujeito que tem sido sustentada pela Análise do Discurso Francesa (AD, doravante), pelo menos em sua versão mais conhecida ou quiçá em sua versão mais “política”.

¹ Departamento de Ciências da Educação – Núcleo de Educação – UNIR – 78900-000 – Porto Velho – RO (celeste@iel.unicamp.br).

² Departamento de Letras Vernáculas – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – UNESP – 15054-000 – São José do Rio Preto – SP (anna@lev.ibilce.unesp.br).

³ Departamento de Linguística – Instituto de Estudos da Linguagem – Unicamp – 13081-970 – Campinas – SP (sirio@iel.unicamp.br).

A análise sumária de uma piada serve como espécie de resumo do que se segue. Um brasileiro que estivera por bom tempo em Paris voltou para rever o Rio de Janeiro. Indo em direção à Barra da Tijuca, que ainda era um bairro novo, na altura do Joá, volta-se e vê aquele belíssimo mar, que há tempo não via, e exclama: "Oh, la mère". Um amigo que o acompanha lhe diz: "Isso aqui já foi *la mère*, agora é *la merde*". Ao que o primeiro retruca: "Para bom entendedor, meia palavra bos...". O final da piada é, de certa forma, um provérbio, enunciado na hora certa, "adequadamente", dadas as circunstâncias e os eventos que constituem a pequena narrativa. Mas, o provérbio que é enunciado "sob as palavras" tem que ser descoberto pelo ouvinte/leitor, porque o locutor produz um enunciado que, se leva em conta o provérbio, também o altera. Além disso, a alteração segue um esquema que se repete, e que pode ser representado na forma de uma quarta proporcional (*bos* : *bosta* :: *mère* : *merde*). O esquema é perfeito do ponto de vista do material linguístico, mas falha (isto é, os elementos se tornam desiguais) se se levar em conta a "dupla face" dos elementos envolvidos. É que "*bos*" não significa nada em português corrente. Funciona no esquema, ou, como se poderia dizer alternativamente, funciona para uma instância psíquica (o inconsciente) cuja lógica é peculiar. Moral da história: temos o discurso citado e a inovação, o produto e a manobra. Para avançar a tese do trabalho, diríamos que o enunciado final não é um efeito automático da própria linguagem, mas que exige um sujeito/locutor, um locutor que manobra com dados (estereotipados) de linguagem.

A noção de sujeito, em torno da qual se situam, a rigor, as discrepâncias fundamentais entre AD e outras análises de discurso é uma das em que ainda se exercita com demasiada freqüência um raciocínio do tipo tudo ou nada. Há quem imagine que atribuir caracteres históricos e sociais ao sujeito ou postular o papel da alteridade em sua constituição implica necessariamente que então ele deve ser concebido como um lugar, uma posição. E há quem imagine, vindo da direção contrária, que atribuir ao sujeito alguma característica de não-passividade – alguma intenção, alguma competência, alguma atividade, mesmo que não decidida por ele – implica continuar concebendo necessariamente o sujeito como ele o era "antes de Freud e de Marx", ou seja, como um sujeito uno e originário, não afetado pelas condições históricas e institucionais, além de ficar "esquecida" sua divisão, tal como proposta pela psicanálise.

Queremos, neste trabalho, defender de novo uma posição segundo a qual – depois do estruturalismo e de outros movimentos que compar-

tilham a idéia da prevalência do sistema sobre o elemento – atribuir ao sujeito características que eventualmente lhe tenham sido atribuídas também por outros discursos não significa necessariamente permanecer naqueles discursos ou voltar a eles (discurso da intenção, da unidade, etc.). E também queremos argumentar que tanto a multiplicidade dos “sistemas” a que o sujeito está “submetido” quanto o fato de que tais sistemas não são absolutamente sistemáticos são fatores que permitem, se não exigem, que se conceba um sujeito agindo, manobrando, mesmo que não saiba que manobra e mesmo que sua manobra não produza o efeito por ele eventualmente intencionado.

Se nos firmos em análises como a de Schneider (1990), poderíamos aceitar, um tanto paradoxalmente, que, quanto mais os autores devem a outros autores tanto mais originais eles são. Flaubert não é o único exemplo. Mas, se é verdade que trabalhar sobre e a partir de textos tão extensos e variados quanto um ou mais romances pode propiciar ao analista fatos numerosos e diversos para sustentar sua argumentação, tomar como material de análise pequenos textos pode permitir, em compensação, maior controle da relação entre uma teoria e um conjunto de dados e deixar mais clara a relação dos dados entre si. Por isso, invocaremos piadas, provérbios, *slogans*, lugares-comuns. Se possível, uma conjunção desses textos.

As piadas (e outros textos curtos com óbvias relações interdiscursivas) proporcionam excelentes exemplos de trabalho do sujeito, trabalho que inclui ao mesmo tempo marcas do inconsciente, ingredientes da cultura relativamente públicos e, portanto, conhecidos (mais ou menos relevantes para o domínio do inconsciente) e, de certa forma, ingredientes pragmáticos, na medida em que chistes, para funcionar, devem incluir um terceiro sujeito. Portanto, devem ser por ele entendidos, fazer sentido para ele. Os provérbios têm a característica de ser indubitablemente um tipo de citação, de vez que ninguém inventa provérbios, embora possa trabalhar explorando os traços formais que os caracterizam. Os *slogans* interessam por sua construção, sua vaguidade, sua linguagem “poética”, sua relação clara com condições de produção, sua proximidade com a linguagem dos chistes. Para um analista, o melhor, evidentemente, ocorre quando esses gêneros se cruzam, quando, por exemplo, um *slogan* explora um provérbio (Antes à tarde do que nunca), ou quando um chiste explora um provérbio (Suspeitando da fidelidade da mulher, Teodoro contrata um detetive que, depois de uma semana, lhe informa que a mulher o está traindo com seu melhor amigo. No dia seguinte, o cachorro da família aparece morto) etc. Mesmo sem entrar

em detalhes, vale a pena assinalar a necessidade de uma inferência ativa para que o *slogan* e a piada funcionem (trata-se de “lembra” dos provérbios “antes tarde do que nunca” e “o cão é o melhor amigo do homem”, o que tem a ver com memória discursiva, sim, mas desigualmente distribuída entre locutores, e que não funciona no vácuo).

De certa forma, para que o lugar deste trabalho fique mais claro, talvez valha a pena insistir em caracterizá-lo melhor. A pretensão é fugir ao vício do tudo ou nada já assinalado. Aceitamos em traços gerais uma concepção de sujeito decorrente das pesquisas dos últimos cem anos. Segundo Certeau (1996), o atomismo social que, durante três séculos, serviu de postulado histórico para uma análise da sociedade supondo uma unidade elementar, o indivíduo, a partir da qual seriam compostos os grupos e à qual sempre seria possível reduzi-los, foi recusado por mais de um século de pesquisas sociológicas, econômicas, antropológicas ou psicanalíticas. Mas aceitar tal conclusão não significa aceitar que o sujeito é totalmente passivo. É o mesmo autor quem distingue usuário de consumidor. Para esclarecer o que significa essa tese, considere-se sua avaliação das análises típicas de materiais como os provérbios e outros textos que se repetem. Segundo esse autor, os provérbios acabam pondo em relevo os estoques classificados, perdendo-se o processo. Em suas próprias palavras:

inconveniente do método, condição do seu sucesso, é extraír os documentos de seu contexto histórico e eliminar as operações dos locutores em circunstâncias particulares de tempo, lugar e competição. É necessário que se apaguem as práticas lingüísticas cotidianas (e o espaço de suas táticas), para que as práticas científicas sejam exercidas no seu campo próprio. Por isso não se levam em conta as mil maneiras de “colocar bem” um provérbio, neste ou naquele momento e diante deste ou daquele interlocutor. Tal arte fica excluída e os seus autores, lançados para fora do laboratório, não só porque toda cientificidade exige delimitação e simplificação de seus objetos, mas porque à constituição de um lugar científico, condição prévia de qualquer análise, corresponde a necessidade de poder transferir para ali os objetos que se devem estudar. Só pode ser tratado o que se pode transportar. O que não se pode desarrigar tem que ficar fora do campo, por definição. Daí o privilégio que esses estudos concedem aos *discursos*, coisa deste mundo que é aquela que se pode mais facilmente captar, registrar, transportar e abordar em lugar seguro, enquanto o ato de palavra não pode separar-se da circunstância. (Certeau, 1996, p.81-2)

É recorrente nos trabalhos da AD – especialmente a partir daquela que Pécheux (1990a) chama de “3^a época” – a demonstração da hete-

rogeneidade discursiva a partir da ênfase na presença do *O/Outro* no discurso. Baseados no princípio dialógico constitutivo do discurso concebido pelo círculo de Bakhtin, mas informados basicamente pela leitura de Lacan (nos dois sentidos: sua leitura de Freud e a leitura que se faz de sua obra), esses trabalhos mostram aspectos evidentemente relevantes do funcionamento da linguagem, em que o papel do *outro* é fundamental. Mas, em geral, as análises não vão além da demonstração da heterogeneidade e da relevância do discurso do outro. Frequentemente, uma conclusão a que a maior parte de tais análises – fundamentadas numa perspectiva estreita do ponto de vista exatamente da heterogeneidade – chega é que a presença do discurso do *O/Outro* ou do *o/Outro* no discurso praticamente anula o sujeito (o locutor, o autor, o enunciador) reduzindo-o a um mero lugar ou a um efeito. Ou seja, o sujeito não é considerado como se representando através do(s) outro(s) discurso(s) ou interferindo nele(s), a partir de outra posição.

No entanto, o funcionamento discursivo parece indicar a relevância de tentar outra estratégia de análise. Especificamente, certos textos curtos, enunciados de ampla circulação, como os lugares-comuns, piadas, provérbios, *slogans* etc., possibilitam uma reflexão diferente acerca do *O/Outro* no discurso, pois que neles a ação do sujeito pode ser até facilmente detectada, ou mais, é praticamente impossível de ser disfarçada. Poder-se-ia dizer que se trata de casos de subjetividade mostrada.

Nossa hipótese é a de que a presença do *outro* do discurso não obriga a eliminar ou desconhecer o trabalho do “eu”; até permite mostrar o sujeito operando como um estrategista – conceito desenvolvido por Michel de Certeau (1996) – em sua atividade discursiva. Um trabalho que parte dessa concepção de sujeito enfatiza a fabricação que os usuários fazem com os produtos que lhe são oferecidos (ou até mesmo impostos), pois aceita que na constituição do discurso os:

outros discursos são *marcados por usos*, apresentam à análise as *marcas de atos* ou processos de enunciação; significam as operações de que foram objetos, *operações* relativas a situações e encaráveis como *modalizações* conjunturais do enunciado ou da prática; de modo mais lato, indicam portanto uma *historicidade social* na qual os sistemas de representações ou os procedimentos de fabricação não aparecem mais só como quadros normativos mas como *instrumentos manipuláveis por usuários*. (Certeau, 1996, p 82)

Parece correto, assim, conceber as ações do sujeito, incluindo, evidentemente, o discurso, a partir das condições sócio-históricas que ele

encontra e que condicionam sua ação e o discurso, sem que isso signifique anular sua ação ou considerá-la irrelevante. É certo que o sujeito é interpelado pelas(s) ideologia(s) e afetado pelo inconsciente e que seu discurso se inscreve no interdiscurso. Mas isso não anula nem torna necessariamente automático seu trabalho, possibilitando, eventualmente, até mesmo escolhas estratégicas (obviamente, condicionadas).

Quanto a isso, vale a pena relembrarmos o que nos esclarecem Pêcheux & Fuchs (1990) a respeito do esquecimento nº 2, cujo funcionamento é de natureza pré-consciente-consciente, na medida em que um sujeito-falante seleciona, no interior da formação discursiva que o domina, um enunciado e não outros que poderiam ter sido selecionados por funcionarem como equivalentes no interior de tal formação discursiva. Se considerarmos que o conjunto de enunciados básicos que constituem uma formação discursiva é bastante pequeno, podemos justamente focalizar a atividade do sujeito nas paráfrases que realiza a partir de enunciados que ele não domina, que ele não cria, mas que ele conhece o suficiente para parafrasear e empregar adequadamente em determinadas situações. Não se pode imaginar que todas as paráfrases dos enunciados básicos de um discurso se encontrem virtualmente prontas pairando sobre as cabeças dos sujeitos. Melhor admitir que esses sujeitos são dotados de uma certa capacidade, pois selecionam itens lexicais e estruturas sintáticas, ainda que essa seleção seja limitada pelas relações entre os discursos, isto é, pelo interdiscurso e, obviamente, pelo próprio sistema lingüístico. Em suma, as condições de produção condicionam, não determinam.

Dessa forma, podemos considerar o discurso como repetição/retomada de outros, ou melhor, como paráphrase de outros discursos, mas também podemos enxergar, juntamente com a repetição, a atividade do sujeito que seleciona este enunciado e não aquele, que opta por um e não outro item lexical etc. Ora, o próprio ato de enunciar pode ser encarado como uma atividade parcialmente consciente do sujeito, na medida em que “conhece” leis sociais da conversação, que “evita” temas proibidos socialmente, que tem um certo conhecimento sobre seus ouvintes, que sabe, eventualmente, que empregar certos enunciados em certas ocasiões provoca efeitos mais ou menos previsíveis. Não que o sujeito possa sempre controlar esses efeitos ou até mesmo predizê-los, mas sabe, em muitas situações, algo a respeito deles. Como exemplo, vejam-se as manobras que os sujeitos-falantes realizam na elaboração de pequenos textos humorísticos analisados por Possenti (1995).

A tentativa de explicitar as estratégias discursivas do sujeito não implica postular um sujeito intencional ou mesmo negar o inconsciente, a ideologia e a história, pois, como afirma Geraldi (1996, p.99), “entre a metafísica idealista e o materialismo mecanicista, pontos extremos, movimenta-se o péndulo”. Esclarecemos que o que estamos questionando é a forma simplificada que a maioria dos trabalhos sobre heterogeneidade confere ao *O/Outro* no processo de constituição do sujeito e do sentido (ver Possenti, 1995).

A tese poderia ser bem resumida com a seguinte leitura que Clark & Holquist (1998) fazem de Bakhtin:

A atividade ética é concebida como um ato (*postupok*). A ênfase não recai naquilo em que a ação resulta, o produto final da ação, mas antes no ato ético em seu fazimento, como um ato no processo de criar ou “autorar” um evento que pode ser chamado de ato, quer ele seja uma ação física, um pensamento, uma elocução ou um texto escrito – sendo os dois últimos encarados como coextensivos. Bakhtin chega a esse processo meditando sobre a forma da atividade autoral... (p.89-90)

Veja-se ainda, dos mesmos autores:

A dicotomia *self/outro* em Bakhtin não enfatiza, como na filosofia romântica, o *self* sozinho, uma subjetividade radical que ameaça cair na sombra dos solipsismos extremos. Pela mesma razão o *self*, como é concebido por este filósofo russo, não é uma presença na qual se aloja o privilégio supremo do real, a fonte de soberana intenção e o garante da significação unificada. O *self* bakhtiniano nunca é completo, uma vez que só pode existir dialogicamente. Não é uma substância ou essência por direito próprio, porém existe apenas num relacionamento tenso com tudo o que é outro e, isto é o mais importante, com outros *selves*. (p.91)

Defenderemos essa tese analisando vários textos: em primeiro lugar, e um tanto genericamente, trataremos da introdução de “pensamentos” de autores conhecidos em livros de auto-ajuda; em seguida, bem mais detalhadamente, analisaremos um *slogan* político cujo funcionamento nos possibilita verificar o trabalho estratégico do sujeito que assim escreve a sua subjetividade, pois “escrever é utilizar todo tipo de meio de expressão para tentar dizer o que se é e, antes ainda, o que não se é” (Schneider, 1990, p.332). Finalmente, trataremos, mais ou menos sumariamente, de um texto humorístico cujo modo de construção é a exploração de frases feitas.

Consideremos, pois, em primeiro lugar, o que acontece com um tipo particular de literatura, convencionalmente conhecida como literatura de auto-ajuda. Os livros de auto-ajuda são aqueles que prometem fórmulas infalíveis para a consecução de uma série de objetivos, a saber: ganhar dinheiro, conquistar sucesso profissional, obter autoconfiança, conquistar o parceiro ideal... Esses livros tratam de um conjunto de aspirações corriqueiras, comuns a um conjunto indefinível de pessoas, dos mais variados países, classes sociais, culturas e idades. Um analista do discurso que investigasse esse tipo de material certamente procuraria explicitar suas condições de produção. Sem muita dificuldade, descobriria que, num mundo em que nem todos podem ficar ricos, em que não há emprego para todos, em que nem todos podem morar em condomínios de luxo etc., há um ambiente propício ao florescimento desse tipo de literatura para apazigar os ânimos e levar pessoas a acreditarem que podem realizar os seus projetos, podem ficar ricas, podem comprar carros ou casas de praia etc., como se o sistema socioeconômico não limitasse essas possibilidades. Se um indivíduo acreditar que realmente tudo depende dele, então não terá razões para questionar o que efetivamente o impediria de mudar seu nível socioeconômico, fato muito favorável à manutenção do sistema. Aliás, de acordo com o discurso da auto-ajuda, os fracassos da vida devem-se aos próprios sujeitos, que não souberam como aplicar devidamente o que os livros receitam. É neste sentido que a AD entende os discursos como condicionados por fatores econômicos, ideológicos etc. Assim, existe o capitalismo, cuja ideologia se materializa em discursos que propiciam a sua manutenção, como parece ser o caso do discurso veiculado por esse tipo de literatura. Contudo, a tarefa do analista não deve acabar aqui. Afinal, os livros de auto-ajuda não existem independentemente de seus autores. Esses autores são sujeitos sábios o bastante para perceber que existe um vastíssimo mercado que necessita consumir textos com mensagens otimistas. Ora, a sensação que se tem quando se lêem dois desses livros é que se leu apenas um. Quanto mais se lê, mais se percebe o quanto esses livros dizem a mesma coisa. Vejam-se por exemplo as seguintes passagens:

tudo aquilo que imaginardes, cedo ou tarde se expressará em vossos negócios ... Assim, pois, para jogardes com êxito a partida da vida, é preciso educardes vossa faculdade imaginativa. (Prado, 1991, p.16)

O que pensamos sobre nós torna-se verdade para nós ... Cada pensamento que temos está criando nosso futuro ... O que você escolhe pensar sobre si mesmo e sobre a vida torna-se verdade para você. (Hay, 1984, p.17-8)

Se eu tiver Sucesso dentro do meu cérebro, o Sucesso virá. Se meu cérebro armazenar desgraças, é isto que eu vou enxergar no mundo ... No momento em que você muda suas crenças e seus sistemas de valores, o mundo muda com você, como num estalar de dedos. (Ribeiro, 1992, p.41-2)

A inteligência infinita em seu subconsciente só pode fazer por você o que pode fazer por seu intermédio. O seu pensamento e sentimento controlam o seu destino ... Os seus pensamentos são criativos. Cada pensamento tende a manifestar-se em sua vida. (Murphy, 1994, p.37)

Poder-se-ia facilmente imaginar que foram todas tiradas do mesmo livro, ou que pertençam a livros diferentes de um mesmo autor. Entretanto, elas se encontram em livros diferentes, de autores diferentes. Então, se o conteúdo desses livros já foi dito e redito, por que esses autores continuam publicando esses livros? Talvez porque perceberam que encontraram, na atividade de parafrasear um certo conjunto de enunciados, uma fonte muito rica de vendas. Como se sabe, os livros de auto-ajuda são um sucesso de vendas mundial, com direito a seções especiais em livrarias e divulgação de listas dos mais vendidos. Aliás, poder-se-ia mesmo questionar por que alguns livros são mais vendidos do que outros, se todos repetem as mesmas idéias. Ao lado de outros fatores, como investimentos em divulgação, prestígio dos autores etc., parece possível justificar isso dizendo que alguns contêm paráfrases mais interessantes do que os outros, o que nos autoriza a ver seus autores como sujeitos mais criativos, capazes de transformar um conjunto de já-ditos numa fonte até mais prazerosa de leitura para outros sujeitos. Por exemplo, o Dr. Joseph Murphy parece ser um bom exemplo de um sujeito que, dotado de um certo saber, encontrou *mil e uma maneiras de dizer a mesma coisa* em suas dezenas de livros. Pensamos que estamos falando de um sujeito ativo, explorando um vasto mercado que não era seu *a priori* e que ele conquistou.

Michel de Certeau (1996) nos ensina a olhar o cotidiano revelando "as operações dos usuários, supostamente entregues à passividade e à disciplina". Seu trabalho tem por objetivo "explicitar as combinatorias de operações que compõem também (sem ser exclusivamente) uma cultura e exumar os modelos de ação característicos dos usuários, dos quais se esconde, sob o pudico nome de consumidores, o estatuto de dominados (o que não quer dizer passivos ou dóceis). O cotidiano se inventa com mil maneiras de caça não autorizada" (p.38). "Maneiras de fazer", como diz Certeau, que formam a contrapartida, do lado dos consumidores (ou "dominados") dos processos mudos

que organizam a ordenação sócio-política" (p.41). Parece razoável considerar os autores desses livros de auto-ajuda como sujeitos *quebrando a disciplina e a passividade* ao aproveitarem um espaço criado por situações que eles não dominam, veiculando enunciados que também não são originais. É provável que eles desconheçam as origens do discurso que veiculam, o que não nos impede de perceber esses sujeitos explorando uma situação preestabelecida e alguns até lucrando bastante com ela.

A concepção de sujeito que estamos defendendo aqui é esclarecida em Possenti (1996). Defendendo a idéia do discurso como integralmente acontecimento e integralmente peça de uma estrutura (referindo-se obviamente a Pêcheux, 1990b), ele postula outros cinco princípios similares a respeito dos sujeitos e discursos. Esses princípios são:

- 1 os sujeitos são integralmente sociais e históricos e integralmente individuais – para evitar o subjetivismo desvariado ou a identificação do sujeito como uma peça;
- 2 cada discurso é integralmente histórico e social e integralmente pessoal e circunstancial – para evitar a idéia de que o sujeito é fonte de seu discurso e a de que é o discurso que se dá;
- 3 cada discurso é integralmente interdiscurso e integralmente relativo a um mundo exterior – para evitar a idéia de que o discurso refere-se diretamente às coisas e a de que tudo é discurso ou que a realidade, se houver uma, é criada pelo discurso;
- 4 cada discurso é integralmente ideológico e/ou inconsciente e integralmente cooperativo e interpessoal – para evitar a idéia de que o sujeito diz o que diz materializando as suas intenções e a de que o sujeito não tem nenhum poder de manobra e que o interlocutor concreto é irrelevante;
- 5 o falante sabe (integralmente?) o que está dizendo e ilude-se (integralmente) se pensar que sabe o que diz (ou que só diz o que quer) – para evitar que se desconheçam os saberes que os sujeitos acumulam em sua prática histórica e que se conclua disso que nada lhe é estranho ou desconhecido. (p.6)

Como a passagem esclarece, não se pode definir o sujeito só por um traço. Perguntamos ao leitor o que autores como Goethe, William James, Proust, Henry Ford, Thomas Kuhn, Pascal, Shakespeare têm em comum com a auto-ajuda. Aparentemente, nada, mas são todos, entre outros, fontes de citações que aparecem nos livros de auto-ajuda, citações essas que servem como reforços para atestar as idéias pro-

postas nos livros. Mas quem poderia imaginar que falas de personagens de Shakespeare iriam aparecer nos livros de auto-ajuda? Ou quem poderia prever que pensamentos de Kuhn e de Pascal sirvam para ensinar alguém a ganhar dinheiro, a vender mais, a ter sucesso profissional? Ora, não existe nada *a priori* que pudesse garantir ou prever a ocorrência dessas citações nesses livros. Mas sujeitos encontraram nos enunciados de outros sujeitos reforços para suas teses. Parece que não é imprudência considerar essas citações como atividades de sujeitos que reaproveitam o já-dito para tornar seus textos mais convincentes.

A respeito de citações, Authier-Revuz (1990) esclarece que elas, como um caso marcado de heterogeneidade mostrada, são “uma das formas lingüísticas de representação de diferentes modos de negociação do sujeito falante com a heterogeneidade constitutiva” (p.26). Segundo a autora, tais formas caracterizam-se como formas do desconhecimento da heterogeneidade constitutiva, por operarem sob o modo da denegação, “por uma espécie de compromisso precário que dá lugar ao heterogêneo e portanto o reconhece, mas para melhor negar sua onipresença” (p.33). Propomos inverter a ênfase de Authier-Revuz, da seguinte forma: o sujeito não sabe tudo, sabe menos do que pensa, desconhece o que parece controlar, mas revela, nas formas de heterogeneidade mostrada, que detém um certo saber.

Parece ser proveitoso aplicarmos a análise (de Certeau) às citações encontradas nos livros de auto-ajuda. Trata-se de maneiras de colocar bem a voz de um outro ou de outro(s). Podemos utilizá-las como exemplos da presença de uma alteridade na cadeia discursiva, mostrando como o sujeito não está sozinho, mas também utilizá-las para comprovar que existe um sujeito que revela um certo saber ao empregar bem esta ou aquela citação. Pensamos que a citação possa ser encarada como um processo bastante complexo, que ficaria reduzido caso fossem eliminados os seus autores: ora, essas citações envolvem escolhas de sujeitos que encontraram correspondência entre o que sustentam e os dizeres de autores que desfrutam muito crédito. Temos, portanto, sujeitos em atividades que envolvem pelo menos um certo grau de conhecimento e de consciência, reinventando o cotidiano com uma boa dose de criatividade.

Em seguida, para mostrar mais detalhadamente alguns aspectos do funcionamento discursivo, analisaremos o enunciado **“Acorda, Brasil. Está na Hora da Escola!”**, com o intuito de tentar explicitar o trabalho realizado pelo sujeito. Sem voltar à hipótese do sujeito produtor, mas

considerando a interdiscursividade, nossa análise pretende mostrar que a constituição do *slogan* é um lugar onde o sujeito trabalha a partir de outros discursos.

"Acorda, Brasil. Está na Hora da Escola!" é um enunciado que foi utilizado como *slogan* do Programa do governo do Presidente da República Federativa do Brasil Fernando Henrique Cardoso – eleito pela coligação dos partidos políticos PSDB–PFL–PTB, considerados ideologicamente de direita (sobre a distinção direita e esquerda, ver Bobbio, 1995) – para a Educação. Esse *slogan* foi repriseado diversas vezes na abertura do ano letivo de 1995, nos meios de comunicação de massa, conclamando o empresariado e o povo para mobilizarem-se e dinamizarem o setor educacional. De acordo com o ministro da Educação e do Desporto, Paulo Renato de Souza:

desde o inicio do governo ele [o presidente Fernando H. Cardoso] reuniu empresários, formadores de opinião, comunicadores, atores, atrizes em atos que visavam chamar a atenção para a necessidade de o Brasil despertar para a Educação, procurando fazer com que a questão deixasse de ser um problema, para ser o grande fator do nosso desenvolvimento ... Uma parte importante da mobilização sem dúvida, é a contribuição do meio empresarial ... Sem dúvida, o outro segmento a ser mobilizado é o dos pais ... As escolas públicas, quando contam com esse apoio, têm desempenho semelhantes ao das escolas privadas. (*Boletim Acorda, Brasil*, p.3, ano I, nº 0, mar.1997)

Para Josecler Gomes Moreira, coordenador do Programa **"Acorda, Brasil"**:

o ministro trabalha para que o brasileiro, seja ele rico empresário ou um humilde trabalhador, deixe de olhar a escola pública só como questão de governo e passe a assumi-la pessoalmente, adotando ações de parceria em seu favor ... Foi dignificante conhecer cidadãos que ajudam a escola sem pedir nada em troca. Gente como o agricultor D. G. M. ... Incansável aos 92 anos, ele planta de sol a sol para doar alimentos a creches e escolas. (*Boletim Acorda, Brasil*, p.2, ano I, nº 0, mar.1997)

Embora de forma breve, recordamos as condições de produção que explicam, quanto às condições históricas e circunstanciais, a ocorrência do *slogan* em estudo.

"Acorda, Brasil. Está na Hora da Escola!" é um *slogan* político, que veicula a ideologia do cidadão como parceiro do governo. Consi-

tui uma fórmula concisa, fácil de ser percebida, retida, repetida para uma ação.

Como o discurso é heterogêneo, recortado e atravessado por outros discursos, há no *slogan* em análise a presença de outros discursos no interior do próprio discurso, ou seja, a interdiscursividade, assim como a materialização de operações lingüísticas resultante de um trabalho do sujeito.

De acordo com a teoria de Reboul (1975, p.2), podemos dizer que esse enunciado é um *slogan* “não pelo que diz, mas pelo que não diz, e que, no entanto, constitui seu alcance real, seu poder de incitação”. Ou seja: a educação vai mal, mas a responsabilidade não é só do governo federal – do presidente, do ministro da educação –, é dos empresários, é do povo. Por isso, *despertem* da inércia, do sono e se mobilizem para melhorar a educação brasileira. Nesse *não dizer* inscreve-se um sujeito do discurso esclarecido e porta-voz da verdade.

“Acorda, Brasil. Está na Hora da Escola!” é um enunciado construído em forma de um chamado, de uma conlamação. A partir de outro discurso, ou seja, do enunciado: “Brasil … **deitado** eternamente em berço esplêndido” (ver Hino Nacional do Brasil) é criado: **“Acorda, Brasil”**. Essa operação é um aspecto relevante do processo de produção do *slogan* em análise, pois a partir dela é possível desvelar, na própria matéria lingüística desse discurso, o traço decorrente do trabalho do sujeito sobre o próprio significante.

Esse processo é uma operação relevante do falante para construir esse *slogan*, que institui uma cena enunciativa na qual um sujeito fala a partir de uma Formação Discursiva (FD) elitista/iluminista. Essa FD identifica a prática do poder com uma tarefa essencialmente didática cujo objetivo principal é mudar o comportamento **dorminhoco** do Brasil caracterizado por estar **“deitado eternamente em berço esplêndido”**. É preciso que o *iluminador* (o despertador) acorde o Brasil, por isso ele conclama: **Acorda, Brasil**. Esse processo de construção do *slogan* mostra que o **outro** não é apenas consumido, ou seja, que esse outro discurso não estava pronto em um lugar e foi apenas mencionado. Mostra, sobretudo, que há uma estratégia, uma inventividade.

Percebe-se, assim, a presença do discurso das Luzes: valorizar o homem, o povo, *acordá-lo* da ignorância, das trevas. A esse propósito é significativa a seguinte citação de Kant (apud Fortes, 1995, p.83): “o que são as Luzes? A saída do homem de sua minoridade pela qual ele próprio é responsável”. Esse discurso das Luzes forja um projeto de emancipação do cidadão por meio de sua própria ação: ele tem que *acordar do*

berço esplêndido, sair da tutela do Estado e construir a escola que precisa. No entanto, nesse colocar-se como possuidor do excedente de visão (ver Bakhtin, 1992) e nessa visitação ao discurso iluminista (neoliberal) do discurso sobre a modernização da educação há um deslocamento importante: a questão deixa de ser colocada na ordem do planejamento econômico, da responsabilidade do político, do governo federal, para ser considerada como discussão da ordem do privado, da generosidade do empresariado, da vontade do povo. Essa estratégia é uma forma de o governo não se responsabilizar, financeira, política e ideologicamente pelas péssimas condições de funcionamento da escola pública, assim como pela exclusão da escola da maioria das crianças das classes populares, pois as crianças das classes média e alta freqüentam as escolas particulares. Segundo esse *slogan*, o cidadão é definido como dono de seu próprio destino: a educação depende dele. A ação do cidadão é concebida como única garantia para uma nova identidade que dessa forma assegurará um destino de grandeza, de democracia, para a educação, para o real, para a nação.

O enunciado em análise recorda a cena de uma mãe, ou de um pai, pela manhã, acordando o filho dorminhoco para não perder a hora da escola, dizendo: “*Acorda, garoto(a). Está na hora da escola!*”. Essa cena familiar e esse enunciado são transportados para o lugar de construção deste *slogan* político: “**Acorda, Brasil. Está na Hora da Escola!**”. Essa representação não é uma mera retomada. Ela mostra uma ação que o sujeito faz com a linguagem. Mostra a presença de um sujeito manipulando materiais lingüísticos para produzir efeitos de sentido.

Essa representação é vital e busca operar como estratégia de legitimação de um sujeito que se representa como aquele cidadão especial (“*um(a) verdadeiro(a) pai/mãe*”) capaz de enxergar a verdadeira dimensão da realidade em toda a sua complexidade: não há vagas para todos, não há qualidade na escola pública – agora é a hora da escola. E propor o único caminho possível: acordar, ou seja, ações por parte da população, pois a responsabilidade pela escola pública não é uma questão somente do governo federal, mas do povo. Depende da força de vontade de cada um, pois o governo cumpre sua parte, cabe aos outros cumprirem a sua.

Construir um *slogan* para obter uma ação específica, em determinadas condições de produção, mostra a presença de um sujeito operando para produzir peculiares efeitos de sentido. Embora não haja neste *slogan* um trabalho tão visível como nas piadas e nos provérbios alterados, pudemos demonstrar a existência de marcas da atividade do

sujeito. Na construção do *slogan*, o trabalho do sujeito é social, ideológico, histórico – pois nunca se trata apenas de introduzir num discurso marcas individuais –, mas é também um trabalho lingüístico. Encontramos no funcionamento do *slogan* alguns indícios deste trabalho quando observamos o processo de produção. Detectamos ações do sujeito na materialidade discursiva. Uma alternativa seria considerar que esses indícios são resultado da própria atividade da língua (ver Gadet & Pêcheux, 1981). Entretanto, nossa posição é que as ações da língua não excluem as ações do sujeitos (sobre essa discussão, ver Geraldi, 1993).

Além das questões relativas às manobras dos sujeitos, pode-se explicitar outro aspecto correntemente associado à mesma problemática. Em textos como os que estamos analisando, trata-se de trabalho do sujeito ou de trabalho da própria língua? Para que a alternativa fique mais clara, analisamos, embora sem muito detalhe, um texto cuja característica básica é o investimento em clichês e provérbios. Seu efeito é humorístico, mas não é essa a característica que queremos ressaltar. O que será destacado é essencialmente o procedimento de montagem do texto, que explora em larga escala o discurso de outro.

Pretendemos mostrar, analisando algumas passagens de um texto que acumula “discursos de outro”, que não se pode voltar ao sujeito originário, pois fica claro que o texto resulta de uma montagem com materiais que certamente não pertencem ao autor, mas que isso não significa postular a ausência de sujeito, a morte do autor, exatamente porque o que o autor faz com tais materiais não é o óbvio ou o corrente, mas outra coisa, eventualmente bastante original. O texto “FRASES”, de Luiz Fernando Veríssimo, pode ser assim resumido:

Um senhor começa a pensar que tem problemas no dia em que, conversando com os amigos, se refere a alguém como tendo uma *paciência de Lot*. Eles lhe objetam que se diz *paciência de Jó*, mas ele insiste, e sua insistência dos amigos o faz duvidar, *como Macbeth*. Decide consultar um colega que ainda não se manifestara, esperando que ele desse o *voto de Mecenas*, pois o considerava *justo como Moisés*. Consolado pelos amigos, elabora uma pequena teoria segundo a qual só há um jeito certo de dizer as coisas, que se deve respeitar as frases que milhares de anos criaram para todas as ocasiões. Trai tal herança seria como voltar à *torre de Babilônia*. Foi para casa, derrotado como *Napoleão depois de Watergate*. À noite, desesperado, sente que falta pouco para *tomar cicuta*, *como Aristóteles*. Sozinho, fica pensando em como as frases erradas o tornariam vulnerável, seriam seu *calcanhar de Ulisses*. Considera que está ficando velho como... *como Mateus*. No dia seguinte,

decide recomeçar. Afinal *Esparta não fora feita num só dia*. Em pouco tempo, *tudo estaria como antes no quartel de... de...* Decide ir ao médico, que *fez ouvidos de marceneiro* em relação a suas queixas, embora fosse insuspeito, *como a mulher de Nero*. Quando o médico lhe diz que ele está bem, responde, incrédulo, com *Sonho de uma tarde de outono*. Quando o médico diz que não vai receitar nada, pergunta-lhe se vai lavar as mãos. O médico responde *como Pilatos*, ao que ele retruca *como Herodes*. Decide ir para casa, viver recluso, sem falar com ninguém. Afinal, *o silêncio é de prata*.

A característica mais visível deste texto é o volume de citações de frases feitas de tipos variados. Temos, aqui, um excelente exemplo condensado, que serviria para defender a morte do autor e a preponderância do intertexto. Simplificando um pouco, corre-se o risco de desprezar o trabalho do autor, que, no entanto, não necessariamente está ausente, pois, de modo notório, *ao mesmo tempo, cita, mas inventa, e inventa, mas seguindo limites bastante estritos*. Assim, inventa “paciência de Lot”, “duvidar como Macbeth”, “Esparta não foi feita num só dia”, “sonho de uma tarde de outono”, “o silêncio é de prata”, entre outras formas. O que significa que cita (aludindo) as fórmulas “corretas” que se ouvem por detrás das (que estão sob as) que aparecem no texto. Além disso, inventa seguindo um esquema estrito: Lot e Jó são personagens bíblicos, Macbeth e Hamlet são personagens de Shakespeare, Roma e Esparta são cidades (antigas), tarde e noite são períodos de tempo, outono e verão são estações do ano, prata e ouro são metais (e metáforas correntes). O que equivale a dizer: há inventividade, mas há esquema (aliás, só há inventividade com esquema). E, correlativa e inversamente, há esquema, há discursos prontos, mas também há invenção sobre eles. Além disso, não é de desprezar o fato de que o texto demanda um leitor (cooperativo, diria Eco, 1979) que reconheça as fórmulas aludidas, pois sem isso o texto não funciona – se onde uns riem outros ficam constrangidos, tudo bem, mas se ninguém ri, o texto fracassa. Barthes (1988) sugere que o autor precisa morrer para que o leitor possa assumir o papel de dar unidade ao texto, ou seja, de dar-lhe sentido. Mas por que transpor para o leitor um poder total atribuído anteriormente ao autor? Por que é que se precisa atribuir a alguém o poder total? Por que não explicar o funcionamento dos textos considerando critérios variados (gêneros, estilos etc.), consideradas as marcas presentes nos textos (pistas, sintomas), mas considerando também algum tipo de interação entre os pólos “exteriores” do leitor e do autor, mesmo que desigualmente, se for o caso? Ousaria dizer, por mais que

isso soe à pragmática, que L. F. Veríssimo, a cada uma das frases feitas que subverteu, sabia que as estava subvertendo, e espera que seus leitores se apercebam de suas manobras.

Assim, imaginariamos ter argumentos convincentes para que se possa pensar em sujeitos que realizam operações e em textos que apresentam novidades, sem que isso signifique postular sujeitos que sabem tudo, que estão acima dos gêneros e da história, e textos que nada tenham a ver com outros textos. Enfim, pensamos que é possível conceber *sujeitos trabalhando*, e trabalho que deixa marcas nos textos (assim como outros trabalhadores deixam suas marcas nos objetos que produzem, especialmente se buscam efeito estético). Poderíamos pensar nos produtos artesanais e na culinária, se não quisermos considerar a grande arte...). Eventualmente, pequenas marcas. Na enunciação de lugares-comuns e de provérbios, quer se trate da enunciação das fórmulas enquanto tais quer se trate de sua enunciação "alterada", cremos que não se pode dizer nem que cada caso é um caso, como se não houvesse condições que presidem sua enunciação (sua "boa colocação"), nem que a enunciação é automática, como se não houvesse algum processo, que inclui, de forma relevante, avaliação, decisão, aposta por parte do sujeito/autor/locutor.

MARQUES, M. C. S. S., BRUNELLI, A. F., POSSENTI, S. Discourse of the other: there, where the subject works. *Alfa* (São Paulo), v.42, p.113-131, 1998.

- *ABSTRACT:* This paper investigates the strategical work done by the subject of the discourse upon the discourse of the Other/other. Without reviving the idea of the subject as an original creator and, on the other hand, without supposing the speaker totally submitted to the discourse, we conceive this subject as a strategist – in the meaning proposed by M. de Certeau in *L'invention du quotidien*. From this point of view, we analyse texts in which it is possible to verify the subject's work in the discourse process.
- *KEYWORDS:* Discourse; heterogeneity; work; subject.

Referências bibliográficas

- AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). *Caderno de Estudos Lingüísticos (Campinas)*, v.19, p.25-42, 1990.
- BAKHIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. 426p.
- BARTHES, R. A morte do autor. In:_____. *O rumor da língua*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p.65-70.
- BOBBIO, N. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora UNESP, 1995. 129p.
- CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: as artes de fazer*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1996. 352p.
- CLARK, K., HOLQUIST, M. *Mikhail Bakhtin*. São Paulo: Perspectiva, 1998. 384p.
- ECO, U. *Lector in fabula*. São Paulo: Perspectiva, 1979. 224p.
- FORTES, L. R. S. *O iluminismo e os reis filósofos*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. 92p.
- GADET, F., PÊCHEUX, M. *La langue introuvable*. Paris: Maspero, 1981. 252p.
- GERALDI, J. W. *Portos de passagem*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993. 254p.
- _____. *Linguagem e ensino: exercícios de militância e divulgação*. Campinas: Mercado de Letras, 1996. 148p.
- HAY, L. L. *Você pode curar sua vida*. São Paulo: Best-Seller, 1984. p.17-8.
- MURPHY, J. *O poder milagroso de alcançar riquezas infinitas*. 11.ed. Rio de Janeiro: Record, 1994.
- PÊCHEUX, M. Análise do discurso: três épocas. In: GADET, F., HAK, T. (Org.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pécheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990a. p.311-8.
- _____. *Discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1990b. 70p.
- PÊCHEUX, M., FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F., HAK, T. (Org.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pécheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990. p.163-252.
- POSSENTI, S. O eu no discurso do outro, ou a subjetividade mostrada. *Alfa (São Paulo)*, v.39, p.45-55, 1995.
- _____. O sujeito fora do arquivo. In: MAGALHÃES, I. (Org.) *As múltiplas faces da linguagem*. Brasília: Editora da UnB, 1996. p.37-47.
- PRADO, L. *Alegria e triunfo*. São Paulo: Pensamento, 1991.

- REBOUL, O. *O slogan*. São Paulo: Cultrix, 1975.
- RIBEIRO, L. *O sucesso não ocorre por acaso: você pode mudar sua vida*. 25.ed.
Rio de Janeiro: Rosa do Ventos, 1992.
- SCHNEIDER, M. *Ladrões de palavras*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
506p.

CONSTITUINTES PRAGMÁTICOS EM POSIÇÃO INICIAL: DISTINÇÃO ENTRE TEMA, TÓPICO E FOCO¹

Erotilde Goreti PEZATTI²

- **RESUMO:** Este estudo trata da função pragmática Tema, no português oral e escrito, procurando estabelecer uma clara distinção entre esse constituinte e as funções, também pragmáticas, de Tópico e Foco. Para tanto, adota a perspectiva teórica da Gramática Funcional de Dik (1981, 1989) e utiliza, como *corpus* oral, os materiais do Projeto NURC e, como *corpus* escrito, textos de jornais, revistas de reportagens e cartas pessoais. O trabalho está dividido em cinco seções: 1. apresenta a justificativa de tal abordagem; 2. os princípios teóricos que embasam o trabalho; 3. fornece a caracterização do constituinte Tema; 4. estabelece a distinção entre as funções pragmáticas de Tema e Tópico; e, finalmente, 5. distingue Foco de Tema.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Funções pragmáticas; tema; antitema; tópico; foco; antitópico.

Introdução

De um ponto de vista funcional, a linguagem é um instrumento usado para propósitos essencialmente comunicativos; por isso, somente é possível compreender adequadamente as expressões lingüísticas se

¹ Auxílio à Pesquisa – Fapesp – Proc. n.96/8892-0. Bolsa Pesquisador CNPq – 2C-Proc. n.300099/94-0.

² Departamento de Letras Vernáculas – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – UNESP – 15054-000 – São José do Rio Preto – SP.

forem consideradas operando em circunstâncias efetivas de interação verbal. Desse modo, muitas de suas propriedades são co-determinadas pela informação contextual e situacional disponível aos interlocutores. Isso significa que a estrutura gramatical pode manifestar diferenças relevantes, correspondentes à atribuição de diferentes funções pragmáticas aos constituintes. Por funções pragmáticas entende-se o conjunto completo de conhecimento, crença, suposições, opiniões e sentimentos disponíveis aos falantes no momento da interação.

Estudiosos de orientação funcionalista, como Dik, Chafe, Thompson, Du Bois, Prince, Hopper, entendem que o emissor organiza suas expressões lingüísticas de acordo com a avaliação que elabora da informação pragmática do destinatário no momento da enunciação. O objetivo do emissor é, em geral, levar o destinatário a efetuar alguma mudança em sua informação pragmática e, a fim de atingir essa meta, inicia seu enunciado tipicamente a partir de alguma porção de informação que o interlocutor presumivelmente já possua, continuando, a seguir, a acrescentar aí outras informações que ele pensa serem novas para o destinatário; é isso que pode levá-lo, então, a operar modificação no conhecimento presumível do destinatário. A atribuição de funções pragmáticas é o mecanismo lingüístico que define a característica mais identificadora da linguagem, a de uma atividade cooperativa entre interlocutores socialmente organizados. Esse princípio é um dos motivos por que se justifica o estudo de funções pragmáticas no texto oral e escrito.

Acrescente-se ainda o fato de que há grande confusão na consideração das funções pragmáticas de tópico, foco, antítópico, tema etc. Tópico é, por vezes, tratado como o constituinte deslocado à esquerda, por isso seu estudo está sempre relacionado à ordem de palavras (Braga, 1984, 1986, 1987). A definição de tópico é, não raro, confundida com a de sujeito, que é uma categoria sintático-semântica e não pragmática (cf. os gramáticos tradicionais), e outras vezes com a de Tema, entendido ora como o constituinte que ocupa sempre uma posição especial na sentença, a inicial (Chafe, 1976), ora como o elemento dado, conhecido (cf. os funcionalistas de Praga, como Danes, Firbas, Combettes). Foco também aparece na literatura como uma categoria ambígua, já que, às vezes, é a informação nova (Dik, 1989), equivalente a rema; outras vezes é o comentário (Tarallo & Kato, 1989), opondo-se, nesse caso, a tópico; ou ainda o elemento a que o falante quer dar realce (Dik, 1989) ou simplesmente contrastar (Chafe, 1976).

Assim, em vista da confusão conceitual existente, este trabalho tem por objetivo estabelecer as propriedades gramaticais e pragmáticas dos

constituintes que se colocam em posição inicial na predicação, Tema, Tópico e Foco. Procura mostrar que o que tem sido denominado Topicalização (Top) corresponde, na verdade, ao fenômeno lingüístico de focalização com contraste, e o tão discutido constituinte deslocado à esquerda (DE) é o constituinte que estabelece o *frame* com relação ao qual se produz uma predicação, e não se confunde com o Tópico, a entidade do discurso sobre a qual se fala.

Será dada maior atenção ao Tema, pois este estudo se propõe primeiramente delimitar nitidamente o papel dessa função pragmática, e, em segundo lugar, distingui-la do Foco e do Tópico. Para dar conta dessa empreitada, investiga esses constituintes basicamente à luz da Gramática Funcional de Dik (1981, 1989), no português brasileiro. O *corpus* é constituído de textos orais pertencentes ao materiais do Projeto NURC e de textos escritos retirados de jornais, revistas de reportagens e cartas pessoais.

Fundamentação teórica

A teoria de ordenação de constituintes da Gramática Funcional (GF), proposta por Dik (1981, 1989), sustenta que cada língua tem um ou mais padrões funcionais, conforme o esquema geral representado em (1).

(1) P2, P1 (v) s (v) o (v), P3³

As regras de colocação inserem os constituintes da predicação subjacente em suas respectivas posições nesse esquema e nenhum movimento subsequente é permitido, uma vez que um constituinte tenha obtido sua posição na estrutura. P2 e P3 são as posições reservadas, respectivamente, para Tema (*Theme*) e Antitema (*Tail*),⁴ e as vírgulas indicam pausas entonacionais.

Assim, entre as vírgulas, encontram-se os possíveis padrões para a oração propriamente dita, as variações estruturais do que constitui uma

3 Os parênteses indicam aqui posição variável do constituinte V.

4 Convém explicitar que, na GF, *Antitema* abrange o constituinte que Tarallo & Kato (1989) chamam de *Anti-tópico* (sic), que se caracteriza como o resultado de uma regra de inversão livre, em que "o sujeito é um pronome resumutivo zero, anafórico de um SN em posição adjunta a S, não-argumental" (1989, p.30). A despeito da diferença de terminologia, o Antitema é também uma posição não-argumental e, portanto, adjunta a S, em termos gerativos. Conforme sugeriu anteriormente (Pezatti, 1992), traduzi por *Antitema* o termo *Tail*, de Dik, pois, além de representar posição não-argumental, como o Tema, coloca-se linearmente em posição antagônica a ele.

predicação completa, conforme o esquema *Tema, Predicação, Antitema*. As regras de colocação determinam, em primeiro lugar, quais constituintes devem ou podem ir para a posição P1: verifica-se, primeiramente, se há algum constituinte-P1 na predicação, como palavras-Qu, pronomes relativos e conectores subordinativos. Se nenhum constituinte desse tipo estiver presente, então podem ser colocados na posição P1 constituintes com função de Foco ou de Tópico. Aplicadas as regras de P1, todos os demais constituintes da predicação assumem as respectivas posições estruturais, indicadas por s (sujeito), o (objeto), v (verbo) e outros símbolos possíveis, como X, usados especialmente para indicar posições de satélites.

Algo muito próximo de um preenchimento de todas as posições previstas no esquema em (1) seriam sentenças como (2); conforme já explicitado, s é levado, em virtude de sua propriedade tópica, para a posição P1.

(2) *Bebida alcoólica, ele gosta muito, o Pedro.*

P2, P1/S V X, P3

Em (2), *bebida alcoólica* é o Tema, que ocupa a posição mais à esquerda da predicação; o pronome *ele*, por acumular concomitantemente a função pragmática de Tópico e a sintática de sujeito da predicação, posiciona-se em P1, lugar reservado aos constituintes que têm uma função especial, seja gramatical ou pragmática; já o constituinte *o Pedro*, por esclarecer anaforicamente a referência do pronome *ele*, é pragmaticamente um Antitema, e ocupa a posição P3, reservada para essa função.

As funções pragmáticas são atribuídas aos constituintes de uma expressão lingüística do mesmo modo que o são as funções sintáticas. Frequentemente (mas nem sempre), os constituintes pragmáticos terão uma função semântica e, possivelmente, uma função sintática.

A lingüística funcional (especialmente Dik, 1989) distingue as funções pragmáticas de acordo com seu escopo estrutural. Desse modo, qualquer texto de uma língua natural pode ser exaustivamente dividido em constituintes extra-oracionais (posições P2 e P3) e constituintes intra-oracionais (Dik, 1981, 1989).

As funções pragmáticas **intra-oracionais** concernem ao estatuto informativo dos constituintes em relação ao contexto comunicacional mais amplo em que a oração é empregada. Por contexto comunicacional deve-se entender a avaliação do Emissor a respeito da informação pragmática do Destinatário no momento da enunciação verbal. As duas

funções pragmáticas intra-oracionais *foco* e *tópico* são sempre atribuídas a algum elemento da predicação (argumentos, satélites, operadores de termos e de predicados).

A função de **Tópico** apresenta a entidade sobre a qual a predicação predica alguma coisa numa dada situação; em outras palavras, na predicação nós dizemos alguma coisa sobre o Tópico, como se pode verificar com os constituintes *o empresário* e *ele* em (3), que desempenham a função sintática de sujeito da predicação e o papel semântico de Agente.

- (3) *O empresário havia saído de Sorocaba por volta das 12h, com destino a Taquarituba (315 Km a oeste de São Paulo), segundo Carlos Martinez de Moraes, primo de Martins Júnior e administrador da construtora. Ele levava consigo cerca de US\$ 40 mil para fazer pagamento de funcionários que trabalhavam na construção de casas populares.* (PO-FO-Brasil, 1 18:30)

A função de **Foco** de uma expressão lingüística, que representa, por outro lado, a informação relativamente mais importante ou saliente num dado contexto de interação verbal, é avaliada pelo Emissor como essencial para ser integrada na informação pragmática do Destinatário. Assim, em (4) a entonação mais acentuada na palavra *enorme* dá-lhe maior realce e indica a importância que o Emissor dá a essa informação nesse contexto comunicativo. Em tal caso, a função pragmática de Foco recai sobre o operador de termo *enorme*.

- (4) *você ia ao cinema tinha que ficar em pé numa fila eNORme... não é?* (DID-SP-234:581).

As funções pragmáticas **extra-oracionais**, como o próprio nome sugere, são desempenhadas por constituintes que não fazem parte da predicação propriamente dita, estando por isso mais intrinsecamente associadas à funcionalidade pragmática. Esses constituintes apresentam as seguintes propriedades:

- 1 podem preceder, interromper ou seguir a oração;
- 2 são tipicamente separados da oração por uma pausa entonacional própria;
- 3 não são sensíveis a regras gramaticais da oração, embora possam estabelecer relações de co-referência, paralelismo (mesma marcação de caso) ou metátese com a oração à qual estão associados;
- 4 não são essenciais à integridade interna da estrutura da oração, isto é, quando são subtraídos, a oração conserva a sua integridade estrutural e gramatical.

São exemplos de constituintes com função pragmática extra-oralional os termos grifados nas sentenças (5-6).

- (5) *Bem, então vamos tentar reconstruir a maneira de vida desse povo* (EF-SP-405:54)
- (6) *(es)tá muito complexo isso aí Francisco?* (EF-POA-278:127)
- (7) *temos por exemplo um presidente um secretário ... um tesoureiro que são por assim dizer as peças chaves* (DID-RE-131:74)
- (8) *então essas glândulas ... elas não se desenvolvem...* (EF-SSA-49:28)
- (9) *e:: depois volto para casa mas chego já apronto o outro para ir para a escola ... o menorzinho* (D2-sp-360:158).

Como se pode observar pelos exemplos, os constituintes extra-oralionais servem a uma variedade de funções pragmáticas, tais como (1) monitoramento da interação, (2) comentário do conteúdo da oração e (3) organização do conteúdo da expressão, em relação ao contexto em que ocorre. Nos exemplos citados, distinguimos em (5) um Iniciador, em (6) um Vocativo, em (7) um Parêntese Modal, em (8) o Tema e em (9) o Antitema (ou Apêndice, segundo Peres, 1984).

O constituinte Tema⁵

O termo *Tema* é geralmente empregado para designar um grupo de constituintes, interpretado na literatura como “constituintes deslocados à esquerda”. Para Dik (1981), o constituinte com a função de Tema apresenta o domínio ou universo discursivo (*frame*) com relação ao qual é relevante enunciar a predicação subsequente. Exemplificam essa função pragmática as expressões grifadas nas sentenças (10-11) a seguir.

- (10) *então a minha de onze anos ... ela supervisiona o trabalho dos cinco...* (D2-sp-360:192)
- (11) *Quanto à casa da praia, é onde eu tenho me refugiado quando temos nossas férias e folgas...* (CP-3.7.1996:PS)

Dik (1997) entende que as expressões lingüísticas que se iniciam com um Tema atendem às seguintes estratégias do Falante:

⁵ Sob o rótulo de Tema, este trabalho inclui o que Dik (1997) denomina Orientação, uma espécie de superfunção pragmática em que podem ser distinguidos tipos mais específicos. Nesse caso, incluem-se o Tema, propriamente dito, e a Localização (*setting*) com respeito a tempo, espaço e outras circunstâncias.

- (i) aqui está alguma coisa com relação à qual eu vou produzir uma informação. Nas sentenças acima, trata-se de *a minha [filha] de onze anos* em (10) e *quanto à casa da praia* em (11).
- (ii) e aqui está a predicação, que nas sentenças correspondem a *ela supervisiona o trabalho dos cinco* em (10) e *é onde eu tenho me refugiado quando temos nossas férias e folgas*, em (11).

Uma das propriedades do Tema é ser um constituinte externo à predicação,⁶ com ela conectado por razões pragmáticas. Pode-se comprovar esse caráter de independência da predicação com base nos seguintes argumentos.

O primeiro reside no fato de que a modalização da predicação subsequente não se aplica ao Tema; em outras palavras, à predicação que segue o Tema pode-se atribuir uma modalidade, tal como declarativa, imperativa e interrogativa, que não atinge esse constituinte, como pode ser observado no exemplo (12). Do mesmo modo, o Tema pode ter uma modalidade própria que não atinge a predicação, como nos mostra a ocorrência (13), cuja modalidade interrogativa incide apenas no Tema.

- (12) Doc. bom ... sobre alimentação aí... o que você tem visto que pode dizer prá gente? (DID-RJ-328:01)
- (13) peças? olha nem sei viu? o que falar agora sobre peças... todas que eu tenho assistido eu tenho gostado... (DID-SP-234:20)

Além disso, se há um verbo performativo explícito na predicação, o Tema não é dominado por ele. Assim, numa sentença como (12a), fica claro que o Tema está fora da modalidade performativa da predicação.

- (12a) bom ... sobre alimentação aí ... eu prometo que de agora em diante vou fazer refeições mais saudáveis

⁶ Dik (1997) assinala que em línguas que permitem anáfora zero, como o português, reduz-se a um fio tênuem a diferença entre uma construção Tema+Oração e uma oração simples com Tópico anteposto, que ele denomina "Tema Integrado". Assim, a diferença entre *Aquele homem, eu odeio* e *Aquele homem eu odeio* se reduz a uma diferença de entonação. Algumas estruturas muito recorrentes no português falado, como *O meu carro furou o pneu*, em que o SN anteposto se comporta como sujeito, mencionadas por Pontes (1987), são exemplos desse tipo de integração. Buscando explicação em Givón (1976), Dik interpreta os casos de "Tema Integrado" como decorrentes de um processo de gramaticalização de que resulta a "desmarcação" (*demarking*) gradual de uma construção com constituinte Tema marcado. Dado esse processo de desmarcação, é possível esperar que haja construções intermediárias em que o Tema já tenha sido incorporado como um constituinte oracional, mas preserva ainda grande parte de suas propriedades originais.

O segundo argumento reside no fato de ele não ter função sintática nem semântica e, consequentemente, nenhuma marca correspondente à de seu constituinte co-referencial dentro da predicação. Assim, em muitas línguas, o constituinte colocado mais à esquerda pode não ter a marca de caso que teria, se ocorresse dentro da predicação, ou seja, ele necessariamente se investirá de uma espécie de “forma absoluta”, caracterizada pelo caso menos marcado, geralmente o nominativo. Em outras línguas, porém, o constituinte mais à esquerda pode aparecer na forma absoluta ou com o caso correspondente ao do seu co-referente dentro da predicação. Assim o português pode ter o Tema na forma absoluta, como em (14), ou com caso marcado como em (12), aqui repetida.

- (14) *agora... bebida alcoólica eu gosto de qualquer tipo de bebida...*
(DID-RJ-328:787)
- (12) *Doc. bom... sobre alimentação ai... o que que você tem visto ø que pode dizer prá gente?* (DID-RJ-328:01)

Como o Falante freqüentemente produz o Tema antes de ter uma idéia clara do tipo de predicação que irá produzir sobre ele, é muito natural encontrar o fenômeno de hesitação entre o Tema e a predicação, conforme se verifica em (15), em que o *ah* emitido depois do Tema, *especificamente o tipo de carreira*, indica claramente a hesitação do falante antes de construir a predicação. Esse fenômeno torna difícil sustentar a idéia de que o constituinte mais à esquerda foi extraído de uma predicação desenvolvida antecipadamente.

- (15) *L2 olha ah o ti/ o ti/ ah o especificamente o tipo de carreira ah eu acho que isso seria qualquer uma* (D2-SP-360:650)

Por estar à esquerda da predicação, o Tema ocupa a posição que Dik denomina P2, conforme o esquema em (1), aqui reformulado em (1a).

- (1a) Tema, Predicação, Antitema

É possível, no entanto, ocorrência como o da sentença (16), em que o constituinte Tema é antecedido de outros elementos com funções distintas: primeiro aparece um modalizador (*graças a Deus*) e depois um constituinte foco (*no nosso curso*).

- (16) *E, graças a Deus, no nosso curso, os estudantes, eles elogiam muito o curso de Dermatologia* (DID-SSA-301:344)

O próprio Dik (1981, p.153), entretanto, sugere a possibilidade de o Tema aparecer dentro da predicação, como um parêntese, o que parece

ser o caso da sentença (16). Embora não esteja na posição característica de Tema, assumimos que os estudantes, nesse caso, é um constituinte Tema, já que estabelece o frame dentro do qual se insere a predicação. A mobilidade desse constituinte representa um argumento a mais para se sustentar sua independência com relação à predicação, da mesma forma que ocorre com outros constituintes extra-oracionais, tais como o vocativo e o parêntese modal.⁷

Como já afirmado anteriormente, o estatuto pragmático do constituinte Tema é apresentar um domínio ou universo discursivo em relação ao qual é relevante enunciar a predicação subsequente. Assim o Tema está conectado à predicação somente por uma relação pragmática de relevância, ou seja, a predicação tem que, de alguma forma, estar relacionada ao universo estabelecido pelo Tema. Se não houver essa relação teremos um texto incoerente, tal como (17),

(17) *e a Joana? A neve é branca.*

em que não se estabelece nenhuma relação entre *Joana* e *neve*. Entretanto, essa relação pode ser estabelecida se a intenção do emissor, com base no conhecimento de mundo do destinatário, é fazer que este crie uma relação entre a cútis clara de *Joana* (que o destinatário já deve conhecer) e a brancura da neve. Nesse caso uma sentença mais adequada seria (17a), em que o pronome *ela* estabelece uma relação anafórica com *Joana*.

(17a) *e a Joana? A neve é branca, mas ela é muito mais.*

O Tema caracteriza-se ainda como uma função própria da modalidade oral, com raras ocorrências na modalidade escrita. Naquela modalidade, observa-se uma fronteira entonacional entre o Tema e a predicação subsequente, marcada por um contorno suspensivo e uma velocidade mais lenta, fatores que caracterizam, portanto, a formação de

7 A predicação é constituída de P1 (V) S (V) O (V), sendo a posição P1 universal. Há línguas, no entanto, que necessitam de uma outra posição dentro da predicação, que Dik (1989) denomina PØ. Como Dik (1997) esclarece, mais importante que a posição é a função que exercem os constituintes pragmáticos extra-oracionais. Assim, o constituinte Tema pode se posicionar dentro da sentença, como um parêntese. De acordo com o esquema em (1), a ocorrência (16) tem a seguinte forma: P1(no nosso curso), P2(os estudantes), S(eles) V(elogiam) O(o curso de dermatologia). O modalizador *graças a Deus*, por ser um satélite de atitude, não pertence à predicação nem possui posição no esquema de predicado.

um grupo tonal⁸ independente do grupo tonal da predicação, conforme atestam os exemplos (18-19) abaixo.

(18) L1 // numa família grande // há sempre um com tarefa de supervisor//...(D2-SP-360:189)

(19) L1// então a minha de onze anos //... ela supervisiona o trabalho dos cinco //... (D2-SP-360:192)

Esse constituinte se manifesta, na maioria das vezes, com a estrutura de sintagma nominal, conforme demonstra (20). No entanto, sobretudo nas elocuções formais, há a presença desse constituinte com a estrutura de sintagma preposicionado, exemplificado em (21), a seguir.

(20) eu... quase não vou ao cinema teatro... às vezes eu vou... mais a teatro do que cinema... filme eu gosto mais de comédia... não gosto muito de filme... (DID-SP-234:5)

(21) então em relação ao Japão... o milagre japonês realmente foi milagre sabe? (EF-RJ-379:200)

É também comum ao Tema apresentar co-referencialidade com algum elemento da predicação, que pode estar explícito por meio de um pronome ou anáfora zero. Essa co-referencialidade pode se estabelecer com qualquer função sintática: com o sujeito, como atestam os exemplos (22 e 23), com o objeto conforme se observa em (24), com o complemento nominal em (25), com o adjunto adverbial em (26).

(22) o acarajé eu acho que ø é de feijão... não é? (DID-RJ-328:180)

(23) e o Nelson ele saiu dos transportes... há mais ou menos uns:: sete... ou oito anos (D2-SP-360:837)

(24) Quanto à carta do Cacá, tudo bem pela demora, sei que você é calminho, mas se você quisesse teria me entregue ø antes não é? (CP-17.9.1991:40)

(25) agora... merenda escolar eu tenho pouca noção ø (DID-RJ-328:523)

(26) E a avenida, também vai muito lá? (CP-11.6.1992:10)

As estruturas exemplificadas em (20), (22) (23) são conhecidas respectivamente na literatura corrente como casos de “tópico no estilo chinês” e “tópico como sujeito prematuro”, segundo Chafe (1976), ou ainda “duplo sujeito” (Pontes, 1987, p.13).

⁸ Grupo Tonal é aqui entendido como a unidade de ritmo composta de um ou mais pés (Cagliari, 1991).

Com relação à co-referencialidade, foi possível notar, no *corpus* escrito, uma ocorrência curiosa do constituinte Tema: em primeiro plano, o emissor introduz um termo genérico (*Agora sobre o pessoal*) e posteriormente começa a especificá-lo (*a Alê, o tio Gustavo e a Priscila*). O Tema é co-referencial aos três primeiros sintagmas, que têm a função de sujeito. Como se trata de exemplo extraído de uma carta pessoal em que autor introduz uma informação nova e genérica, ele sentiu necessidade de especificá-la a seu interlocutor distante.

- (27) *Agora sobre o pessoal, a Alê comprou um micro todo lindo! O tio Gustavo comprou um monza 91 4 portas lindo! A Priscila está quase namorando o Elver* (CP-06.10.1996:44)

A análise dos dados mostrou que, na escrita, o Tema é usado tipicamente para apresentar um domínio ou universo discursivo em relação ao qual é relevante enunciar a predicação subsequente, como se observa no exemplo (27), não sendo referido posteriormente. Já, na modalidade oral, nota-se que, ao estabelecer o domínio sobre o qual se refere a predicação subsequente, o Tema introduz uma entidade nova no discurso. Daí a presença do elemento co-referencial na *predicação*, sobretudo na função de sujeito. Em (23), repetida aqui, o constituinte Tema o Nelson é usado para introduzir um elemento novo que será o Tópico (conforme definição de Dik) da conversação por um bom tempo.

- (23) *e o Nelson ele saiu dos transportes... há mais ou menos uns:: sete... ou oito anos.* (D2-SP-360:837)

Nessa modalidade de linguagem, o Tema é ainda utilizado como estratégia para retomar o turno conversacional, conforme se observa em (28). Nessa ocorrência, o locutor (L1) está com a palavra e é assaltado pelo interlocutor (L2); ao retomar o turno, ele repete o último trecho de sua fala como Tema e continua seu discurso.

- (28) L1 *e:: as mulheres são voto assim meio neutro elas:: s/ são meio ausentes na hora de:: lutar pelos vencimentos*

[

L2 *começa que quase nem comparecem*

L1 *é*

L2 *né?*

L1 *então na hora de lutar pelos vencimentos elas ...são*

L2 *(é)*

L1 *quase que ausentes porque elas é muito bom* (D2-SP-360:697)

A análise das ocorrências mostra, ainda, no *corpus* oral, o uso do constituinte Tema provocado pelo “efeito gatilho” (Emmerich, apud Braga, 1986). Esse tipo de estrutura ocorre somente em casos de diálogo, como nos inquéritos do DID e D2, circunstâncias em que, para iniciar seu turno, o locutor repete as últimas palavras proferidas pelo interlocutor, conforme se observa nos exemplos a seguir:

- (29) Doc. e bebida alcoólica?

Loc. bebida alcoólica eu gosto muito... sabe... (DID-RJ-328:787)

- (30) Doc. quanto tempo demora... essa refeição?

L2 essa refeição... normalmente leva meia hora mais ou menos...
(D2-SP-360:325)

Outras vezes, o falante, ao tomar o turno para responder ao documentador, repete a informação solicitada em forma de Tema, tentando ganhar tempo para processar a informação. Na verdade, esse constituinte serve de apoio (suporte) para o processamento da informação, como mostra (15), repetida aqui.

- (15) Doc. que tipo de carreira... fora essa... seriam convenientes.

L2 olha ah o ti/ o ti/ ah o especificamente o tipo de carreira ah eu acho que isso seria qualquer uma (D2-SP-360:650)

Distinção entre Tema e Tópico

Pelo que foi exposto, fica claro que o constituinte Tema apresenta traços peculiares que o distinguem dos outros constituintes pragmáticos. Desse modo, não se justifica a confusão usualmente feita na literatura entre Tema, Foco e Tópico, uma vez que esses constituintes apresentam características gramaticais – sintáticas e semânticas –, prosódicas e pragmáticas distintas, como veremos a seguir.

Trataremos inicialmente da distinção entre Tema e Tópico, que não raramente se confundem: o Tema entendido como tópico se refere a um constituinte da predicação que sofre um deslocamento à esquerda.

Para Dik (1989), o Tópico é um conceito discursivo, já que qualquer discurso, tomado no sentido mais amplo de texto coerente, “fala” necessariamente a respeito de entidades. É essa entidade que Dik denomina Tópico-Discursivo. Um discurso pode ter diferentes Tópicos-Discursivos, alguns mais centrais do que outros, por isso são hierarquicamente organizados.

Em sentido abstrato, pode-se considerar que um discurso contém um “estoque de tópicos”, vazio no início, e que vai gradualmente sendo preenchido com Tópicos-Discursivos, conforme são introduzidos no discurso. Alguns Tópicos têm vida curta e desaparecem, outros são mais pervasivos e permanecem ao longo do discurso. Se um discurso aborda um certo Tópico, este deve ser introduzido em algum momento. Quando apresentado pela primeira vez, o Tópico-Discursivo é denominado Tópico-Novo (Top-N); após ser introduzida, a entidade em questão passará a ser considerada um Tópico-Dado (Top-D). Algumas vezes, dado um certo Tópico, pode-se falar sobre outros a ele relacionados, como se já tivessem sido introduzidos antes, casos em que se terá um SubTópico (Sub-Top). Por outro lado, uma certa entidade, que tenha sido abandonada por algum tempo, pode ser reavivada no discurso e restabelecida como Tópico. Tal entidade será denominada Tópico-Retomado (Top-R).

Em (31), por exemplo, o constituinte *período do paleolítico* é o Tópico-Novo, pois está sendo introduzido no discurso pela primeira vez, como oblíquo, em posição final. Na sentença seguinte, já como Tópico-Dado, aparece como o sujeito, em posição inicial, expresso apenas pelo sintagma nominal *o paleolítico*, com função semântica Zero.⁹ Continua como Tópico-Dado na sentença seguinte, ainda como sujeito, mas agora elidido, conservando a mesma função semântica, já que se trata do mesmo tipo de estado-de-coisas da sentença anterior, um Estado.

- (31) Inf. (...) então nós vamos começar pela Pré-História... hoje exatamente pelo período... do paleolítico... a arte... no período paleolítico... o paleolítico é o período... da pedra lascada... como vocês todos sabem... não é? e ø tem uma duração de aproximadamente seiscentos mil anos... pegando a fase da evolução do homem enquanto homo sapiens... que já deixou de ser macaco... passou a usar a inteligência... a conseguir fazer coisas... e como a gente vê ø é um período eNORme frente ao que a gente conhece da história humana... (EF-SP-405:1)

Como se pode notar, desse ponto de vista teórico, o Tópico, embora seja um constituinte pragmático, é também um constituinte da predi-

⁹ Dik define a função semântica Zero como a entidade primariamente envolvida em um Estado. Estado, por sua vez, indica o estado-de-coisas não-dinâmico e não-controlado.

cação, argumento ou satélite, e desempenha funções sintáticas e semânticas. Pode ocupar qualquer posição dentro da sentença, não necessariamente a posição inicial, e exercer uma função sintática, que não é necessariamente a de sujeito. Apresenta, assim, características gramaticais e pragmáticas muito diversas das do constituinte Tema, devendo, portanto, ser tratado distintamente.

Distinção entre Tema e Foco

O Tema é, outras vezes, confundido com o constituinte intra-oralional Foco, que ocupa a posição P1, no esquema (1), apresentado anteriormente. No entanto, o elemento focal inserido na posição P1, ou seja, o constituinte que se posiciona mais à esquerda da oração, como se pode verificar pelos exemplos, assinala sempre algum contraste entre ele e outras partes da informação contidas na predicação. Essas partes podem estar explicitamente apresentadas, em construções paralelas, tais como (32-34) abaixo.

- (32) ...*sei lá eu sabe o que eu o que eu noto... que o teatro agora... eu posso (dizendo isso) que antigamente o pessoal ia a gente via éh casais agora não eu acho que vai mais estuDANte eu acho que o pessoal deixou de ir a teatro né? eu acho que vai mais estudante mais molecadinha rapazes sei lá* (DID-SP-234:141)
- (33) Inf. *eu noto que antigamente ti/tinham filmes mais assim:... com maior conteúdo mais éh::os filmes eram mais... ah:... o pessoal... não sei hoje em dia não aparece tanto filme como antigamente eu me lembro de vários filmes não lembro os nomes* (DID-SP-234:364)
- (34) L2 exatamente né? então vamos tentar:: () ver se conseguem
L1 isso
L2 agora é uma carreira muito boa principalmente para mulher
L1 é
L2 () pra homem já começa ficar um pouco mais difícil principalmente para os que têm dedicação exclusiva (D2-SP-360:637)

Em outros casos, no entanto, a informação apresentada contrasta com uma outra que o falante pressupõe estar armazenada na memória do destinatário. Esse tipo de Foco é denominado por Dik contrapressu-

posicional. Esses são os casos mais típicos de focalização dados na literatura e geralmente tratados como topicalização. São ocorrências desse tipo as sentenças (35) e (36) a seguir.

(35) Inf. quer dizer o pouco que eu:: eu *imaginei* isso... agora a televisão eu estou fazendo assim um... uma... uma comparação porque à televisão eu tenho ido... estes últimos tempos eu tenho ido nesses programas de televisão então eu tenho achado que o trabalho que eles... fazem na no no palco para gravar o teipe da televisão... (DID-SP-234:202)

(36) Inf. eu *noto* que antigamente ti/tinham filmes mais assim:::: com maior conteúdo mais éh::os filmes eram mais... ah:::: o pessoal... não sei hoje em dia não aparece tanto filme como antigamente eu me lembro de vários filmes não lembro os nomes... éh:: eram filmes...que tocavam mais as pessoas hoje em dia os filmes são mais vazios sei lá... (DID-SP-234:367)

Observa-se em sentenças desse tipo que o constituinte em posição inicial (P1) estabelece uma restrição entre aquilo que o falante supõe estar na mente do destinatário e o que ele quer acrescentar, ou seja, uma parte fica implícita já que o emissor presume que, embora o destinatário detenha uma parte correta de informação (x), acredita também — equivocadamente, na visão do emissor — numa porção que é incorreta (y). Nesse caso, o emissor corrige a presumida informação pragmática do destinatário, restringindo o conjunto de itens pressupostos ao item que considera correto. O foco contrapressuposicional em posição P1 tem, assim, a função pragmática de restringir porções de informação. Em (35) o sintagma à televisão contrasta com teatro, agora implícito, embora tenha aparecido anteriormente, pois o texto gira em torno de cinema, televisão, teatro e rádio. Em (36) o contraste é feito com *antigamente*, informação implícita, já que o texto desenvolve as diferenças entre os filmes antigos e os do momento da enunciação.

Assim, de um ponto de vista sintático, o Foco contrastivo se caracteriza por ser um constituinte da predicação, posicionando-se estratégicamente no inicio dela; de um ponto de vista pragmático, caracteriza-se por estabelecer contraste entre partes da predicação e simultaneamente restringi-las. De um ponto de vista prosódico, o Foco é marcado por uma velocidade mais rápida e um contorno entonacional descendente, constituindo com a predicação um único grupo tonal, como se pode verificar em (37).

- (37) ...quer dizer é uma corrida assim:: bárbara... e diariamente quase que diariamente eles chegam atrasados... outro dia ((risos))//num mês eles tiveram quinze atrasos//... ((risos)) quer dizer (D2-SP-360:331)

Nessa ocorrência, o emissor pronuncia o enunciado sem estabelecer uma pausa entre *num mês* e *eles tiveram quinze atrasos*; além disso, o sintagma *num mês* tem uma velocidade mais rápida e um contorno entonacional descendente que se estabiliza em *eles tiveram quinze atrasos*.

Considerações finais

O propósito deste trabalho foi estabelecer critérios que permitissem distinguir nitidamente os constituintes que ocupam a posição inicial da predicação, no português brasileiro, com base na perspectiva funcionalista de Dik (1981, 1989).

A análise de dados do português confirma a distinção efetuada por Dik: os constituintes em posição inicial se caracterizam sintática, semântica e pragmaticamente em três tipos distintos Tema, Foco e Tópico.

Do ponto de vista sintático, o Tema distingue-se por ocupar a posição inicial, externa à predicação, caracterizado na formulação de Dik (1981) por P2, e não desempenhar nenhuma função sintática. O Foco, por sua vez, é interno à predicação, e, quando restritivo, pode ocupar a posição inicial, denominada P1; sintaticamente pode desempenhar as mais variadas funções. Já o Tópico, como o Foco, é também um constituinte da predicação e, como tal, pode ter diferentes funções sintáticas, ocupando, por isso, qualquer posição dentro da predicação, incluindo a inicial, sobretudo quando desempenha a função sintática de sujeito.

Do ponto de vista semântico, ao Tema não é necessariamente atribuída nenhuma função; já o Foco e o Tópico aceitam atribuição de casos semânticos.

Do ponto de vista prosódico, o constituinte Tema é marcado por uma velocidade mais lenta e um contorno entonacional suspensivo, o que acarreta uma ruptura na linha melódica que o separa da predicação subsequente; o Foco, por sua vez, apresenta um contorno entonacional descendente sem estabelecer nenhuma pausa entre ele e a predicação;

já o Tópico não se distingue prosodicamente, ou seja, não possui uma marcação entonacional proeminente.

Do ponto de vista pragmático, o Tema estabelece o universo do discurso em relação ao qual é relevante enunciar a predicação subsequente, podendo introduzir uma entidade nova no discurso ou servir de apoio para o processamento da informação. O Foco em posição inicial sempre estabelece um contraste entre partes de informação, restringindo e ao mesmo tempo realçando uma delas. O Tópico, pragmaticamente, representa a entidade que é tratada no discurso.

Acreditamos, com este trabalho, ter esclarecido que o constituinte Tema, da perspectiva da Gramática Funcional de Dik, vai além do que se tem denominado constituinte deslocado à esquerda e que não deve ser confundido com o Foco nem com o Tópico, funções pragmáticas pertencentes à predicação.

PEZATTI, E. G. Pragmatic constituents in initial position: the distinction among *Theme*, *Topic* and *Focus*. *Alfa (São Paulo)*, v. 42, p.133-150, 1998.

- *ABSTRACT: This paper deals with the extra-clausal pragmatic function Theme, in oral and written Portuguese, trying to establish a sharp distinction between this constituent and those which perform pragmatic functions of Topic and Focus. In order to do this, we adopt the Simon Dik's Funcional Grammar perspective (1981, 1989). The oral corpus is constituted by a sample extracted from NURC Project and the written one by samples collected from newspapers, magazines, advertisements and personal letters. This paper is organised in four parts: 1. proposition; 2. theoretical principles; 3. Theme's characterization, and 4. distinction among Theme, Topic and Focus functions.*
- *KEYWORDS: Pragmatic functions; theme; tail; topic; focus; afterthought.*

Referências bibliográficas

- BRAGA, M. L. Tópico e ordem vocabular. *Abralin*, v.6, p.174-88, 1984.
- _____. Construções de tópico de discurso. In: *Relatório final do projeto subsídios sociolíngüísticos do projeto censo à educação (FINEP)*. Rio de Janeiro, 1986.

- BRAGA, M. L. Ordem de palavras, *status* informacional e caráter definido do SN. *Estudos Lingüísticos – Anais do GEL (Santos)*, v.15, p.7-18, 1987.
- CAGLIARI, L. C. *Elementos de fonética do português brasileiro*. Campinas, 1991. Tese (Livre-Docência) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.
- CHAFFE, W. Givenness, contrastiveness, definiteness, subject, topics and point of view. In: LI, C. (Ed.) *Subject and Topic*. New York: Academic Press, 1976.
- DIK, S. C. *Functional Grammar*. Dordrecht: Foris Publications, 1981.
- _____. *The Theory of Functional Grammar*. Dordrecht: Foris, 1989.
- _____. *The Theory of Functional Grammar*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1997.
- GIVÓN, T. Topic, pronoun, and grammatical agreement. In: LI, C. (Ed.) *Subject and Topic*. New York: Academic Press, 1976.
- PERES, J. A. *Elementos para uma gramática nova*. Coimbra: Almedina, 1984.
- PEZATTI, E. G. *A ordem de palavras em português: aspectos tipológicos e funcionais*. Araraquara, 1992. Tese (Doutorado em Lingüística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.
- PONTES, E. *O tópico no português do Brasil*. Campinas: Pontes, 1987.
- PRETI, D., URBANO, H. (Org.) *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo: materiais para seu estudo*. (Projeto NURC). São Paulo: T. A. Queiroz, 1988.
- TARALLO, F., KATO, M. Harmonia trans-sistêmica: variação inter- e intra-lingüística. *Preedição – 5*. Campinas: RG, 1989.

O PRESENTE FUTURO: UMA QUESTÃO SEMÂNTICO-DISCURSIVA

Ademar DA SILVA¹

- RESUMO: Procedendo a um estudo textual e discursivo do verbo, demonstramos como o *presente futuro* se realiza na construção do texto falado no português brasileiro, verificando seus valores temporais e modais, como também seu contexto de ocorrência. Destacamos que o caráter prospectivo do *presente do indicativo*, marcado pela *relevância do presente do falante*, desencadeia-se a partir da interação entre o valor semântico do radical verbal, a flexão, a situação discursiva e o marcador temporal.
- PALAVRAS-CHAVE: Tempo verbal; presente futuro; relevância do presente; forma futurizada; verbos de ação; processo e estado.

Introdução

Ao tratar do presente do indicativo, a gramática tradicional destaca seus vários empregos (Cunha & Cintra, 1985, p.436):

- (1) *O céu está limpo;*
- (2) *A terra gira em torno do próprio eixo;*
- (3) *Como pouquíssimo;*
- (4) *Cabral descobre o Brasil;*
- (5) *Eu termino daqui a pouco.*

¹ Departamento de Letras Modernas – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800-901 – Araraquara – SP.

Nos exemplos citados, além de um fato que ocorre no momento da fala (1), o presente é utilizado para enunciar ações e estados permanentes – *presente durativo ou gnômico* (2). Em (3), expressa uma ação habitual – *presente habitual ou frequentativo*. Enquanto, em (4), é usado para dar vivacidade a fatos ocorridos no passado – *presente histórico ou narrativo*; em (5), marca um fato futuro – *presente futuro*.

Observando essas diversas funções do presente do indicativo, nota-se a irrelevância da flexão temporal, ou seja, a expressão de tempo não se dá apenas pelo acréscimo de morfemas típicos a um radical, mas também pela combinação de outros elementos lingüísticos. Por exemplo, em (5), a expressão de proximidade futura é assinalada pela locução adverbial **daqui a pouco**. Os adjuntos adverbiais de tempo possuem papel fundamental nesse processo.²

Além disso, considerando-se a centralidade do verbo e as relações sintático-semânticas que mantém com os demais elementos da estrutura frasal, **terminar**, verbo de ação,³ em (5), parece ter função nesse contexto.

Tendo em vista a noção de *relevância do presente do falante* e a possível existência de uma interação primária entre o valor semântico do radical mais a flexão temporal, a situação discursiva e os adjuntos adverbiais, investigaremos como tal composição desencadeia o uso do **presente futuro** na construção do texto⁴ falado em língua portuguesa, verificando seu comportamento e seus valores *temporais* e *modais*.

Nossa argumentação se fundamentará, sobretudo, nos resultados da análise das ocorrências dessa forma nos dados do português falado.

2 Quando se diz: comprei um carro ontem existe uma relação entre o morfema temporal pretérito e o significado passado do advérbio. Tanto é verdade que *comprei um carro amanhã é agramatical, porque amanhã, significando posterioridade, viola tal correspondência.

3 Para Chafe (1979, p.98), o verbo de **ação** expressa o que o sujeito faz. Este é o agente (A) da ação verbal, o elemento instigador que desencadeia a dinâmica da frase. Ex: *Ela só pulou corda*. Nos de **processo**, o sujeito, paciente (P) ou experimentador, é afetado por algo que está fora dele, sofrendo mudança de estado ou condição. Ex: *A rosa murchou*. Os de **estado** expressam que um nome, paciente (P), encontra-se num determinado estado. Ex: *O lago está seco* (cf. também Borba et al., 1985; Lima, 1985).

4 Texto aqui é uma unidade lingüística concreta (perceptível pela visão, audição ou tato), tomada pelos usuários da língua, em uma situação de interação comunicativa específica, como uma unidade de sentido e como preenchimento de uma função/intenção comunicativa reconhecível e reconhecida, independentemente da sua extensão (Travaglia, 1991, p.22, cf. também Fávero & Koch, 1983).

Tal *corpus*⁵ foi obtido em aproximadamente seis horas e meia de gravações. Não houve preocupação com quantidade e tampouco com a distribuição em grupos etários, sexo, origem e escolaridade, visto que nossa análise seria de base qualitativa. Consta de:

onze conversações telefônicas, realizadas sem que as participantes soubessem da gravação

- (1) **participantes** – B e V, duas amigas com nível universitário, na faixa dos 30 anos.
- (2) a (11) **participantes** – N, dona de casa com nível primário, paulista, na faixa dos 50 anos, interage informalmente com amigas, I e D, sua tia, T; todas na mesma faixa etária, nível e procedência, e também com sua filha, R, na faixa dos 20, escolaridade secundária;

cinco entrevistas (DID) – diálogos entre informante e documentador

- (1) **Situação e participantes** – diálogo interativo entre M, cartomante, com nível primário, na faixa dos 50, que não sabia da gravação, e um consultente/ documentador, E, doutorando em Química, paulista, na faixa dos 30.
- (2) **Situação e participantes** – diálogo interativo entre uma taróloga, I, com nível universitário, na faixa dos 30, que sabia da gravação, e um consultente/documentador, A, professor universitário paulista, na faixa dos 40.
- (3) **Situação e participantes** – entrevista em que, F, estudante de Farmácia, 23 anos, que sabia da gravação, atuou como informante e, M, documentador, estudante de Letras, na faixa dos 20.
- (4) **Situação e participantes** – trecho de entrevista jornalística para a televisão em que um dos participantes, X, advogado, faixa dos 40, relata ao repórter, Y, o que ocorreu no trânsito.
- (5) **Situação e participantes** – o jornalista Roberto D'Avila entrevista o presidente da República Fernando Henrique Cardoso para o programa de TV Conexão Nacional (TV Bandeirantes). Gravação e transcrição dos últimos dez minutos, nos quais o presidente responde sobre assuntos pessoais;

5 Exetuando-se duas EF's do Projeto NURC-SP, as demais transcrições do *corpus* encontram-se no apêndice da tese de doutoramento de: DA SILVA, A. **A expressão da futuridade na Língua Falada**. Campinas, 1997. Tese (Doutorado em Lingüística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.

três elocuções formais (EF)

(1) **Situação** – programa de televisão sobre Culinária (*TV MULHER*), em que v., apresentadora e cozinheira, na faixa dos 60, demonstra como fazer um prato.

(2) e (3) são do Projeto NURC-SP⁶ – **Situação** – duas aulas. **Participantes** – Inq. 405, p.48-57 – mulher de 36 anos, professora secundária, paulistana. Inq. 338, p.34-47 – homem de 31 anos, professor universitário, paulistano;

um diálogo interativo entre duas donas de casa (D2)

Situação – gravação feita pelo documentador (L3), no portão da casa de uma das falantes (L1), sem que soubessem da gravação.

Participantes – L1, 28 anos, primeiro grau incompleto (5ª série), L2, 30 anos, ginásio completo e L3, faixa dos 30, nível universitário, 3º ano de Letras;

uma interação entre vários falantes

Situação e participantes – programa de televisão (*First Class* – SBT), em que um apresentador e mais dois participantes fixos discutem, informalmente, com um convidado especial, os mais diversos tópicos. A flexibilidade na condução dos vários temas e a dinâmica da interação dão ao programa um tom informal de bate-papo em sala de visitas.

Tempo e Linguagem – Tempo Verbal

Tempo na linguagem pode ser um construto mental representado por uma linha imaginária que se orienta da esquerda (passado) para a direita⁷ (futuro), tendo vários pontos de orientação (temporais) no seu decorrer: **MF** – momento da fala (o tempo da enunciação – o “agora” do falante), **ME** – momento do evento (o estado de coisas a que o enunciado

⁶ CASTILHO, A. T., PRETI, D. (Org.) *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo. Elocuções Formais*. São Paulo, T. A. Queiroz Editor, 1986. v.1.

⁷ Reconhecemos que tal proposta reflete adesão à linearidade do tempo, podendo este se orientar em qualquer direção, ou seja, em vez de horizontal, ser vertical ou até mesmo circular, pois há culturas em que tal noção é cílica (línguas aborígenes australianas). No entanto, com Comrie (1985), achamos ser esta, ainda, a representação mais adequada para análise das expressões temporais em línguas naturais.

se refere) e **PR** – *ponto de referência* (um tempo mais abstrato, um ponto de vista temporal relevante para a contemplação do evento e a partir do qual se define simultaneidade, anterioridade e posterioridade ao MF) (cf. Reichenbach, 1947; Ilari, 1981; Fleischman, 1982; Corôa, 1985).

Reichenbach (1947) instituiu a noção de tempos verbais *absolutos* e *relativos*, em que os primeiros se constituem a partir da relação direta do ME com o MF e os segundos, a partir da relação indireta, ou seja, situam o ME em relação ao PR, podendo ser este anterior, simultâneo ou posterior ao MF.

A partir dessas relações, para Fleischman (1982, p.10), “*tempo verbal* (doravante *t. vb*) é uma categoria dêitica da gramática, marcada formalmente por um afixo, partícula ou auxiliar, cuja função principal é indicar uma seqüência de eventos em relação direta ou indireta com um ponto zero, que é o MF”.

No entanto, a irrelevância da flexão de tempo, abordada antes, leva-nos a postular que a expressão temporal se realiza composicionalmente, ou seja, além dos morfológicos e sintáticos, elementos semânticos contribuem para sua realização. O *t. vb*, como forma da língua, compõe-se de um morfema lexical (radical), que pode denotar *ação*, *processo* e *estado*,⁸ mais morfemas de flexão (tempo, modo, número, pessoa). Todo esse conjunto pode vir acompanhado de adverbiais, constituindo-se o que consideramos *t. vb*:

<u>Ação/Processo/Estado</u>
Radical (morf.lexical) + flexões + adverbiais (morf.s de temp, mod, n ^º , pess.)

A Relevância do Presente

Para Weinrich (1964), o presente é o tempo básico (zero), sem perspectivas, do mundo comentado.⁹ Nas manchetes jornalísticas, com

8 Cf. nota 3.

9 Para Weinrich (1964), **mundo** é o possível conteúdo de uma comunicação lingüística. As várias situações comunicativas se dividem em dois grupos: comentários e narrações, nos quais predomina um dos grupos temporais: o do presente ou o do pretérito (tempos do mundo comentado e do narrado). Enquanto a narração é mais descompromissada, pois o passado já foi transformado, a atitude comunicativa comentadora é mais tensa. Nela o falante está comprometido com o seu discurso, porque comenta coisas que não só o afetam com também ao ouvinte.

muita freqüência, é utilizado independentemente de o fato ser anterior, simultâneo ou posterior à sua enunciação. Por exemplo, em:

(6) *O primeiro ministro viaja para o exterior,*

a ação já pode ter ocorrido, estar ocorrendo ou estar para acontecer. A função desse enunciado é apenas chamar a atenção do leitor para a situação comunicativa comentadora, na qual se espera o seu envolvimento.

O fato de o presente zero do mundo comentado poder envolver tanto ações simultâneas, anteriores como posteriores, possibilita o seu uso em lugar do passado ou futuro e, quando utilizado como tal, carrega em si, de alguma forma, noções de retrospecção e prospecção. Traz consigo valores semânticos que, na maioria das vezes, dependem de um contexto para sua realização e pelo qual sua ambigüidade se desfaz (cf. o exemplo 5).

A questão parece residir na flexibilização do presente, ou seja, ter intrinsecamente na sua formação um pouco de passado e um pouco de futuro.

Ao averiguar a relação entre linguagem e pensamento, Guillaume (1929)¹⁰ postula um presente psicogramatical, que, como operação da mente, é formado por parcelas de passado e de futuro (cf. Imbs, 1960, p.39). Com base nisso, Imbs (1960) procura dar conta dos traços aspectuais e temporais desse tempo, ou seja, demonstrar que tais valores correspondem a faixas dessa composição dual.

Como o presente expressa os valores do aspecto *inaccompli* (inacabado), Imbs (1960, p.22) categoriza-os em *momentâneos* e *não-momentâneos*. No *momentâneo* (perfectivo), o processo é único, não repetido, sem duração, tendo como variantes o aspecto *incoativo* (início de um evento: pôr-se a, estar para) e o *terminativo* (seu fim: acabar de, deixar de). No *não-momentâneo* (imperfectivo), a ação é repetida, durativa, compreendendo: o aspecto *iterativo* (repetição-freqüência/hábito) e o

10 Apud Binnick, 1991, p.197. Para Guillaume (1929), que postula um tempo subjetivo, interno, a relevância, na linguagem, não se encontra na linha do tempo, mas na direção seguida pela mente ao conceber suas imagens. Acredita que *t. vb.* aspecto e modo são facetas de um processo único de "cronogênese" – exercício mental na formação dessas imagens. Tal operação pode ser interceptada em qualquer ponto e produzir a imagem (*cronothesis*) elaborada até aquele momento. Segundo Binnick (1991), apesar de Guillaume ter sido um dos primeiros a apresentar um trabalho completo sobre fases na teoria de aspecto, um dos motivos pelos quais não teve seguidores fora do mundo francês deve-se ao alto grau de abstração de sua teoria e, consequentemente, dos termos por ele empregados.

durativo, que pode ser *cursivo* (indicando uma atividade sem limites, em que não há preocupações quanto ao seu início ou fim) e *progressivo* (explicitando gradação do processo). Para o autor, enquanto o *aspecto momentâneo* corresponde a uma faixa mais estreita do presente psicogramatical, o *não-momentâneo*, a uma mais larga. O mesmo se aplica ao *tempo*, ou seja, os valores do presente se correlacionam respectivamente com uma das faixas.

Dentre os fatores para definir o valor temporal do presente, Imbs (1960, p.26) afirma que é necessário determinar se o processo verbal está no tempo indiviso ou em uma de suas divisões.¹¹

No *indiviso*, que compreende a faixa mais larga, está o presente intemporal, também chamado onitemporal. Nele se encontram os seguintes usos: o presente de hábitos e de estados permanentes, o gnômico e o descritivo.

No *diviso*, localizado na faixa mais estreita, estão as separações do presente, ou seja, o evento pode coincidir (presente atual), ser posterior (futuro) ou anterior (passado) ao MF. Essa noção é o que permite algumas variações no uso do presente, ou seja, a partir dela é possível evocar um futuro (próximo) ou um passado (recente), vistos em relação lógica ou psicológica com o presente.

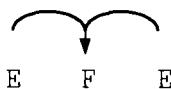
O aspecto incoativo (estar para) e a expressão de futuridade relacionada psicologicamente ao presente são conceitos muito importantes na abordagem das formas *futurizadas*.¹² Com base nesse ponto de vista, para dar conta da forma “*go-future*” (no caso, o nosso *ir* + *infinitivo*) Fleischman (1982) propõe a noção aspectual – **relevância do presente** – que apresenta relação com o *agora* e o *não-agora*, ou seja, “um evento cronologicamente não-presente é visto como ligado psicologicamente ao tempo presente” (p.18) do falante.

Tal relevância abrange tanto o presente prospectivo como o retrospectivo. No prospectivo, um evento futuro resulta de circunstâncias

11 Imbs (1960) propõe a noção tempo indiviso (não fragmentado) e diviso (dividido) em épocas para a localização dos processos verbais. O primeiro, como réplica do espaço inteiro, não comporta a cisão: passado, presente e futuro: “*c'est un temps omnitemporel (ou panchronique), qui comprend toutes les époques du temps*” (p.12). Já no segundo, contrastivamente, há separação, ou seja, sucessão de épocas, cada uma correspondendo a um desmembramento na linha temporal. O verbo expressa apenas as divisões maiores: presente, passado e futuro. As menores são representadas por substantivos: ano, dia, hora, minuto.

12 Para Binnick (1991), formas futurizadas são as que se utilizam do presente do indicativo, na forma simples ou em locuções, para expressar futuridade.

presentes; no retrospectivo, ocorrências passadas têm repercussões presentes (acabar de). Está implícito que o evento *não-agora* está, de alguma forma, ligado ao presente do falante:



A relação entre o agora e o não-agora do falante, de fato, existe, mas parece-nos mais temporal (cronológica) do que aspectual. Ela pode ser o princípio explicativo que se procura, por isso será utilizada como tempo que marca *relevância para o momento presente*.¹³

Ao propor o *presente posterior* (MF, PR – ME)¹⁴ em oposição ao *futuro simples* (MF – PR, ME) como formas de futuro, Reichenbach (1947) explica isso. No *presente posterior*, o fato de o futuro PR ser visto como resultado do *presente do falante* MF, talvez os faça coincidir. Esta parece ser a representação ideal para o PR nas *formas futurizadas* = MF, PR – ME, o que também reflete a distinção: *absoluto* e *relativo*. Enquanto o *futuro simples* é um *t. vb absoluto*, as formas futurizadas são *t. vb's futuros relativos* a um presente.

A possibilidade de evocar o futuro a partir do presente consta das noções: *presente posterior*, de Reichenbach (1947); *tempo diviso*, de Imbs (1960), *relevância do presente*, de Fleischman (1982), mas sua constituição não é de todo explicitada. Acreditamos que isso seja possível através da composicionalidade de vários elementos lingüísticos, analisados a seguir.

Análise dos dados

A partir do quadro teórico, apresentado antes, e nos concentrando na noção de relevância do presente e nas relações semânticas do verbo com os demais elementos da estrutura frasal, passaremos à análise dos dados.

13 Essa relevância se aproxima do *ponto de interesse do falante* (*the speaker's point of primary concern* – SPPC), de Close (1977, p.140).

14 – Separação por vírgula indica *simultaneidade* e por traço, *posterioridade e anterioridade*.

A relevância do presente

Para Leech (1971), o presente do indicativo, como forma “marcada” de futuro, expressa futuridade como um *fato*, o que lhe dá o mesmo grau de certeza dos *t. vb's* presente ou passado, afastando a idéia geral de que é incerto.

Concordamos com o autor, mas achamos também que, como as perífrases, as ações futuras expressas por esse tempo dependem de fatos presentes, tidos como certos e avaliados e decididos no momento da fala. Para ilustrar, veja-se um trecho de [J]¹⁵ Ao saber que o filho da cabeleireira não lhe dera o recado, muito brava, L1 reage:

- (7) L1 – uhn::::... olha que fi/ da puta... *amanhã* ele me **paga** FALOU...
que horas ela *vai chegar?* muito tarde?
L2 – ai nem sei
L1 – éh então *amanhã* cedo eu **ligo** pra ela... eu não liguei de dia
porque cheguei de São Paulo agora
L2 – ah está bom (t 12-I)

Nesse contexto discursivo comentador, tanto a ameaça: *amanhã ele me paga* como o recado: *então amanhã eu ligó pra ela* estão no presente do indicativo e expressam, além da certeza, a determinação de L1 de executar tais tarefas posteriormente. A decisão coincide com o momento da fala (MF, PR – ME), evidenciando o envolvimento do falante com o seu discurso.

No turno 270 de [B], finalizando a conversa, L1 retoma o *vamos ver*, já mencionado em 258:

- (8) L1 – (...) então *vamos ver quarta ou quinta te dou uma ligada...*
e eu **vou** aí bater um papo com você (t 270-B)

Nos dois momentos, *vamos ver*, com valor modal de probabilidade, significa *quem sabe, talvez*. O verbo suporte **dar** e o pleno **ir**, no presente, expressando decisão tomada naquele momento, indica eventos possíveis de ocorrer, segundo a perspectiva de L1, nesta semana ainda: quarta ou quinta-feira. O mesmo se aplica a (9) e (10), a seguir:

- (9) L2 – aí eu disse “está bom depois eu **volto** a ligar:... o que quando
ela está aí?” (t 152-A)

¹⁵ A integra de todos os excertos, a partir de (7), encontra-se no apêndice da Tese de Doutorado de DA SILVA, A., op. cit. Ressaltamos que (t 12-I) se refere ao turno 12 do documento {I}, aplicando-se tal procedimento aos demais exemplos.

- (10) L2 – eu **vou comprar** os tecidos... o tecido branco e tudo e eu lhe **aviso**... está bom? (t 237-A)

A ligação, a compra do tecido e o aviso podem até não ocorrer, mas o que interessa é a visão subjetiva do falante sobre o evento, no momento da fala, contribuindo, assim, para o emprego do presente do indicativo em contextos futuros. Isso parece explicar sua ocorrência em todo o *corpus*.

O presente do indicativo, como tempo zero do mundo comentado de Weinrich (1964), evidencia, nessas conversações, o envolvimento¹⁶ do falante com o seu discurso, o que torna a situação comunicativa mais tensa, exigindo dele certa postura e atitude. Ele discorre a respeito de coisas que não só o afetam diretamente como também ao ouvinte, exigindo dele tomada de posição.

Presente do Indicativo + Conteúdo semântico do verbo

Verbos de ação

Admitindo-se que as flexões temporais estão ligadas à tipologia: verbos de ação, processo e estado, nota-se que muitas das ocorrências do presente do indicativo, expressando futuridade no *corpus*, se realizam em orações com verbo de ação:

- (11) L1 – “vamos que **eu te levo** até lá em cima na... na quatro... depois **você sobe** a pé” (t 32-E)

Os verbos *eu levo* (1ª pessoa) e *você sobe* (2ª), nesse contexto, expressam o que o agente da ação verbal – o sujeito – faz. Além disso, muitas delas estão na *primeira pessoa do singular*, como demonstram os exemplos:

- (7) L1 – (...) então amanhã cedo **eu ligo** pra ela... (t 12-I)
(11) L1 – e a R falou “vamos que **eu te levo** até lá em cima na... na quatro... (t 32-E)
(12) L1 – (...) está bem I... vamos ver essa semana... amanhã **eu vou** pra São Paulo (t 258-B)
(13) L3 – **eu vou** ver se tem bem... um momentinho que já te **falo** já (t 21-D)

¹⁶ Sabemos que o *futuro do presente* também é mundo comentado. Para outros traços, que o distinguem das formas futurizadas, cf. DA SILVA, A., op. cit., nota 15.

- (14) L2 – aí eu falei “**pago** na outra terça-feira né? porque está muito... tem muita gente”... (t 57-E)

As formas verbais *ligar*, *levar*, *ir*, *falar* e *pagar* estão na primeira pessoa e expressam um fazer do sujeito, o que parece contribuir para a qualidade prospectiva dessa forma verbal. O valor semântico do radical (**ação**) mais a nuance modal de certeza¹⁷ e as marcas de número e pessoa contidas no morfema do presente do indicativo lhe dão essa flexibilidade, ou seja, esse caráter prospectivo:

<u>ação</u>	<u>mod. tpo. n°, pes</u>
/ lig- /	/ -o /
⇒	⇒

Em (7): *então amanhã cedo eu ligo pra ela*, o morfema /-o/ da primeira pessoa do singular do presente do indicativo liga-se ao radical, o morfema lexical, /lig-/ (**ação** ⇒), reforçando a idéia desse fazer por parte do sujeito. Sou **eu** e mais ninguém o agente da ação verbal, expressando a certeza da realização (futura) de uma decisão tomada no meu presente, daí o morfema /-o/ do presente do indicativo. O mesmo se aplica aos outros verbos.

Embora esteja implícito um movimento para diante na natureza semântica dessa forma verbal, o efeito de futuridade, nesse contexto, só se completa com os adjuntos adverbiais – *amanhã cedo* (7), *amanhã* (12), *já* (13), *outra terça-feira* (14) – que, de fato, situam, temporalmente, a realização da ação futura. Além disso, na ausência dos adverbiais, o marcador temporal se encontra, algumas vezes, no contexto,¹⁸ como no caso de (11), em que o convite **vamos** reforça a noção de posterioridade de **eu te levo** ou na estrutura gramatical, como no caso das condicionais e temporais. Essas orações parecem ser o contexto ideal para a realização dessa forma, nas quais tal certeza adquire, muitas vezes, matiz

17 O modo indicativo liga-se a um estado de coisas reconhecido pelo falante como necessário e como tal pode ser certo ou obrigatório (cf. MATEUS, M. H. M et al., 1983).

18 O estudo quantitativo de Baleiro (1988) confirma tal alegação. Nas 42 ocorrências do presente do indicativo expressando futuridade, a autora observou que, na quase totalidade dos casos, esse valor dependia da co-ocorrência de elementos gramaticais com conteúdo de futuro no contexto de realização do presente do indicativo.

de comprometimento e determinação, reforçando ainda mais seu valor prospectivo:

- (15) L1 – quarta ou quinta te *dou uma ligada...* se der **eu vou** aí bater um papo com você (t 270-B)
- (16) L1 – eh: vou ver se eu já tenho trocado **eu já te levo** (...) (...) deixa eu ir ver se ela está aí... que assim eu/eu... se ela estiver **eu provo**... e aí **eu já te dou** o seu dinheiro (t 48 e 66-E)

Apesar da contingência que expressa (*se der*, *se eu já tenho*, *se ela estiver*), a prótase condicionante parece ser o elemento desencadeador do comprometimento e determinação do falante, presente na condicionada. Vejam-se outros exemplos:

- (17) L2 – depois vou ver... se der tempo **eu passo** de lá... (t 40-G)
- (18) L1 – aí depois ai ó... se depender dela **eu caso** com o R. né?
(t 204-O)
- (19) L2 – (...) não é porque não tenho argumentos... se houver argumentos melhores... **eu mudo**... (t 16-S)

O mesmo se aplica às temporais:

- (20) L2 – (...) assim que estiver pronto **eu lhe aviso** (t 246-A)
- (21) L1 – (...) assim que ele chegar **eu mando** ele te ligar (t 9 -H)

Parece existir relação semântico-pragmática entre a atitude avaliativa de certeza e comprometimento do falante incluída no presente do indicativo da condicionada e o conteúdo proposicional da subordinada. Em (19), o empenho na mudança depende dos argumentos que poderão surgir posteriormente. Já em (20), a determinação de avisar circunstancia-se ao término do trabalho.

Tal certeza e comprometimento continuam manifestos nos casos em que houve referência à segunda ou à terceira pessoa:

- (22) L2 – (...) os invejosos começam a achar que estou rindo... mas se for o momento de chorar... **você chora**... mas pra que transformar a vida num sacrifício? (t 20-S)
- (23) L2 – (...) se aquele baixinho for tirar ela ... **ela não dança** de jeito nenhum (...) se estiver de tênis **ela não dança**... se estiver de sandália **ela não dança** (t 105 e 129-C)
- (24) L1 – (...) mas você sabe se você for mexer com qualquer coisa... se nós não tiver os material **você não consegue nada** (t 49-M)

Os verbos de ação não ocorrem apenas na primeira pessoa, mas em todas. Entretanto, a preferência pela primeira procede, visto ser característica das ativas falar do fazer de um sujeito, que, por razões discursivas, na maioria das vezes, é o próprio locutor.

Verbos de processo

Nossos dados mostram que, nas **processivas**, ou seja, em orações em que o sujeito é o paciente da ação verbal, os verbos tendem a estar na terceira pessoa:

- (7) L1 – uhn::::... olha que fi/ da puta... amanhã ele me **paga** FALOU...
(t 12-I)
- (25) L1 – (...) mas **passa** já já é só eu... respira::r ventilar um pouquinho
(t 40-O)

Os verbos de processo manifestam um vir-a-ser por parte do sujeito, que, como paciente, é sempre afetado por algo fora dele, sofrendo mudança de estado ou condição. Em (25), o *mal-estar súbito* é o sujeito paciente da ação verbal **passar**, significando *sarar*. Em (7), *ele* (filho da cabeleireira) é o sujeito experimentador de **pagar**, que quer dizer *sofrer castigo*. O mesmo se aplica aos exemplos:

- (26) L1 – e:: então se/logo **começa** o frio e isso que é duro né? (t 70-B)
- (27) L2 – (...) se você não passar **ela encolhe** um lado... e então tem que passar pra esticar bem esticadinho (t 73-C)
- (28) L1 – (...) algumas preferem queimar um defumador... um incenso... para a limpeza do ambiente... calma... paz e tranqüilidade ali dentro... se você fizer isso... **você melhora** mais... (t 13-N)

O conteúdo semântico do morfema lexical dos verbos de processo, indicando mudança de estado ou condição do sujeito, sempre paciente de algo fora dele, corrobora o valor prospectivo do presente do indicativo nesse contexto futuro:

<u>processo</u>	<u>mod. tpo. nº. pes.</u>
/começ-	/-a /
=	=

Esse vir-a-ser, implícito em sua natureza, demonstra que, comparativamente, são mais prospectivos que os de ação, possibilitando-nos inferir prospectividade sem as marcas temporais. Se retirarmos o adjun-

to adverbial amanhã de (7), temos (...) *olha que fi/ da puta... ele me paga*, o que parece não afetar a noção de prospectividade. Mesmo sem o adjunto adverbial, ainda se tem a idéia de que o pagar será posterior, veiculada pela natureza semântica do morfema lexical processivo /pag-/ mais o morfema do presente do indicativo na terceira pessoa do singular /-a/, expressando a certeza/determinação presente do falante no que se refere à ocorrência da ação verbal.

Nas processivas a tendência para a terceira pessoa procede, visto ser característica delas falar de um acontecer em relação a um sujeito, que nem sempre é o locutor. Apesar dessa predileção, verbos de processo ocorrem em outras pessoas.¹⁹ Veja-se o trecho de (29):

- (29) L1 – (...) e ele gritava- “vai... vai... vai... senão morre”... (t 3-P)

Note-se que, nesse exemplo, a pessoa do discurso é a segunda, mas o verbo está na terceira gramatical, refletindo a neutralização entre *tu* e *você* existente no português falado. Raramente uma pessoa diria *tu vais ou tu morres*.

Verbos de estado

Nas orações com verbos de **estado**, houve referência a todas as pessoas. Vejam-se os exemplos:

- (30) L1 – (...) falei “*vou... fico com a senhora*” ai então... ela concordou de ir... (t 250-B)
(31) L3 – (...) *hoje não dá* (...) só se for *na parte da tarde... agora de manhã não dá* (t 25 e 27-J)
(32) L1 – (...) você acha que *se eu for ali para umas nove hora... ali pras dez e quinze está pronto?* (t 22-J)

Em (30), ficar na primeira pessoa significa permanecer. Em (31), dar, impersonal, quer dizer *ser possível*. Em ambos os casos, a forma do presente do indicativo evidencia certeza do falante. Já em (32), *estar*, na apódoze condicionada, tem matiz de suposição.

Entretanto, a questão dos verbos de estado com referência ao futuro nos parece outra, ou seja, observando-se as orações dos exemplos acima e as dos que virão a seguir, nota-se que, embora estativas (os

¹⁹ Veja-se um exemplo de verbo processivo na 1ª pessoa, extraído de Baleiro (1988). (131) – Eu preciso dar uma (vacina) bem depressa, se não **pego eu**, que ainda não tive (caxumba) (Inq.22), p.102.

verbos são de estado), apresentam dinamicidade, que não é característica desse tipo de verbo:

- (8) L2 – “(...) o que quando *ela está* aí?”... ele disse “no fim de semana”... (t 154-A)
- (33) L1 – já liguei pra ela... falou “ó se for sozinha tem um lugar” ... (t 36-E)
- (34) L1 – (...) se eu não estiver aqui eu estou lá na minha casa... lá em cima... em frente o DAE (t 111-M)

Por definição, tais verbos exprimem que algo se encontra num determinado estado, sem movimento algum, como: *A menina fica só o tempo todo; O sinal está vermelho; Tem um cachorro no quintal.* A ausência de movimento implícita no conteúdo semântico de ficar, estar e ter, nesse contexto, qualifica-os de estativos. No entanto, nas orações acima há movimento, revelando que, ao se falar de coisas futuras, os verbos de estado se *dinamizam na predicação*, indicando um vir-a-ser. No MF, *eu estou* lá na minha casa (34) dinamiza ***eu estou***, fortalecendo a graduação prospectiva do presente do indicativo, nesse contexto futuro:

<u>estado</u>	<u>mod. tpo</u>	<u>nº. pes.</u>
/ est- /	/ -o/	/ -u /
⇒	⇒	⇒

O mesmo se aplica aos demais exemplos. Em (33), Ó se for sozinha tem um lugar, tem, impersonal, significando existir, dinamiza-se no momento da enunciação.

Ao se falar de coisas futuras, é possível notar graus diferentes dessa dinamização, em toda tipologia: *ação, processo e estado*. O verbo de ação exprime um fazer do sujeito, já os de processo e estado, um acontecer. Enquanto no de processo, o vir-a-ser se realiza a qualquer momento, no de estado, essa dinamização ocorre no MF (na predicação). Diante disso, respeitando-se a hierarquia da dinamicidade existente entre as várias caracterizações semânticas do verbo, pode-se dizer que o t. vb futuro é essencialmente dinâmico. Isso nos permite abarcar *ação, processo e estado* sob uma única denominação – *dinâmicos* – e sugerir o seguinte quadro, sintetizador do somatório de elementos que contribuem para a expressão temporal futura da forma presente do indicativo:

<u>Dinâmico</u>
Morf. Lexical + Morfs. mod., tpo., nº, pes. + Marcador temporal
⇒ ⇒ ⇒

A interação entre o morfema lexical conforme sua natureza semântica – dinâmicos (ação e processo) e dinamizados (estado) –, a flexão (morfemas de tempo, modo, número e pessoa) mais o marcador temporal (adjuntos adverbiais ou indicações contextuais e estruturais) contribuem para o desencadeamento do caráter prospectivo da forma presente do indicativo em contextos futuros, enfatizando a relevância do presente psicológico do falante por meio de matizes de certeza, *comprometimento, determinação, suposição*.

Considerações finais

A “marca” principal da diferença entre o *presente futuro* e a *forma sintética /re/~/-ra/* “não-marcada” parece estar na *relevância do presente*. Em:

(7) *Então amanhã cedo eu ligo pra ela,*

comutando-se o verbo no *presente do indicativo* pelo *futuro do presente*, teríamos:

Então amanhã cedo eu ligarei pra ela,

no qual a desinência */-rei/* de primeira pessoa do singular do futuro do presente do indicativo acopla-se ao radical */lig-//-a/* de ação, expressando um fazer por parte do sujeito. Todavia, em */-rei/*, há rompimento com o *presente do falante*, o que torna essa forma psicologicamente neutra, distante e imparcial (cf. Imbs, 1960). É até possível a avaliação e o conhecimento do estado de coisas como necessário ou altamente provável pelo falante, mas o que não se tem é a relevância do seu presente, a certeza, a determinação, tão bem expressas pela forma do presente do indicativo.

Apesar de Fleischman (1982) não ter explicitado, a situação discursiva é de extrema importância nesse somatório, pois define a escolha da forma futurizada ou não, ou seja, o desencadeamento do caráter prospectivo da forma *presente do indicativo* em contextos futuros, enfatizando a *relevância do presente psicológico* do falante, ocorre a partir da interação entre o valor semântico do radical verbal mais a flexão, segundo a situação discursiva, e o marcador temporal.

No que se refere ao polêmico PR, como ponto de vista temporal abstrato, poder-se-ia dizer que a própria natureza do vir-a-ser futuro faz que, aparentemente, esteja mais próximo do ME do que do MF.

Entretanto, pode-se afirmar que, na *forma futurizada* (*t. vb futuro relativo a um presente*), o PR está mais próximo do MF do que do evento. Daí a representação MF, PR – ME.

Muitas das conclusões a que chegamos não são definitivas. Requerem estudo mais amplo da semântica temporal, de preferência com um *corpus* maior do que este, por meio do qual se possa analisar e testar as variáveis.

DA SILVA, A. The praesens pro futuro: a semantic and discursive question. *Alfa (São Paulo)*, v.42, p.151-168, 1998.

- *ABSTRACT: In a textual and discursive study of the verb tense, we demonstrate how the futurate form: praesens pro futuro occurs in the construction of the oral text in Brazilian Portuguese. On doing so, we observed its temporal and modal values as well as its context of occurrence. We stressed that the prospective value of the present tense, marked by the underlying notion: present relevance of the speaker, is triggered by the interaction found among the semantic value of verbal stem, the inflexion, according to discursive situation, and the temporal markers.*
- *KEYWORDS: Verb tense; oral communication; praesens pro futuro; present relevance; futurate form; verbs of action; process and state.*

Referências bibliográficas

- BALEIRO, M. I. A. *O futuro do presente do português culto falado em São Paulo*. Campinas, 1988. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.
- BINNICK, R. I *Time and the Verb – A Guide to Tense and Aspect*. New York: Oxford University Press, 1991.
- BORBA, F. S. et al. Critérios para identificação dos verbos de ação e de processo, de ação-processo e de estado. In: SEMINÁRIO DO GEL, 29, 1985. *Anais...* Bauru: FAFIL, p.1-10, 1985.
- CHAFE, W. L. *Significado e estrutura lingüística*. São Paulo: Ao Livro Técnico, 1979.
- CLOSE, R. A. Some Observations on the Meaning and Function of Verb Phrases Having Future Reference. In: BALD, W., ILSON, R. (Ed.) *Studies in English*

- Usage: The Resources of a Present-Day English Corpus for Linguistic Analysis.* Frankfurt: Lang, 1977. p.125-56.
- COMRIE, B. *Tense*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- CORÓA, M. L. M. S. *O tempo nos verbos do português: uma introdução à sua interpretação semântica*. Brasilia: Thesaurus, 1985.
- CUNHA, C., CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- DA SILVA, A. *A expressão da futuridade na língua falada*. Campinas, 1997. Tese (Doutorado em Lingüística). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.
- FÁVERO, L. L., KOCH, I. G. V. *Lingüística textual – Introdução*. São Paulo: Cortez, 1983.
- FLEISCHMAN, S. *The Future in Thought and Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.
- GUILLAUME, G. *Temps et verbe*. Paris: Champion, 1929.
- ILARI, R. Alguns recursos gramaticais para a expressão do tempo em português – Notas de um projeto de pesquisa. In: *Estudos de filologia e lingüística*. São Paulo: T. A. Queiroz, Edusp, 1981. p.181-94.
- IMBS, P. L'emploi des temps verbaux en français moderne. In: *Bibliothèque Française et Romane*, Series A, I . Paris: Klincksieck, 1960.
- LEECH G. N. *Meaning and the English Verb*. London: Longman, 1971.
- LIMA, M. C. P. B. A transitividade: contribuição para uma tipologia oracional. Araraquara, 1985. Tese (Doutorado em Lingüística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.
- MATEUS, M. H. M. et al. *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra: Livraria Almedina, 1983.
- REICHENBACH, H. *Elements of Symbolic Logic*. London: Collier-Macmillan, 1947.
- TRAVAGLIA, L. C. *Um estudo textual discursivo do verbo no português do Brasil*. Campinas, 1991. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.
- WEINRICH, H. *Tempus: Besprochene und Erzählte Welt*. Stuttgart: Klett, 1964.

TIPOLOGIA DAS EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS¹

Claudia Maria XATARA²

- RESUMO: Este trabalho propõe uma análise tipológica das expressões idiomáticas de língua francesa, consideradas quanto à sua natureza estrutural e ao seu valor conotativo, além de evidenciar alguns casos especiais mais freqüentes.
- PALAVRAS-CHAVE: Expressão idiomática; estrutura; conotação; tipologia.

O conceito de expressão idiomática

Antes de procurarmos estabelecer a tipologia das expressões idiomáticas (EIs), consideramos pertinente esclarecer exatamente as delimitações da unidade lexical de que estamos tratando. Entretanto, para chegarmos a sugerir um conceito de EI, tivemos sem dúvida de percorrer um longo trajeto entre definições muito pouco consensuais, propostas por lingüistas seguidores de diferentes teorias sobre o léxico, como Biderman (1978), Chafe (1979), Danlos (1981), Gross (1982), Rwet (1983), Tagrin (1988) e Lodovici (1989), Vinográdov (apud Tristá, 1988), Bárdosi (1992) e Heinz (1993), entre tantos outros.

¹ Parte de um dos capítulos de minha tese de doutorado (Xatara, 1998).

² Departamento de Letras Modernas – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – UNESP – 15054-000 – São José do Rio Preto – SP.

Essas considerações foram levantadas em pesquisa anterior (Xatara, 1994) e rediscutidas em nosso último trabalho (Xatara, 1998). Mas, ainda que não retomemos toda essa discussão, o que ultrapassaria os objetivos deste artigo, apresentamos a nossa proposta de conceito de EI, que nos parece mais satisfatório, embora conciso:

expressão idiomática é uma lexia complexa indecomponível, conotativa e cristalizada em um idioma pela tradição cultural.

E explicamo-nos sumariamente: *lexia complexa* porque tem o formato de uma unidade locacional ou frasal; *indecomponível* porque constitui uma combinatoria fechada, de distribuição única ou distribuição bastante restrita; *conotativa* porque sua interpretação semântica corresponde a pelo menos um primeiro nível de abstração calculada a partir da soma de seus elementos sem considerar os significados individuais destes; *cristalizada* porque sua significação é estável, em razão da freqüência de emprego, o que a consagra.

Essas características excluem, portanto, as *locuções* (ao lado, desde que etc.), as *combinatórias usuais* (apoio incondicional, diametralmente oposto etc.) e as *perífrases verbais* (correr o risco, dar um passeio etc.) de sentido denotativo; os *ditados* (Quanto mais se tem, mais se quer) e provérbios (Em terra de cegos, quem tem um olho é rei), cuja formulação arcaizante confere-lhes um tipo de autoridade que depende da “sabedoria dos antigos”; e os *sintagmas terminológicos* (supremo tribunal federal, válvula redutora de pressão etc.), restritos a uma determinada área científica ou técnica.

A tipologia das expressões idiomáticas

Como as EIs não são, pois, um aglomerado de idiossincrasias lexicais, mas combinações convencionais de relações sintático-semânticas e pragmáticas regulares dentro de uma irregularidade (Corbin, 1983; Tagnin, 1988), pudemos nos voltar a uma análise de alguns aspectos dos tipos mais característicos das EIs em língua francesa. Essa análise, porém, só foi possível após um rigoroso desbastamento em aproximadamente quinze mil unidades lexicais reunidas como idiomatismos em dicionários fraseológicos, para a composição de um *corpus* bilíngüe, francês-português, com mais ou menos oito mil EIs, coerente com o seu conceito proposto anteriormente.

Apresentamos uma análise tipológica tomando por base critérios que correspondem justamente aos aspectos morfossintáticos e se-

mânticos das Els, ou seja, a dois de seus elementos definidores: lexia complexa e conotação.

Natureza estrutural

Quanto à sua natureza morfossintática que confirma o princípio de complexidade lexical, podemos identificar Els com as seguintes estruturas:

- a) sintagmas nominais (*premier communiant* → marinheiro de primeira viagem; *tête de linotte* → cabeça de vento);
- b) sintagmas de função adjetiva, que podem conter construções paralelas (*sain et sauf* → são e salvo) ou não (*à la noix* → de meia-tigela; *logé, nourri et blanchi* → de cama, mesa e roupa lavada);
- c) sintagmas de função adverbial (*à la pelle* → a dar com pau; *sous le manteau* → por baixo do pano);
- d) sintagmas verbais:
 - V + SN (*brûler les étapes* → queimar etapas; *tourner ses pouces* → ficar à toa);
 - V + ADJ + SN (*avoir le dernier mot* → ter a última palavra; *aller son (petit) bonhomme de chemin* → tocar a vida pra frente). Esse alargamento atributivo pode, considerando-se respectivamente os exemplos acima, fazer parte integrante do idiomatismo ou representar um processo facultativo (Hundt, 1994).
 - V + preposição + SN (*appuyer sur la chanterelle* → bater na mesma tecla; *être dans les choux* → estar na pior);

Podem ocorrer Els elípticas nas quais não se explicita um dos elementos do sintagma frasal: *être à la hauteur* → estar à altura; *faire des siennes* → fazer das suas; *se la couler douce* → viver na flauta.

- e) sintagmas frasais, geralmente exclamativos:
 - oração (*Allez peigner la girafe!* → Vá pentear macaco!; *C'est la fin des haricots!* → É o fim da picada!);
 - frases nominais (*À d'autres!* → Pra cima de mim?; *Quel pépin!* → Que maçada!).

Valor conotativo

Referente ao seu valor conotativo, as Els possuem, digamos, uma escala de abstração e podem ser classificadas como:

- a) fortemente conotativas, quando todos os componentes estão semanticamente ausentes, isto é, quando há grande dificuldade para se recuperar sua motivação metafórica e o sentido literal está bloqueado pela realidade extralingüística (*coq du village* → rei do terreiro; *faire contre mauvaise fortune bon coeur* → fazer das tripas coração) – são EIs de difícil decodificação;
- b) fracamente conotativas, quando componentes semanticamente presentes, de valor denotativo, estão associados a componentes semanticamente ausentes, de valor conotativo (*manger à sa faim* → matar a fome; *mettre au propre* → passar a limpo; *tous les goûts sont dans la nature* → há gosto para tudo; *travailler pour le roi de Prusse* → trabalhar para o bispo);

Casos especiais

À parte, consideramos especialmente alguns tipos de EI em razão da sua alta freqüência no francês contemporâneo coloquial:

a) EIs alusivas

Ocorrem quando há necessidade da incursão de conhecimentos enciclopédicos que esclareçam o fato ou a personagem referenciados para se poder decodificar a expressão (Heinz, 1993): *coiffer Sainte Catherine* → ficar para tia (alusão à virgindade de Santa Catarina); *franchir le Rubicon* → não poder voltar atrás (Rubicon é o rio por que passou César ao entrar armado na Gália, apesar de ter sido proibido).

b) EIs análogas

Deve-se atentar para um bom número de expressões de forma análoga mas de sentido completamente diferente: *à poil* → em pélo / *au poil* → perfeito; *tenir tête* → fazer frente / *tenir la tête* → estar à frente.

c) EIs apreciativas

Geralmente produzem efeito pejorativo (Heinz, 1993): *de la même farine* → farinha do mesmo saco; *gosse de riche* → filhinho de papai etc.

d) EIs comparativas

Segundo a terminologia empregada por Tamba-Mecz (1981), são expressões centradas na figura da comparação, tendo em sua estrutura *propriedades adjetivas ou verbais e elementos comparantes*: *collant comme la glu* → pegajoso como um carrapato; *fait comme un vendeur de cochons* → vestido como um jeca; *glisser comme une anguille* → escorregar como um quiabo etc. Essas EIs servem para marcar um grau

de intensidade (Mejri, 1994), mesmo se a relação semântica entre os dois elementos da comparação for indireta, isto é, se forem atribuídos semas ao comparante de maneira imotivada (*bête comme ses pieds*: *pieds* não contém o sema *bête*), ou sincronicamente arbitrária (*fier comme Artaban* (por que *Artaban*?), ou, ainda, semas que não refletem forçosamente o pensamento do locutor, caso dos nomes étnicos (*avare comme un Écossais, saoul comme un Polonaïs*).

e) Els deformadas

É o caso das expressões que representam trocadilhos: *au diable vert* (*vert* no lugar de *vauvert* que, por sua vez, vem de *à vau de vent* (sem rumo certo)) → onde o Judas perdeu as botas; *raisonner comme un tambour* (ao invés de *résonner* – ressoar) → raciocinar como um paquiderme. Na perspectiva da língua portuguesa, seria o caso para “ver-se em papos de aranha”, versão popular da palavra erudita palpos, e para “mal e porcamente”, alteração de “mal e parcamente” por esquecimento do significado de parco (Nascentes, 1966).

f) Els hiperbólicas

O exagero, na expressão, que tem sua razão de ser nas tendências naturais e sociais da língua falada comum, representa um valor expressivo e afetivo, geralmente absurdo (embora não se perceba), e forma um grande número de Els (Bally, 1951): *jeter l'argent par les fenêtres* → jogar dinheiro pela janela; *n'avoir que la peau et les os* → ser só (só ter) pele e osso etc. Note-se, ainda, que hipérboles comparativas podem ter direções contrárias: *beau comme un prince* → belo como um príncipe (a expressão máxima da beleza) / *laid comme un diable* → feio como o diabo (a expressão máxima da feiúra).

g) Els irônicas

A ironia, assim como a intenção de atenuar o maléfico, é um dos efeitos de sentido da antífrase, procedimento de expressão pelo contrário. Sem o conhecimento do propósito irônico, instaurar-se-ia um paradoxo (*briller par son absence* → brilhar por sua ausência; *nager comme un chien de plomb* → nadar como um prego). Além disso, ressalte-se que o efeito irônico nem sempre é mantido nas Els das duas línguas em questão, o que já representa, aliás, uma das perdas da tradução: *être haut comme un mouchoir de poche* revela ironia, não valendo o mesmo para sua correspondência em língua portuguesa, “ser um tampinha”

h) Els negativas

São expressões usadas apenas na forma negativa, sendo impossível passar para a afirmativa (*ne pas se faire de mauvais sang* → não esquentar a cabeça; *n'y être pour rien* → não ter nada a ver com isso). Ou então, ao inverso da antífrase, numa forma negativa que equivale a uma afirmação reforçada, podemos encontrar Els que funcionam como litotes (*n'être pas idiot* → não ser nada bobo ⇔ *être très vif* → ser muito esperto).

i) Els numéricas

Quanto às lexias com números, pode-se tentar caracterizar as correspondências aproximativas entre diferentes línguas, assim como o grande ou pequeno uso feito por certas línguas de determinados números (o número “sete” em português, por exemplo), pois não desenvolveram necessariamente da mesma forma suas possibilidades para os algarismos correspondentes (Loffler-Laurian & Pinheiro-Lobato, 1979).

Há casos de uma noção expressa pelo mesmo número em línguas diferentes (*c'est à deux pas d'ici* → fica a dois passos daqui; *tirer d'un sac deux moutures* → matar dois coelhos com uma cajadada; *faire le diable à quatre* → fazer o diabo a quatro), de uma noção com números também diferentes em línguas diferentes (pintar o *sete* → *faire les cent coups*; sete palmos abaixo da terra → cents pieds sous terre), ou de uma noção com número em apenas uma das línguas (*connaître comme ses cinq doigts* → conhecer como a palma da mão; homem de sete instrumentos → *homme à toutes mains*; ter sete fôlegos → *avoir l'âme chevillée au corps*; *souffrir mille morts* → sofrer horrores).

j) Els situacionais

São aquelas empregadas em uma situação social precisa ou desencadeadas por uma situação específica (Heinz, 1993), sobretudo quando designam ameaças ou provocações: *Et la soeur?* → E a mamãezinha?; *Pas un mot de plus!* → Nem mais um pio!; *Tu m'en diras des nouvelles!* → Depois você me conta! etc.

Conclusão

O estabelecimento de uma tipologia de El, assim como de seu próprio conceito, vem corroborar a possibilidade de um estudo cada vez mais sistemático sobre essas unidades lexicais que, embora tenham importantes implicações em uma manifestação mais expressiva da lin-

guagem, na busca pelos efeitos de sentido e na comunicação em língua estrangeira, são pouco consideradas nas pesquisas em Lexicologia/Lexicografia. Unidades lexicais tão usuais e tão esquecidas.

XATARA, C. M. The typology of the idioms. *Alfa (São Paulo)*, v.42 , p.169-176, 1998.

- *ABSTRACT: This paper proposes a typological analysis of the idioms in French, considered for their structural nature and for their connotative valour, besides making evident some of their very frequent types.*
- *KEYWORDS: Idiom; structure; connotation; typology.*

Referências bibliográficas

- BALLY, C. *Traité de stylistique française*. 3.ed. Paris: Klincksieck, 1951. 2v.
- BÁRDOSI, V. Problèmes posés par le traitement lexicographique des figés dans les dictionnaires français. *Fremdsprachen Lehren und Lernen*, n.21, p.104-16, 1992.
- BIDERMAN, M. T. C. *Teoria lingüística*: lingüística quantitativa e computacional. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978. 277p.
- CHAFE, W. L. *Significado e estrutura lingüística*. Trad. Maria Helena de Moura Neves. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1979. 376p.
- CORBIN, D. Le monde étrange des dictionnaires (4): la créativité lexicale, le lexicographe et le linguiste. *Lexique (Paris)*, n.2, p.43-68, 1983.
- DANLOS, L. La morphosyntaxe des expressions figées. *Langages*, n.63, p.53-74, 1981.
- GROSS, M. Une classification des phrases "figées" du français. *Revue Québécoise de Linguistique (Montréal)*, v.2, n.11, p.151-85, 1982.
- HEINZ, M. *Les locutions figurées dans le "Petit Robert"*. Tübingen: Max Niemeyer, 1993.
- HUNDT, C. Construção de verbo + substantivo. Estrutura, semântica e posição dentro da fraseologia. Verbo e estruturas frásicas. *Revista da Faculdade de Línguas e Literatura*, v.6, p.267-75, 1994.
- LODOVICI, F. M. M. *Elementos constitutivos dos idiomatismos no português do Brasil*. São Paulo, 1989, 262p. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Pontifícia Universidade Católica.

- LOFFLER-LAURIAN, A. M., PINHEIRO-LOBATO, L. Pour une étude contrastive des lexies complexes. *Cahiers de Lexicologie*, n.34, p.61-86, 1979.
- MEJRI, S. Séquences figées et expression de l'intensité. *Cahiers de Lexicologie*, n.65, p.111-22, 1994.
- NASCENTES, A. *Tesouro da fraseologia brasileira*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1966. 316p.
- RWET, N. Du bon usage des expressions idiomatiques dans l'argumentation en syntaxe générative. *Revue Québécoise de Linguistique (Montréal)*, v.1, n.13, p.23-43, 1983.
- TAGNIN, S. E. O. A tradução dos idiomatismos culturais. *Trabalhos de Lingüística Aplicada*, n.11, p.43-52, 1988.
- TAMBA-MECZ, I. *Le sens figuré*. Paris: Presses Universitaires de France, 1981. 199p.
- TRISTA, M. A. *Fraseología y contexto*. Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1988. 195p.
- XATARA, C. M. *As expressões idiomáticas de matriz comparativa*. Araraquara, 1994, 140p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.
- _____. *A tradução para o português das expressões idiomáticas em francês*. Araraquara, 1998, 253p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.

ÍNDICE DE ASSUNTOS

- Aquisição de L2, p.63
parâmetro da linearidade, p.63
transferência, p.23, 63
- Discurso, p.113
heterogeneidade, p.113
sujeito, p.113
trabalho, p.113
- Expressão idiomática, p.169
conotação, p.169
estrutura, p.169
tipologia, p.169
- Formação de palavras, p.9, 33
formativos gregos, p.9
morfologia derivacional, p.33
neologismos, p.9
produtividade, p.33
regras de formação de palavras, p.33
sufixo -eiro, p.33
vulgarização lexical, p.9
- Funções pragmáticas, p.133
antitema, p.133
antitópico, p.133
foco, p.133
tema, p.133
tópico, p.133
- Leitura, p.23
língua estrangeira, p.23
linguagem, p.23
transferência, p.23, 63
- Parsing sintático, p.101
anáfora objeto, p.101
português brasileiro, p.101
- Tempo verbal, p.151
forma futurizada, p.151
presente futuro, p.151
processo e
estado, p.151
relevância do presente, p.151
verbos de ação, p.151
- Vocabulário, p.87
definição, p.87
ensino, p.87
léxico, p.87

SUBJECT INDEX

- Discourse, p.113
 heterogeneity, p.113
 subject, p.113
 work, p.113
Idiom, p.169
 connotation, p.169
 structure, p.169
 typology, p.169
L2 acquisition, p.63
 language transfer, p.23, 63
 linearity parameter, p.63
Parsing, p.101
 Brazilian Portuguese, p.101
 object anaphora, p.101
Pragmatic functions, p.133
 afterthought, p.133
 focus, p.133
 tail, p.133
 theme, p.133
 topic, p.133
Reading, p.23
foreign language, p.23
learning, p.23
transfer, p.23, 63
Verb tense, p.151
 futurate form, p.151
 praesens pro futuro, p.151
process and
state, p.151
verbs of action, p.151
Vocabulary, p.87
 definition, p.87
 lexicon, p.87
 teaching, p.87
 terms, p.87
Word-formation, p.9, 33
 greek prefixes, p.9
 lexical morphology, p.33
 lexical vulgarization, p.9
 neologisms, p.9
 rules, p.33
 productivity, p.33
 x-eiro construction, p.33

**ÍNDICE DE AUTORES /
AUTHORS INDEX**

- | | |
|---------------------------|-----------------------------|
| BRUNELLI, A. F., p.113 | LAFACE, A., p.87 |
| CANO, W. M., p.9 | MAIA, M., p.101 |
| COSTA, R. G. R., p.33 | MARQUES, M. C. S. S., p.113 |
| DA SILVA, A., p.151 | PEZATTI, E. G., p.133 |
| DOTA, M. I. M., p.23 | POSSENTI, S., p.113 |
| GONÇALVES, C. A. V., p.33 | XATARÁ, C. M., p.169 |
| GONÇALVES, S. C. L., p.63 | YAKOVENCO, L. C., p.33 |

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DOS ORIGINAIS

Informações Gerais

A ALFA – *Revista de Linguística* publica trabalhos originais de autores da UNESP e de outras instituições nacionais ou internacionais, na forma de artigos, retrospectivas, resenhas e traduções. Só serão aceitas as resenhas de livros que tenham sido publicados no Brasil, nos dois últimos anos, e no exterior, nos quatro últimos anos. Dois membros do Conselho Editorial emitirão parecer sobre os trabalhos, aprovando-os ou sugerindo as alterações que julgarem necessárias. Em caso de um parecer ser favorável e outro contrário, o trabalho será enviado a um terceiro membro do Conselho Editorial.

Os trabalhos poderão ser redigidos em português ou em outro idioma. O Resumo e as *Palavras-chave* que precedem o texto, escritos no idioma do artigo; os que sucedem o texto, em inglês (*Abstract/Keywords*).

É vedada a reprodução dos trabalhos em outras publicações ou sua tradução para outro idioma sem a autorização da Comissão Editorial.

Preparação dos originais

Apresentação. Num primeiro momento, os autores enviarão à Comissão Editorial 3 cópias impressas do trabalho e uma cópia em disquete. Em duas dessas cópias, não deverá constar nem o nome dos autores, nem o da instituição à qual estão filiados, nem qualquer outro tipo de referência que possa identificá-los. Na terceira cópia, o nome e a instituição de filiação deverão estar presentes. O trabalho deverá ser impresso em Word for Windows, em papel tamanho A4 (21 cm x 29,7 cm), com margens superior e inferior de 2,5 cm e com margens direita e esquerda de 3,0 cm. A fonte deverá ser *Times New Roman*,

corpo 12. O trabalho deverá ter uma extensão máxima de 30 páginas (incluindo bibliografia) digitadas em espaço duplo.

A Comissão Editorial encaminhará os trabalhos para dois membros do Conselho Editorial, para julgamento. Depois da análise, os trabalhos serão devolvidos aos autores juntamente com cópia dos pareceres. Num segundo momento, quando aceitos os trabalhos, os autores introduzirão as eventuais modificações e deverão remeter, além do texto em disquete, duas cópias dos trabalhos.

Estrutura do trabalho. Os trabalhos devem obedecer à seguinte seqüência: *Título*, que deve ser centralizado, em maiúsculas com negrito, no alto da primeira página; *Nome do autor*, por extenso e apenas o último sobrenome em maiúsculas, duas linhas abaixo do título, alinhado à direita; *Filiação científica*, em nota de rodapé, tomada no final do nome do autor, constando o departamento, o nome da faculdade ou instituto, o nome da universidade (em sigla), o CEP, a cidade, o estado, o país e o endereço eletrônico do autor (se houver); *Resumo* (com, no máximo, 200 palavras), duas linhas abaixo do título, sem adentramento e em espaçamento simples; mantendo-se o espaçamento simples, duas linhas abaixo do resumo deverão constar as *Palavras-chave* (no máximo 7), separadas por ponto-e-vírgula. A Comissão Editorial sugere que, para facilitar a localização do trabalho em consultas bibliográficas, as palavras-chave sejam retiradas de *Thesaurus da Linguística*, ou correspondam a conceitos mais gerais da área de trabalho; duas linhas abaixo das palavras-chave, inicia-se o *Texto*, em espaçamento duplo. Os subtítulos correspondentes a cada parte do trabalho deverão figurar à esquerda, em negrito e sem adentramento; duas linhas após o término do texto, à

esquerda, em negrito e sem adentramento, devem constar *Agradecimentos* (quando houver), *Abstract* e *Keywords* (versão para o inglês do Resumo e Palavras-chave precedida pela Referência bibliográfica do próprio artigo). Duas linhas abaixo, à esquerda, em negrito e sem adentramento, deverão figurar as *referências bibliográficas*, em ordem alfabética e cronológica, indicando os trabalhos citados no texto. Após as referências, deverá figurar a *bibliografia consultada* com a indicação de obras consultadas ou recomendadas, não referenciadas no texto, também em ordem alfabética e cronológica por autor.

Referências bibliográficas. Devem ser dispostas em ordem alfabética pelo sobrenome do primeiro autor e seguir a NBR 6023 da ABNT.

Abreviaturas. Os títulos de periódicos devem ser abreviados conforme o *Current Contents*. Exemplos:

■ Livros e outras monografias

LAKATOS, E. M., MARCONI, M. A. *Metodologia do trabalho científico*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1986. 198p.

■ Capítulos de livros

JOHNSON, W. Palavras e não-palavras. In: STEINBERG, C. S. *Meios de comunicação de massa*. São Paulo: Cultrix, 1972. p.47-66.

■ Dissertações e teses

BITENCOURT, C. M. F. *Pátria, civilização e trabalho. O ensino nas escolas paulistas (1917-1939)*. São Paulo, 1988. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

■ Artigos de periódicos

ARAUJO, V. G. de. A crítica musical paulista no século XIX: Ulrico Zwingli. *ARTEunesp (São Paulo)*, v.7, p.59-63, 1991.

■ Trabalho de congresso ou similar (publicado)

MARIN, A. J. Educação continuada: sair do informalismo? In: CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES, 1, 1990. *Anais...* São Paulo: UNESP, 1990. p.114-8.

Citação no texto. O autor deve ser citado entre parênteses pelo sobrenome, separado por vírgula da data de publicação (Barbosa, 1980). Se o nome do autor estiver citado no texto, indica-se apenas a data entre parênteses: "Morais (1955) assinala...". Quando for necessário especificar página(s), esta(s) deverá(ão) seguir a data, separada(s) por vírgula e precedidas de p. (Mumford, 1949, p.513). As citações de diversas obras de um mesmo autor, publicadas no mesmo ano, devem ser discriminadas por letras minúsculas após a data, sem espaçoamento (Peside, 1927a) (Peside, 1927b). Quando a obra tiver dois ou três autores, todos poderão ser indicados, separados por vírgula (Oliveira, A. J., Mateus, P. R., Silva, M. F., 1943), e quando tiver mais, indica-se o primeiro seguido de et al. (Gille et al., 1960).

Notas. Devem ser reduzidas ao mínimo e colocadas no pé de página. As remissões para o rodapé devem ser feitas por números, na entrelinha superior.

Anexos e/ou Apêndices. Serão incluídos somente quando imprescindíveis à compreensão do texto.

Tabelas. Devem ser numeradas consecutivamente com algarismos árabicos e encabeçadas pelo título.

Figuras. Desenhos, gráficos, mapas, esquemas, fórmulas, modelos (em papel vegetal e tinta nanquim, ou computador); fotografias (em papel brilhante); radiografias e cromos (em forma de fotografia). As figuras e suas legendas devem ser claramente legíveis após sua redução no texto impresso de 10 x 17 cm. Devem-se indicar, a lápis, no verso: autor, título abreviado e sentido da figura. Legenda das ilustrações nos locais em que aparecerão as figuras, numeradas consecutivamente em algarismos árabicos e iniciadas pelo termo FIGURA.

Os dados e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências bibliográficas são de inteira responsabilidade dos autores. Os trabalhos que não se enquadrem nessas normas¹ serão devolvidos aos autores, ou serão solicitadas adaptações, indicadas em carta pessoal.

¹ Se o autor necessitar de esclarecimentos sobre as normas para apresentação dos originais, poderá solicitar um exemplar do manual *Normas para publicações da UNESP* à Comissão Editorial da Revista.

REVISTAS CIENTÍFICAS PUBLICADAS PELA EDITORA UNESP

Alfa – Revista de Lingüística (anual)
Alimentos e Nutrição (anual)
ARBS – Annual Review of Biomedical Sciences (anual)
ARTEunesp (anual)
Científica: Revista de Agronomia (semestral)
Didática (anual)
Eclética Química (anual)
Geociências (semestral)
História (anual)
Naturalia: Ciências Biológicas (anual)
Perspectivas: Revista de Ciências Sociais (anual)
Revista de Ciências Biomédicas (anual)
Revista de Ciências Farmacêuticas (semestral)
Revista de Engenharia e Ciências Aplicadas (anual)
Revista de Geografia (anual)
Revista de Letras (anual)
Revista de Matemática e Estatística (anual)
Revista de Odontologia da UNESP (semestral)
Trans/Form/Ação: Revista de Filosofia (anual)
Veterinária e Zootecnia (anual)

EDITORA UNESP
Praça da Sé, 108
01001-900 – São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 232-7171
Fax: (0xx11) 232-7172

EQUIPE DE REALIZAÇÃO

Produção Gráfica

Edson Francisco dos Santos (Assistente)

Edição de Texto

Fábio Gonçalves (Assistente Editorial)

João Eduardo Pedtoso Oliveira (Preparação de Original)

Carlos Villarruel

e Nelson Luís Barbosa (Revisão)

Editoração Eletrônica

Ricardo Nakamiti

Projeto Visual

Lourdes Guacira da Silva Simonelli